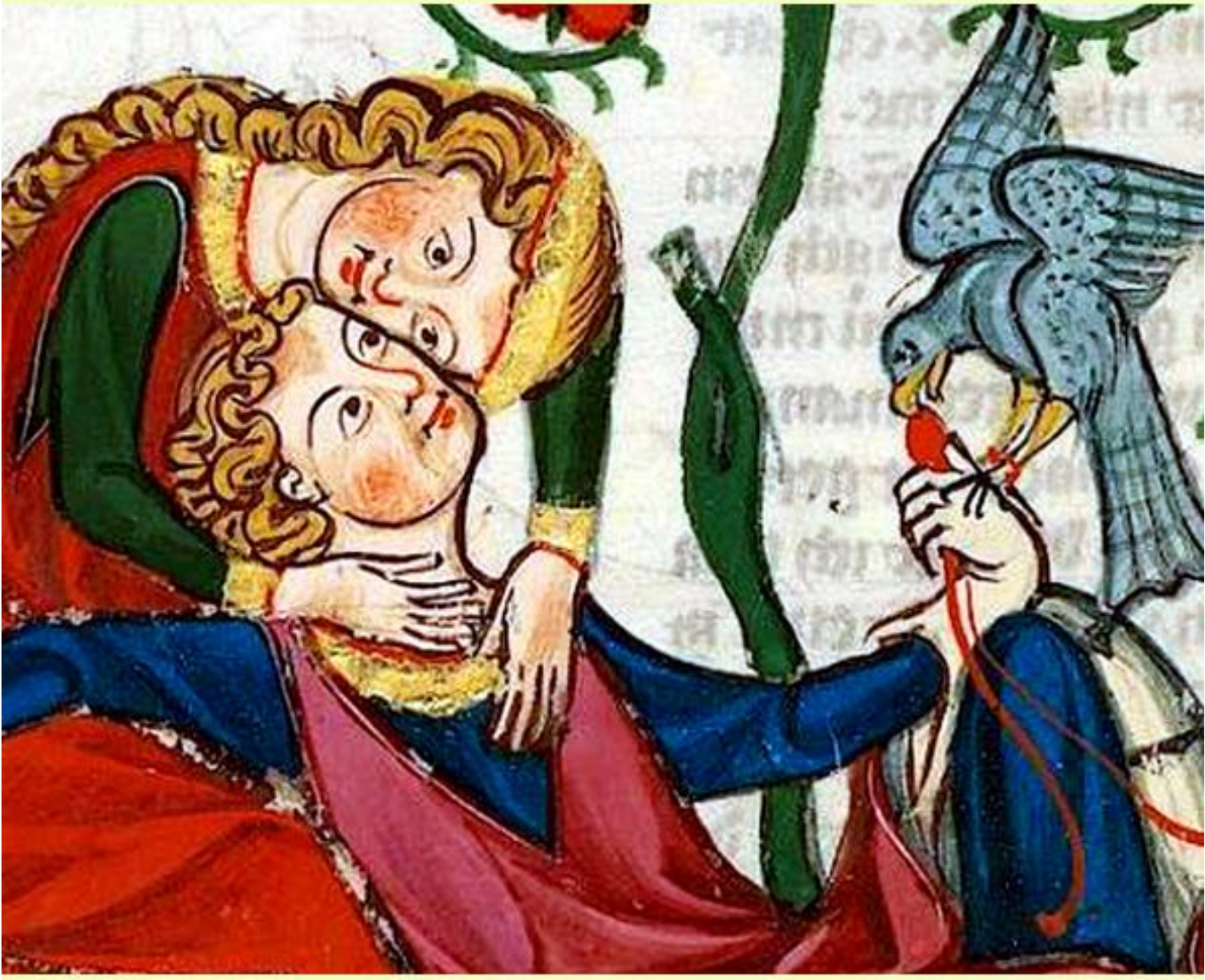
MYTHOS
REVISTA DE HISTÓRIA ANTIGA E MEDIEVAL

2017 - ANO I - NÚMERO 1
ISSN 2527- 0621



NÚCLEO DE ESTUDOS MULTIDISCIPLINARES DE HISTÓRIA ANTIGA E MEDIEVAL - NEMHAM/CNPq

ETHOS editora

UEMASUL

MYTHOS REVISTA DE HISTÓRIA ANTIGA E MEDIEVAL

EXPEDIENTE

Reitora

Profa. Dra. Elizabeth Nunes Fernandes

Vice-Reitor

Prof.Ms. Antônio Expedito Ferreira Barroso de Carvalho

PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO, PESQUISA E INOVAÇÃO (PPPI)

Chefe

Profa. Dra. Alinne da Silva

CURSO DE HISTÓRIA

Chefe

Profa. Me. Margarida Chaves dos Santos

NEMHAM - NÚCLEO DE ESTUDOS MULTIDISCIPLINARES DE HISTÓRIA ANTIGA E MEDIEVAL

DIRETOR

Prof. Me. Fabrício Nascimento Moura

EDITOR-CHEFE

Prof. Me. Fabrício Nascimento Moura

DIAGRAMADOR

Graduando Wekslley Santos Machado

UNIVERSIDADE ESTADUAL DA REGIÃO TOCANTINA DO MARANHÃO -UEMASUL

Rua Godofredo Viana, 1300 - Centro. CEP. 65901- 480, Imperatriz - MA

MYTHOS
REVISTA DE HISTÓRIA ANTIGA E MEDIEVAL

CONSELHO EDITORIAL

- Profa. Dra. Adriana Zierer - UEMA
- Prof. Dr. Álvaro Alfredo Bragança Júnior - UFRJ
- Profa. Dra. Ana Lívia Bomfim Vieira - UEMA
- Profa. Dra. Clarisse Prêtre (Université Paris Ouest)
- Prof. Dr. Gilberto da Silva Francisco - Unifesp
- Prof. Dr. Glaydson José da Silva (UNIFESP)
- Prof. Dr. Julio Cesar M. Gralha - UFF
- Profa. Dra. Maria Cecília Colombani (Universidad de Mar del Plata)
- Profa. Dra. Maria Regina Cândido - UERJ
- Prof. Dr. Paulo Roberto Gomes Seda (UERJ)
- Prof. Dr. Victor Hugo Aguirre Mendez (UNAM - México)

CONSELHO CONSULTIVO

- Profa. Doutoranda Regina Célia Costa Lima - UEMASUL
- Profa. Me. Margarida Chaves dos Santos - UEMASUL
- Prof. Doutorando Alair Figueiredo Duarte - UFRJ
- Prof. Me. Francisco Lima Soares - FEST
- Profa. Doutoranda Roza Maria Soares da Silva - FEST
- Prof. Doutorando Kleber Alberto Lopes de Sousa – FEST
- Profa. Me. Elizânia Sousa do Nascimento – UEMASUL

MYTHOS REVISTA DE HISTÓRIA ANTIGA E MEDIEVAL

Capa: Wekslley Santos Machado

Editoração Eletrônica: Equipe NEMHAM
www.nemham.com

Mythos: revista de história antiga e medieval / Universidade Estadual da Região Tocantina do Maranhão. Núcleo de Estudos Multidisciplinares de História Antiga e Medieval. Imperatriz: Uemasul / NEMHAM, ano 1, v.1 (ago. 2017)-

Semestral.
ISSN 2527-0621

1. Historia antiga e medieval – Periódicos. I. Universidade Estadual da Região Tocantina do Maranhão. Núcleo de Estudos Multidisciplinares de História Antiga e Medieval.

CDU 94(05)

MYTHOS
REVISTA DE HISTÓRIA ANTIGA E MEDIEVAL

Sumário

Editorial

Drª Ana Livia Bomfim Vieira, 7

Artigos

PHÝSIS E KHÔRA: HESÍODO E A SISTEMATIZAÇÃO DE UM SABER CAMPONÊS.

Drª Ana Livia Bomfim Vieira,9

RITUAIS FÚNEBRES DEDICADOS AOS HERÓIS: CONCEPÇÕES ACERCA DA RELIGIOSIDADE GREGA NO PERÍODO HOMÉRICO

Lennyse Teixeira Bandeira, 25

***LA PRATICA DELA MERCATURA* E OS CONHECIMENTOS NECESSÁRIOS AO MERCADOR NA BAIXA IDADE MÉDIA (SÉC. XIV)**

Raimundo Carvalho Moura Filho,34

O MOVIMENTO REFORMISTA DOS VALDENSES: CRÍTICAS AOS PRIVILÉGIOS E DIREITOS DO CLERO

Luana Maia da Silva,43

"À MAIS VALENTE!": A FUNÇÃO MÁGICO-SOCIAL DA MULHER CELTA NA GÁLIA PRÉ-ROMANA

Andréia Pereira do Nascimento,63

A FORMAÇÃO DA SOCIEDADE CAVALEIRESCA NO OCIDENTE MEDIEVAL: UM ESTUDO BIBLIOGRÁFICO

Arthur Emânuell Coutinho de Carvalho,73

MYTHOS
REVISTA DE HISTÓRIA ANTIGA E MEDIEVAL

A MULHER E A VIOLÊNCIA: AS RELAÇÕES DAS MULHERES COM A VIOLÊNCIA N'*A DEMANDA DO SANTO GRAAL*.

Claudienne da Cruz Ferreira,82

O MATRIMÔNIO NO SÉCULO XVI: AS REPRESENTAÇÕES DO SACRAMENTO PELAS PERSONAGENS VICENTINAS CONSTANÇA, CASSANDRA E INÊS PEREIRA.

Renata de Jesus Aragão Mendes,95

GÊNERO E TEOLOGIA: TRAÇOS HISTÓRICOS SOBRE A PARTICIPAÇÃO DA MULHER NO CRISTIANISMO

Elizânia Sousa do Nascimento,108

Resenha

MANUEL D'ARCHÉOLOGIE MÉDIÉVALE ET MODERNE DE BURNOUF ET AL

Filipe Botelho Soares Dutra Fernandes, João Victor Gobbi Cassol e Chayenne Ferreira da Costa,119

MYTHOS – Revista de História Antiga e Medieval
2017, Ano I, Número I – ISSN 2527-0621
Núcleo de Estudos Multidisciplinares de História Antiga e Medieval
Universidade Estadual da Região Tocantina do Maranhão

EDITORIAL

É com imensa alegria que vemos nascer a Revista MYTHOS – Revista de História Antiga e Medieval da UEMASUL – Universidade Estadual da Região Tocantina do Maranhão. Esta Revista já nasce trazendo bons ventos em meio a tempos tão estranhos! É incrivelmente salutar e próspero o diálogo que a MYTHOS propõe entre a produção discente e docente. Neste aspecto ela vem contribuir para um espaço cada vez mais restrito, que é o da publicação de artigos produzidos por alunos de graduação e pós-graduação. E quando falamos de uma produção centrada nas áreas de História Antiga e Medieval, este espaço é ainda menor.

O atual cenário das políticas voltadas para a educação nos obriga a tecer algumas considerações e reflexões acerca do lugar da "História Antiga e Medieval" nas pesquisas desenvolvidas nas Universidades Brasileiras. Acreditamos que um dos mais importantes significados da História é a possibilidade que ela nos oferece de "desnaturalizar" as relações, lugares e modelos sociais. Compreender as múltiplas experiências e vivências humanas, historicamente construídas por milênios, é capaz, assim cremos, de nos libertar das amarras dos preconceitos de gênero, crença, etnia, classe, etc. E nesse sentido, a História Antiga e Medieval ocupa um espaço privilegiado, pois nos permite perceber que as sociedades humanas foram capazes de construirpossibilidades diversas para se relacionarem com seus conflitos, medos e alteridades. Sou profundamente conectada a uma perspectiva de História que associa passado e presente de forma pertinente, pautada, sempre, pela premissa de personagem de Terêncio, lembrada pelo mestre Ciro Flamarion Cardoso em um Editorial à revista PHOÎNIX, *Homo sum, ethumaninihil a me alienum puto* (" Homem sou, e nada do que é humano considero estranho a mim") Logo, se questiona Ciro Flamarion, "porque estranha razão se deveriam descartar milênios de interessantíssimas experiências humanas?" (p. 10, 2007). Esta revista vem reafirmar a importância dessas experiências humanas para um olhar mais amplo sobre o mundo.

O convite para escrever este editorial me deixou extremamente feliz e honrada por inúmeros motivos. Primeiramente, pela amizade e admiração pelo Profº Fabrício Nascimento de Moura, Coordenador do

NEMHAM e editor da MYTHOS. Grande orientador e pesquisador é parceiro do MNEMOSYNE – Laboratório de pesquisa em História Antiga e Medieval da UEMA, na luta para a consolidação dos estudos em antiguidade e medievo no norte/nordeste e na construção do Estado do Maranhão como um pólo de referência nas pesquisas nessas áreas. Além disso, o NEMHAM é responsável pelo Encontro Internacional de História Antiga e Medieval de Imperatriz, que marca lugar no calendário nacional de eventos da área, e pela formação de jovens pesquisadores que se encarregarão de dar continuidade ao trabalho iniciado pelo Profº Fabrício. Tanta dedicação e paixão à esse trabalho só poderia dar bons frutos!

Portanto, este editorial existe para dar as boas vindas à Revista Mythos que nasce com a belíssima missão de ocupar um lugar a muito tempo vago, aquele de dar voz e vez a todos os pesquisadores que queiram contribuir com a construção do conhecimento do a antiguidade e medievo. Assim, venho desejar vida longa e próspera à MYTHOS, a seus editores, leitores e colaboradores.

Drª Ana Livia Bomfim Vieira

MYTHOS – Revista de História Antiga e Medieval
2017, Ano I, Número I – ISSN 2527-0621
Núcleo de Estudos Multidisciplinares de História Antiga e Medieval
Universidade Estadual da Região Tocantina do Maranhão
Artigo recebido em 10 de março de 2017
Artigo aprovado em 17 março de 2017

PHÝSIS E *KHÔRA*: HESÍODO E A SISTEMATIZAÇÃO DE UM SABER CAMPONÊS.

Drª Ana Livia Bomfim Vieira[1]

RESUMO: Este trabalho tem o objetivo de apresentar o que chamamos de "saber camponês", ou seja, um conhecimento empírico, construído através de gerações a partir da observação dos sinais da *phýsis* e a leitura destes sinais como marcação de tempo para a realização das atividades cotidianas, mais especificamente, aquelas relacionadas às atividades da área rural de Atenas. Este saber foi sistematizado na obra *Os Trabalhos e os Dias* de Hesíodo e evidencia como os valores rurais, ligados à terra e às atividades agrícolas, ainda permeava o imaginário cultural arcaico ateniense.

PALAVRAS-CHAVE: Hesíodo, Camponês, *phýsis*

ABSTRACT: This work has the objective of presenting what we call "peasant's knowledge", i.e., an empirical knowledge, built through generations from the observation of the signs of *phýsis* and reading these signs as marking time for the performance of daily activities, more specifically, those related to the activities of the rural area of Athens. This knowledge was systematized in *The Works and Days* of Hesiod and shows how the values rural areas, connected to the earth and to agricultural activities, still permeated the cultural imaginary archaic athenian.

KEYWORDS: Hesiod, Peasant, *Phýsis*

[1]Profª Adjunta de História Antiga da UEMA

MYTHOS – Revista de História Antiga e Medieval
2017, Ano I, Número I – ISSN 2527-0621
Núcleo de Estudos Multidisciplinares de História Antiga e Medieval
Universidade Estadual da Região Tocantina do Maranhão
Artigo recebido em 10 de março de 2017
Artigo aprovado em 17 março de 2017

Introdução

A sociedade dos atenienses do quinto século criou diversas formas de marcação de tempo. Entre elas permaneceu o que os historiadores chamaram de "calendário rural". Com relação ao camponês, no entanto, ele não seguia somente o calendário cívico. Ele conhecia também um calendário natural constituído a partir do ciclo solar e das mudanças das estações. O *agroîkos*havia estabelecido esses marcos através da sua observação da natureza. Além disso, era através dos valores rurais que esta comunidade se via, isto é, era no espaço rural que se encontravam todos os valores políades, a *khóra*era o lugar ideal para o cidadão de bem, e o trabalho na terra, o labor digno por excelência. A estrutura políade ateniense, entendida aqui como as relações simbólicas de ordem cultural (SAHLINS, 1990), estava ligada aos signos, símbolos e saberes provenientes do espaço rural. Estes três elementos constituem um saber tradicional, o saber produzido pelo camponês.

Os camponeses desenvolveram uma relação intrínseca com os fenômenos da natureza, fossem eles astronômicos, climáticos ou ambientais. Eram esses fenômenos que marcavam as mudanças de estações e estas mudanças determinavam as práticas sociais camponesas, entre as quais podem ser citadas: semeadura, poda, colheita, pesca, caça, transumância. Os camponeses áticos, mais do que apenas guiar as suas atividades pelos sinais da natureza, produziram um saber a partir da observação daqueles fenômenos apontados acima. Mas, exatamente, em que se constituía esse saber? O camponês observava os sinais que a própria natureza lhe fornecia, delimitando o tempo exato de plantar ou de colher. Estes sinais poderiam ser a chegada de aves migratórias, a presença de alguns insetos e, até mesmo, sinais astronômicos. O agricultor notava o aparecimento de constelações de estrelas fixas no céu noturno e o seu consequente desaparecimento (ISAGER e SKYDSGAARD, 1992). Percebia a constância deste fenômeno. Os solstícios, por exemplo, eram considerados para o ano agrícola, pois marcavam o início do verão e do inverno. Esse saber, que foi passado de geração à geração pela tradição oral, constituiu-se naquilo que denominamos de saber empírico, já

MYTHOS – Revista de História Antiga e Medieval
2017, Ano I, Número I – ISSN 2527-0621
Núcleo de Estudos Multidisciplinares de História Antiga e Medieval
Universidade Estadual da Região Tocantina do Maranhão
Artigo recebido em 10 de março de 2017
Artigo aprovado em 17 março de 2017

plenamente constituído e visualizado em Hesíodo (HESÍODO. Os Trabalhos e os Dias. vv. 27-32; 380-385; 414-437; 479-493; 565-570; 573-582; 597-610):

> Quando Orion e Sírio tiverem chegado ao meio do firmamento, e quando a Aurora dos róseos dedos houver visto Arcturo, então, Perses, colhe e leva para a casa as tuas uvas, expõe-as ao sol durante dez dias e dez noites, põe-nas à sombra durante cinco dias e, no sexto, deita nas jarras a dádiva do alegre Dioniso. A seguir, depois de se terem posto as Plêiades, as Híades e o potente Orion, lembra-te que é a época das sementeiras, e haja feliz sorte a semente na terra (HESÍODO. Os Trabalhos e os Dias, vv. 611-617).

Verifica-se, no referido texto de Hesíodo, que este autor ainda chama a atenção do camponês para os cuidados agrícolas, como por exemplo: fazer a semeadura enquanto a terra ainda está leve (vv.459-464), não desperdiçar sementes em lugares já semeados (vv.438-480, deixar a terra lavrada em repouso, alqueive, para que adquira força produtiva (vv.459-464). Além disso, Hesíodo atenta para a importância da realização dos rituais, para que os trabalhos dedicados à terra, não sejam em vão. Por isso, proclama a invocação de Zeus e Deméter logo no começo da lavoura (vv 465-478). No início da aragem do outono, hora de semear os grãos, faziam-se os sacrifícios à esses deuses. Deméter, a deusa grão, era a responsável pelo seu crescimento e Zeus era quem promovia a chuva no tempo e na quantidade certa. Além de plantar e semear na época apropriada, era preciso que os rituais fossem realizados, caso contrário, a divindade poderia atrasar ou até mesmo não enviar a chuva, indispensável não só para que as sementes brotassem, como, também, pela redução de desastres agrícolas (ISAGER e SKYDSGAARD, 1992). Contudo, para o autor e seus contemporâneos, os corpos celestes seriam deuses ou pelo menos tinham um caráter divino, mas não lhes faziam oferendas. Havia o entendimento de que o sol e a lua, por exemplo, tinham presença constante no céu; eles sempre reapareceriam. Era preciso apenas ater-se aos sinais destes astros, assim como observar as aves e o resto da fauna. Desta forma o tempo era medido no campo.

MYTHOS – Revista de História Antiga e Medieval
2017, Ano I, Número I – ISSN 2527-0621
Núcleo de Estudos Multidisciplinares de História Antiga e Medieval
Universidade Estadual da Região Tocantina do Maranhão
Artigo recebido em 10 de março de 2017
Artigo aprovado em 17 março de 2017

Era através da observação da *phýsis* que estes homens identificavam os momentos apropriados para a realização das suas atividades. É nosso propósito, neste artigo, analisar a relação que o camponês estabeleceu com a natureza. Esta relação aparece muito mais marcada na documentação textual, até a segunda metade do Vº século a.C. Com o advento do que a historiografia chama de "Democracia radical"[2], é possível perceber uma diminuição e até desaparecimento das referências em relação à esses saberes do homem do campo. Compreendemos este fenômeno como desdobramento de um processo de silenciamento, por parte dos grupos democráticos, às práticas oriundas do espaço rural, espaço tradicionalmente associado com a Aristocracia. Mas, o que seria esse saber camponês? É disso que agora vamos tratar.

O calendário agrícola ateniense, o qual regulava e organizava praticamente toda a vida social e cultural pode ser definido como um tipo de conhecimento o qual chamamos de um saber camponês. Esse calendário foi construído através da observação dos sinais da *phýsis* e da verificação da sua aplicabilidade. Tais sinais, astronômicos, climáticos ou ambientais, marcavam para o camponês o momento certo para a realização de suas atividades de colheita, poda, semeadura, entre outras. Esse saber pode ser quase que completamente identificado em Hesíodo, na sua obra *Os Trabalhos e os Dias*. Hesíodo realizou um trabalho de codificação deste saber com datas sazonais de grande precisão. Quando dissemos que podemos identificar quase que completamente este saber, é porque entendemos ser um trabalho praticamente impossível o de rastrear a totalidade desse conhecimento, visto que as fontes para tal são poucas.

Segundo Godelier (1974), a natureza nunca foi um meio completamente independente do homem. E ele vai mais longe. O homem possui uma história exatamente porque transforma, age na e com a natureza. Daí entendermos este calendário como um saber constituído, como uma ação do homem sobre, sob e com a natureza. E esta ação do homem é um dos aspectos que, concordando com Godelier, vai colocá-lo em movimento fazendo-o criar, inventar novas formas de sociedade ou transformar a já existente (GODELIER, 1974). E é a

[2] No que pese o fato de ser Aristóteles o grande o cunhador do termo. Apesar do consenso historiográfico, deveríamos olhar com mais cuidado esse termo, já que vindo de um grande crítico deste sistema.

MYTHOS – Revista de História Antiga e Medieval
2017, Ano I, Número I – ISSN 2527-0621
Núcleo de Estudos Multidisciplinares de História Antiga e Medieval
Universidade Estadual da Região Tocantina do Maranhão
Artigo recebido em 10 de março de 2017
Artigo aprovado em 17 março de 2017

capacidade de modificar suas relações com a natureza que vai dar ao homem os meios materiais para modificar a sociedade.

O Saber Camponês

O saber camponês e sua abundante referência em autores como Hesíodo, vai evidenciar uma tradição cultural rural em Atenas, que vai perdurar até meados da segunda metade do V século a.C., quando com a radicalização da Democracia, é possível perceber uma diminuição drástica nas referências ao campo. Não podemos esquecer que era do campo que vinham os valores aristocráticos e, portanto, compreende-se porque em um contexto de fortalecimento democrático as referências a este tenham sido, acreditamos, silenciadas. Mas por acreditarmos ser este conhecimento importante demais para os homens daquele tempo, optamos por realizar neste artigo uma apresentação desse conhecimento, os sinais da *phýsis* que o compõe e as atividades as quais se liga. Trabalharemos predominantemente com as práticas ligadas ao campo, principalmente a agricultura. Estaremos baseados em documentação textual, dialogando com uma historiografia que pensou o espaço rural ateniense.

Gostaríamos antes de mostrar que esse saber camponês, que essa relação do homem do campo com a *phýsis*, não estava restrita aos trabalhos com a terra. Este saber era de conhecimento de todos os cidadãos e era utilizado para outras atividades, não necessariamente ligadas à *khóra*, mas que estavam presentes, de alguma forma, na vida dos atenienses de modo geral. Em Xenofonte podemos ler:

> Similarmente, ele recomendava aos estudantes fazerem-se familiares com a astronomia, apenas o bastante para achar o tempo da noite, do mês e do ano de modo a usar a evidência segura quando planeja uma jornada por terra ou mar (...) (XENOFONTE. Memoráveis, IV,VII,4).

Tucídides, falando sobre a batalha de Siracusa, quando os atenienses, na iminência de deixarem a Sicília e retornarem a Atenas, adiam a partida por causa de um eclipse lunar, evidencia o quanto a *phýsis* era lida pelos atenienses como sinais que organizavam suas ações. Mesmo em uma situação limite, como uma batalha, os sinais são determinantes para a conduta coletiva:

MYTHOS – Revista de História Antiga e Medieval
2017, Ano I, Número I – ISSN 2527-0621
Núcleo de Estudos Multidisciplinares de História Antiga e Medieval
Universidade Estadual da Região Tocantina do Maranhão
Artigo recebido em 10 de março de 2017
Artigo aprovado em 17 março de 2017

> Mas depois de estar tudo pronto e quando se achavam na iminência de partir, ocorreu um eclipse da lua, que na ocasião estava cheia. A maioria dos atenienses, preocupada com o fenômeno, instou os comandantes a esperarem.(...) Esta foi a razão pela qual os atenienses, já tão atrasados, demoraram ainda mais a partir (TUCÍDIDES. História da Guerra do Peloponeso. VII. 50, 4)[3].

Podemos perceber, pelas passagens citadas, que os fenômenos da *phýsis*, neste caso astronômicos, tinham um lugar de destaque na vida dos atenienses, indicando não só os dias e as noites, mas, também, as estações, que vinham marcar o ritmo das práticas sociais do espaço rural. Além, é claro, do valor da astronomia para as navegações. Contudo, não só da astronomia. Hesíodo nos fala da navegação da primavera como sendo positiva, estando o mar calmo:

> Ainda têm os homens outra navegação, é a da primavera. Assim que as folhas, no cume da figueira, se mostram aos homens justamente do tamanho do rastro que deixa a pata da gralha, está acessível o mar; é a navegação da primavera.(HESÍODO. Os Trabalhos e os Dias. vv. 678-682)

Um dado que não pode passar despercebido é o fato de que o eclipse mencionado por Tucídides foi interpretado como um aviso dos deuses. A *phýsis***,** para o homem, neste momento, está relacionada com a vontade divina. O espaço da natureza é do âmbito do divino, daquilo que não pode ser conhecido, que deve ser respeitado.

É na natureza que os atenienses identificam a passagem do tempo. As estações, que constituíam-se na cronologia habitual durante o quinto século, vão ser marcadas pelos ciclos cósmicos e por todo sinal da *phýsis* (climático ou ambiental). Uma vez mais Tucídides observa que "(...) os eventos da guerra são relatados por ordem de sua ocorrência e sua duração é contada por verão e inverno" (TUCÍDIDES. História da Guerra do Peloponeso, II, 1).

Não deve ser perdido de vista, portanto, que os fenômenos da *phýsis* não estavam ligados somente à vida do camponês, mas à de toda a *pólis***.** Este imagem rural pode ser identificada pela presença de

3O mencionado eclipse, ocorreu em 27/08/413

MYTHOS – Revista de História Antiga e Medieval
2017, Ano I, Número I – ISSN 2527-0621
Núcleo de Estudos Multidisciplinares de História Antiga e Medieval
Universidade Estadual da Região Tocantina do Maranhão
Artigo recebido em 10 de março de 2017
Artigo aprovado em 17 março de 2017

referências ao saber camponês dentro da documentação. Este saber, construído de forma empírica através da observação e da verificação, foi transmitido de geração à geração através da tradição. Isto procede, visto que já é "codificado" pelo menos desde o século sétimo em Hesíodo.

O calendário agrícola começa na semeadura dos grãos no outono, por volta do quarto "mês" do ano ático - correspondendo à segunda metade de outubro e à primeira metade de novembro - (*Pyanopsion*). Essa semeadura aconteceria simultaneamente à aragem. O tempo preciso para tais atividades é marcado, por Hesíodo, como o momento em que as Plêiades, as Hyades e Orion se põem[4]. Além da referência a sinais astronômicos, Hesíodo, mas também Aristófanes, nos apresentam o canto do grou como um guia para a aragem e semeadura da terra. Essa ave é indicadora de tais atividades durante a sua migração para o sul. Sinaliza a proximidade do inverno. Foi uma grande indicadora do tempo para os atenienses, que conseguiam perceber se as chuvas viriam mais cedo ou mais tarde pelo tempo de sua passagem e pela espessura de sua plumagem. Sobre estes aspectos podemos citar alguns trechos da obra de Hesíodo, *Os Trabalhos e os Dias;* "(...)Quando se levantam as Plêiades, filhas de Atlas, é preciso que comece a colheita, e as sementeiras quando elas se põem; ficam elas ocultas durante quarenta dias e quarenta noites(...)" (HESÍODO. Os Trabalhos e o Dias. vv. 380-385).

> (...) Observai o momento em que ouvirdes o grito que o Grou todos os anos faz soar do alto das nuvens, traz ele o sinal das sementeiras e o anúncio da estação do inverno chuvoso, morde este grito o coração do homem sem bois." (HESÍODO. vv. 449-452).

Podemos notar que as Plêiades estão também associadas ao momento da colheita, que deveria ser feita em meados de junho, no mês *Thargelion.*

Encontra-se em Aristófanes referências ao papel das aves na sinalização do ritmo agrícola. Na peça *As Aves* o autor nos diz que "Primeiro indicamos a eles as estações - a primavera, o inverno, o

[4] As Plêiades em fins de outubro, as Hyades em 25 de novembro e Orion em 20 de novembro aproximadamente.

MYTHOS – Revista de História Antiga e Medieval
2017, Ano I, Número I – ISSN 2527-0621
Núcleo de Estudos Multidisciplinares de História Antiga e Medieval
Universidade Estadual da Região Tocantina do Maranhão
Artigo recebido em 10 de março de 2017
Artigo aprovado em 17 março de 2017

outono -; eles percebem que é hora de semear quando o Grou, atravessando os ares, emigra para a África" (ARISTÓFANES. As Aves. vv. 709-711). E ainda informa que "(...) mas durante o inverno todas as aves mudam de penas, para se cobrirem logo depois com uma plumagem nova" (vv. 105-106).

A percepção correta dos sinais da natureza era, sem dúvida, imprescindível para o bom resultado dos trabalhos do camponês. Como já mencionamos, e Aristófanes nos confirma nas passagens acima, a necessidade de reconhecer o tempo certo de semear os grãos está intimamente ligado ao volume das chuvas de inverno, e este dado é percebido nas penas do grou. Chuvas torrenciais, após a semeadura, poderiam apodrecer as sementes já que a terra ficaria completamente encharcada. Se, ao contrário, as chuvas atrasassem, os brotos poderiam não crescer o suficiente para enfrentarem o inverno. O agricultor não poderia plantar em um momento inadequado, pois precisava possuir recursos para a semeadura da nova estação (BRUMFIELD,1981)

Hesíodo chama atenção do agricultor para que não semeie a terra depois do Solstício de inverno - 22 ou 23 de dezembro, *Poseideon*- pois a produção seria pouca. Contudo, parece que o poeta lança uma esperança àqueles que atrasaram sua semeadura ou no caso das chuvas de outono não terem sido adequadas. Se as semeaduras forem prolongadas até o Solstício de inverno, talvez as chuvas da primavera compensassem o atraso. Hesíodo nos diz:

> Mas se lavrares a divina terra nos solstícios de inverno, colherás sentado no chão, apanhando apenas um punhado de poucas espigas negras; liá-las-ás uma para cá outra para lá, todo coberto de pó e sem prazer algum; hás-de as levar numa cesta, pouca gente haverá para olhar para ti. Entretando, é variável o pensamento de Zeus portador da égide, e difícil é aos mortais penetrá-lo. Se só tarde lavrares, pode haver um remédio. Assim que canta o cuco nas folhas do carvalho, dando gosto aos mortais na terra sem limites, possa Zeus, três dias depois, mandar chover e não parar enquanto não cobrir, sem exceder, o casco de um boi; assim, pode a lavoura serôdia igualar a do primeiro dia. (HESÍODO. Os Trabalhos e o Dias, vv. 479-493).

MYTHOS – Revista de História Antiga e Medieval
2017, Ano I, Número I – ISSN 2527-0621
Núcleo de Estudos Multidisciplinares de História Antiga e Medieval
Universidade Estadual da Região Tocantina do Maranhão
Artigo recebido em 10 de março de 2017
Artigo aprovado em 17 março de 2017

Raramente chove muito nos meses de março e abril na ática (BRUMFIELD, 1981). Precisamos, contudo, lembrar na confiança, depositada por esses homens, nos deuses. Os cuidados com o tempo certo de cada atividade nos campos de nada adiantaria sem os cuidados devidos aos deuses. Sobre isso falaremos melhor mais adiante.

Podemos perceber no trecho de Hesíodo o solstício de inverno como outro guia para o camponês. Este, além de marcar um tempo desfavorável para a semeadura, também marca o tempo para a última chance de aragem da terra, preparando-a para o plantio, tardio, na primavera. A primavera, como se verifica em Hesíodo, era principalmente assinalada pelo aparecimento do cuco, representado pelo seu canto. Essa era uma ave especialmente querida pelos camponeses, pois marcava o fim do inverno, uma estação difícil para os homens e animais:

> (...) nesses maus dias todos mortíferos para bois, desconfiai dele e das suas cruas geadas que cobrem a terra quando sopra Bóreas através da Trácia, nutridora de cavalos, e encapela o vasto mar; ouve-se bramir o campo e as florestas.(...) Então, cobri o vosso corpo, a isso vos aconselho, revesti um manto macio e uma túnica talar;(...)Embrulhai-vos nesse manto para que se vos não arrepiem os pelos e se não ericem, postos em pé em todo vosso corpo. (HESÍODO. Os Trabalhos e os Dias. vv.504-508; vv. 537-541)

Quando do nascimento de Arcturus, ao entardecer, em fins de fevereiro, começa o momento de aragem e semeadura das terras de alqueive, ou seja, as terras lavradas que foram deixadas em repouso para que adquirissem a força produtiva. Esses cuidados deveriam ser repetidos no verão para garantir uma terra fecunda: “Semeai o alqueive enquanto a terra ainda esta leve. Arroteai-a na primavera; se derdes outra lavra no verão, ele não há de iludir as vossas esperanças” (vv. 463-466)

A colheita deve ser feita entre o fim de maio e início de junho, quando já se começa a sentir o calor do verão que se aproxima. Esse momento é marcado pelo nascimento das Plêiades. A realização da colheita neste momento deve-se, principalmente, à necessidade de proteger os grãos do sol forte. Um outro sinal percebido pelo camponês,

MYTHOS – Revista de História Antiga e Medieval
2017, Ano I, Número I – ISSN 2527-0621
Núcleo de Estudos Multidisciplinares de História Antiga e Medieval
Universidade Estadual da Região Tocantina do Maranhão
Artigo recebido em 10 de março de 2017
Artigo aprovado em 17 março de 2017

que lhe confirma a época da colheita é a aparição do escargot. Esse sai da terra fugindo do seu aquecimento e sobe pelas hastes das plantas:

> Mas quando o porta-casa deixa a terra para trepar ao longo das plantas, fugindo das Plêiades, já não é tempo de trabalhar nas vinhas mas sim afiar as foices e acordar os escravos sombrais e do sono de manhã na época da colheita, quando o sol desseca a pele"(HESÍODO. Os Trabalhos e os Dias ,vv. 573-577).

É ainda no verão que se realiza a debulhagem dos grãos que foram colhidos. Novamente esse momento é marcado e sinalizado ao camponês por sinais da *phýsis*. Além do início do solstício de verão, por volta de 22/23 de junho, o camponês poderia identificar o tempo certo de debulhar o trigo, por exemplo, acompanhando o nascimento de Orion, em fins de junho: "Mandarei a vossos escravos que debulhem o sagrado pão de Deméter assim que se der a primeira aparição do poderoso Orion(...)" (HESÍODO. Os Trabalhos e os Dias. vv. 597-599)

O verão, época de colheita e debulhagem dos grãos, também é o momento que se inicia a colheita das uvas. É uma época marcada pelo canto estridente da cigarra, que vai lembrar ao homem do campo que ele não pode deixar o precioso fruto de Dionisos secar no pé. A vindima estende-se, aproximadamente, até o fim de setembro, sendo marcada, então, pelo nascimento de Arcturus. Neste mesmo período, nos diz Hesíodo, o vinho está na sua melhor qualidade, no momento ideal para ser consumido. O agricultor deveria, também, colocar, neste momento, o vinho nos jarros para que ele descansasse. Como já mencionamos, a melhor época para o consumo do vinho seria o verão (junho / julho - *skirophorión*) Contudo, muitos jarros seriam abertos no "mês" *anthesterión* (fevereiro / março) durante as festividades das *Anthestérias*. Hesíodo associa consumo do vinho novo com as chuvas do outono, por volta do fim de outubro. Vejamos: "Não aguardes o tempo do vinho novo nem o chuvoso outono, nem a aproximação do inverno com o temível sopro do Noto que, acompanhado das torrenciais chuvas do céu de outono, torna o mar perigoso" (HESÍODO. Os Trabalhos e os Dias, vv. 674-678).

Sobre a colheita da uva Hesíodo nos diz que:

MYTHOS – Revista de História Antiga e Medieval
2017, Ano I, Número I – ISSN 2527-0621
Núcleo de Estudos Multidisciplinares de História Antiga e Medieval
Universidade Estadual da Região Tocantina do Maranhão
Artigo recebido em 10 de março de 2017
Artigo aprovado em 17 março de 2017

> Quando Órion e Sírio tiverem chegado ao meio do firmamento, e quando a Aurora dos róseos dedos houver visto Arcturus, então, Perses, colhe e leva para casa as tuas uvas, expõe-as ao sol durante dez dias e dez noites, põe-nas à sombra durante cinco dias e, no sexto, deita nas jarras a dádiva do alegre Dionísos. A seguir, depois de se terem posto as Plêiades, as Híades e o potente Órion, lembra-te que é a época das sementeiras, e haja feliz sorte a semente na terra! (HESÍODO. Os Trabalhos e os Dias, vv. 611-617).

Sobre o consumo do vinho, esse é também associado ao verão guiado não só pelo barulho das cigarras, mas também pelo nascimento do cardo (uma flor - no grego *Skolynus*):

> Quando floresce o cardo e a ruidosa cigarra, pousada na árvore, faz ouvir, pela vibração das asas, o seu canto sonoro, nos penosos dias do estio, são então gordíssimas as cabras, excelente o vinho, muito lascivas as mulheres e mais fracos os homens, pois têm a cabeça e os joelhos queimados por Sírio, e ressequida a pele pelo calor. (HESÍODO. Os Trabalhos e os Dias, vv. 583-588).

Após a colheita, já no outono, é preciso realizar a poda das raízes da vinha. É o tempo ideal para tal atividade porque impede a proliferação destas sobre o solo. É necessário que cresçam profundamente sob a terra para que, no verão, tenham força para retirarem do solo o máximo de umidade (BRUMFIELD, 1981). Ocorrerá um pouco antes do início da primavera uma nova poda para assegurar a força das raízes. Sobre essa, Hesíodo nos fala:

> Quando Zeus, depois dos solstícios, tem cumprido sessenta dias de inverno, deixando o sagrado curso do Oceano começa a constelação de Arcturus a aparecer, brilhantíssima, à boca da noite. Logo depois a andorinha de agudo queixume, filha de Pandíon, se ergue para a luz, ao passo que começa para os homens a nova primavera. Antes da chegada dela, podai a vinha, é o melhor momento (HESÍODO. Os Trabalhos e os Dias, vv.565-572).

MYTHOS – Revista de História Antiga e Medieval
2017, Ano I, Número I – ISSN 2527-0621
Núcleo de Estudos Multidisciplinares de História Antiga e Medieval
Universidade Estadual da Região Tocantina do Maranhão
Artigo recebido em 10 de março de 2017
Artigo aprovado em 17 março de 2017

Neste trecho de *Os Trabalhos e os Dias,* podemos identificar como sinal para a nova poda não só o aparecimento de Arcturos, como também, uma ave que é comumente associada pelos gregos com a chegada da primavera: a andorinha (POLLARD, 1977). Além deste pássaro, identificamos o milhafre como uma ave também anunciadora da chegada da primavera. Aristófanes nos conta que com a aparição desta ave, os pastores sabiam que era hora de levar as ovelhas para as montanhas e tosá-las. Na peça *As Aves*, esse comediógrafo observa :

> O milhafre, por seu lado, aparece a seguir, para anunciar uma outra estação, aquela em que se tosa a lã primaveril dos carneiros. Depois é a andorinha que indica a altura de vender a samarra e comprar roupa mais leve (ARISTÓFANES. As Aves, vv. 713-717).

A poda do outono vai ocorrer conjuntamente à preparação dos vinhedos para o inverno. Esta preparação consiste em escavar pequenas vielas em torno da vinha, para que com as chuvas o estrume seja arrastado e depositado nesses vãos. Esta escavação ocorre duas vezes ao ano; da metade de outubro à metade de novembro - *Pyanopsion* - e da metade de maio à metade de junho – *thargelion*(BRUMFIELD, 1981).

A colheita das azeitonas começava em novembro e estendia-se por aproximadamente dois meses. Ao mesmo tempo em que elas eram colhidas, as oliveiras eram podadas. Essa prática visava, principalmente, os galhos mais altos porque que eles produziam menos. Eles eram podados e deixados na terra para que brotassem. Ocorria uma poda mais intensa nas árvores maiores e mais jovens, visando uma maior produção de frutos. Hesíodo não nos informa sobre as atividades ligadas à oliveira. Collumela, porém, nos diz ser necessário, em áreas quentes como a Ática, realizar duas podas: uma no outono e a outra no início da primavera (COLLUMELA. Da Agricultura. I. 30).

O tempo de arar e semear a terra é, também, a época do corte da madeira. É quando as Plêiades (HESÍODO. Os Trabalhos e os Dias, 574-576) se põem e quando canta o grou. Hesíodo nos diz:

MYTHOS – Revista de História Antiga e Medieval
2017, Ano I, Número I – ISSN 2527-0621
Núcleo de Estudos Multidisciplinares de História Antiga e Medieval
Universidade Estadual da Região Tocantina do Maranhão
Artigo recebido em 10 de março de 2017
Artigo aprovado em 17 março de 2017

> Quando se atenua a força do sol ardente que provoca o suor, quando Zeus todo poderoso faz cair a chuva de fins do outono, quando se move o corpo do homem com mais agilidade, isto é, na época em que Sírio só aparece pouco, durante o dia, por sobre a cabeça dos homens destinados à morte, mas toma a maior parte da noite, então a madeira cortada pelo machado não se pica, deixa cair em terra as suas folhas e deixa de ter rebentos; então é que se há-de cortar a madeira, é oportuna a sazão. (HESÍODO. Os Trabalhos e os Dias, vv. 414-422).

O saber camponês, portanto, é o conjunto de conhecimentos relacionados ao tempo de realização das práticas rurais. É quando a relação existente entre o ritmo da *phýsis* e as atividades desenvolvidas no campo é percebida pelo camponês. Essa relação é apreendida, colocada em prática e, através do seu sucesso, é aceita como positiva. Este conhecimento é construído e passado de geração à geração através da tradição oral, haja vista que o encontramos quase todo sistematizado em Hesíodo e Aristófanes. Contudo, o sucesso a que nos referimos, aquele que o camponês adquiria realizando suas atividades no tempo certo, fruto de um trabalho digno e enobrecedor, não dependia somente do camponês. Sobre isso Hesíodo nos diz:

> Empenha-te pois em fazer com cuidado os trabalhos oportunos, para que se encham os teus celeiros com a colheita feita na sazão própria. Mercê dos seus trabalhos é que os homens são possuidores de abundantes rebanhos e ricos, e só pelo trabalho é que eles se tornam muito mais queridos dos Imortais. (HESÍODO. Os Trabalhos e os Dias, vv.306-311).

> (...) pois o homem que descura o trabalho, se levar os seus olhares para outro homem que se tornou rico, dá-se pressa em lavrar, em plantar e em beneficiar a sua casa; inveja o vizinho ardente em enriquecer. É boa esta luta para os mortais. (HESÍODO. Os Trabalhos e os Dias, vv.24-28).

Uma boa produção de trigo, por exemplo, não está vinculada apenas à semeadura e aragem quando as Plêiades se põem. É necessário, também, realizar os cuidados devidos a Zeus e a Deméter, responsáveis pela chuva e pelo crescimento dos grãos. A atenção aos

MYTHOS – Revista de História Antiga e Medieval
2017, Ano I, Número I – ISSN 2527-0621
Núcleo de Estudos Multidisciplinares de História Antiga e Medieval
Universidade Estadual da Região Tocantina do Maranhão
Artigo recebido em 10 de março de 2017
Artigo aprovado em 17 março de 2017

ritos antes das atividades, para o camponês é, na verdade, o que iria assegurar bons resultados para os seus empreendimentos. O tempo, para o agricultor, era medido através dos sinais da natureza, constituindo o saber camponês. Todavia, o agricultor não poderia ficar sem a ajuda dos deuses (ISAGER e SKYDSGAARD, 1992). Como sabemos, a religião grega permeava não só a economia, mas, também todos os outros setores da sociedade. Portanto, os deuses não poderiam estar dispensados das preces ligadas à produção dos campos Esta prática evidencia também valores coletivos importantes, que ligam cada membro da *pólis*. Uma conduta inadequada, uma falta cometida e a resposta divina poderia caber à todos, e não somente àquele que a cometeu. Portanto, aliado a uma leitura eficiente dos sinais da natureza, er necessário realizar os ritos devidos aos deuses. Os rituais deveriam ser feitos, como nos informa Hesíodo:

> Ora, tal é a lei dos campos, assim para os que habitam perto do mar, como para aqueles que, nos profundos vales, longe do mar encapelado, habitam uma região fértil: anda nu para semear, nu para lavrar, nu para ceifar, se quiseres fazer em sua sazão todos os trabalhos de Deméter, a fim de que qualquer colheita cresça em tempo oportuno e para que mais tarde, na tua indigência, não tenhas de ir mendigar em casa dos outros, sem nada obter. (HESÍODO. Os Trabalhos e os Dias, vv. 386-397)

> Invocai Zeus subterrâneo e a casta Deméter, para que a espiga do sagrado trigo de Deméter seja pesada quando madura; rogai-os logo no começo da lavoura quando, tomando na mão a pega, na extremidade da rabicha, tocardes o dorso dos bois que puxam na cavilha do jugo. Um servosinho atrás, com um sacho, deverá dar trabalho aos pássaros, cobrindo as sementes; pois é coisa excelente para os mortais a ordem no trabalho, desastrosa é a desordem. (vv. 465-473)

Como podemos perceber, Hesíodo chama a atenção do agricultor para a necessidade de realizar suas atividades no tempo certo e alimentar os valores do trabalho braçal, da labuta sem indolência:

MYTHOS – Revista de História Antiga e Medieval
2017, Ano I, Número I – ISSN 2527-0621
Núcleo de Estudos Multidisciplinares de História Antiga e Medieval
Universidade Estadual da Região Tocantina do Maranhão
Artigo recebido em 10 de março de 2017
Artigo aprovado em 17 março de 2017

> (...) é preciso, em casa, pôr no devido estado todas as alfaias da cultura, para não ter nada que pedir emprestado a outrem, que recusa e vos deixa em embaraço: a estação passa e a obra perece. Nada deixeis para amanhã, nem para depois de amanhã: o homem que negligencia o seu trabalho não enche o celeiro, nem tampouco aquele que o adia. O cuidado é que faz prosperar a obra. O homem que procrastina a sua tarefa sempre luta com a miséria. (HESÍODO. Os Trabalhos e os Dias, Vv. 408-415).

Entretanto, de nada adiantaria obedecer aos sinais da natureza - da *phýsis* - se o agricultor não realizasse os ritos e as oferendas aos deuses. Somente desta forma a ordem mencionada por Hesíodo estaria completa e estaria assegurada. A necessidade desses ritos mostra que a natureza era alguma coisa de misteriosa (LENOBLE, 1969). A natureza estava ligada aos deuses. A *phýsis* obedecia à vontade divina, vontade essa que era desconhecida pelos meros mortais; ou melhor, não poderia ser conhecida pelos homens, já que é do âmbito do divino e não do humano. Portanto, era preciso que esses mortais estivessem em harmonia com os deuses. A obrigação cultual com eles garantia, portanto, uma boa produção. A obrigação cumprida para com os deuses serviria, inclusive, como um termômetro, mostrando que, se algo saísse errado era porque os deuses estariam insatisfeitos com um determinado homem por algum motivo. No caso, a ira divina poderia vir sob a forma de abundantes chuvas ou de uma aterradora seca, castigando o camponês, mesmo esse tendo cumprido todos os ritos.

Essa necessidade de plantar no tempo certo e de realizar os rituais devidos aos deuses nos mostra o espaço privilegiado da agricultura na vida ateniense. Este papel privilegiado vem reforçar um importante pressuposto amplamente difundido em Atenas e sistematizado pelo Sócrates de Xenofonte, qual seja; "Tem sido nobremente dito que a agricultura é a mãe e a ama de todas as atividades" (XENOFONTE. Econômico, 5,17).

A vida no campo era a melhor forma de viver e de formar bons cidadãos. Hesíodo, claramente, procura reforçar práticas ligadas ao rural, acreditamos, como ponto de confronto à força do comércio já existente. É claro que essa concepção está atrelada a uma forma de pensamento e de vida aristocráticas, presente em Hesíodo, que valoriza a terra como bem e os valores rurais como aqueles que eram almejados para a construção de homens fortes e honrados. Esse mundo arcaico,

MYTHOS – Revista de História Antiga e Medieval
2017, Ano I, Número I – ISSN 2527-0621
Núcleo de Estudos Multidisciplinares de História Antiga e Medieval
Universidade Estadual da Região Tocantina do Maranhão
Artigo recebido em 10 de março de 2017
Artigo aprovado em 17 março de 2017

aristocrático, representado na obra de Hesíodo, demonstra uma Atenas arcaica ainda essencialmente rural em seus valores, mas talvez que já perceba que o avanço nas mudanças sócio-culturais, de valorização de atividades fora do eixo rural, está mais próximo do que seria o desejado.

Referências

1. Documentação Textual

ARISTÓFANES. **As Aves**. Paris: LesBellesLettres, 1977.

HESÍODO. **Os Trabalhos e os Dias**. Paris: BellesLettres, 1986.

TUCÍDIDES. **História da Guerra do Peloponeso**. Paris: BellesLettres, 1944.

XENOFONTE. **Memoráveis**, O Econômico. London: Loeb, 1992.

2. Obras de Orientação Historiográficas

BORGEAUD, Philippe. 'O Rústico', in: VERNANT, Jean Pierre (org.)**O HomemGrego**. Lisboa:Editorial Presença, 1994.

BRUMFIELD, A.C. **The Attic Festivals of Demeter and their Relation to the Agricultural Year**. New Hampshire: Arno Press, 1981

FARCY, Henry de. **L'Espace Rural**. Paris: 1975.

GODELIER, M. **L'Idéelet le Matériel. Pensée, Économies, Sociétés**. Paris: Fayard, 1974.

ISAGER, S. & SKYDSGAARD, J.E. **Ancient Greek Agriculture.An Introduction.** London and New York: Routledge, 1992.

LENOBLE, Robert. **História da Idéia de Natureza**. Lisboa: Edições 70, 1969.

SAHLINS, Marshall. **Ilhas de História**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1994.

ISAGER, S. And SKYDSGAARD, J.E. **Ancient Greek Agriculture: An introdution.** (1992), pp.161-163

POLLARD, J. **Birds in Greek Life and Myth**. London: ThamesandHundson,1977

MYTHOS – Revista de História Antiga e Medieval
2017, Ano I, Número I – ISSN 2527-0621
Núcleo de Estudos Multidisciplinares de História Antiga e Medieval
Universidade Estadual da Região Tocantina do Maranhão
Artigo recebido em 15 de março de 2017
Artigo aprovado em 20 março de 2017

RITUAIS FÚNEBRES DEDICADOS AOS HERÓIS: CONCEPÇÕES ACERCA DA RELIGIOSIDADE GREGA NO PERÍODO HOMÉRICO

Lennyse Teixeira Bandeira[5]

RESUMO: Este artigo tem como objetivo analisar os rituais fúnebres dedicados aos heróis gregos no período Homérico. No campo da teoria, utilizaremos as concepções de Jean-Pierre Vernant para explicar que o culto heroico possuía um significado religioso e influenciava no equilíbrio geral de um sistema cultural correspondente aos cultos direcionados as divindades.

PALAVRAS-CHAVE: Grécia, Religião, Rituais, Heróis.

ABSTRACT: The present article has the goal to make an analisis of the funeral rites dedicated to the Greek Heroes in the homeric period. In the theory field, we will utilize Jean-Pierre Vernant conceptions to explain that the heroic cult had a religious significance and influenced the general equilibrium of a cultural system corresponding to the cults directed to the deities.

KEYWORDS: Greek, Religion, Rituals, Heroes.

[5]Graduada em História pela Universidade Estadual do Maranhão - Centro de Estudos Superiores de Imperatriz - (UEMA/CESI).

Pesquisadora do Núcleo de Estudos Multidisciplinares de História Antiga e Medieval da Universidade Estadual do Maranhão-NEMHAM/UEMASUL. lennysebandeira@hotmail.com

MYTHOS – Revista de História Antiga e Medieval
2017, Ano I, Número I – ISSN 2527-0621
Núcleo de Estudos Multidisciplinares de História Antiga e Medieval
Universidade Estadual da Região Tocantina do Maranhão
Artigo recebido em 15 de março de 2017
Artigo aprovado em 20 março de 2017

1. A Religiosidade Grega, seus Deuses eMitos

A espiritualidade grega baseava-se em crenças que vinham de especulações do ser humano em busca de questões que não sabiam explicar. Era uma religião sem livro sagrado, e não havia escritos e sacerdotes capazes de defini-la. Deste modo, os mitos e as explicações eram variáveis de lugares e tempos diferentes.

Paul Cartledge faz menção ao antropomorfismo para explicar que o politeísmo grego proliferava divindades, ou seja, associavam os deuses cada qual em suas áreas distintas. Apresenta-se, por exemplo, a deusa Afrodite designada a reger em razão do amor e da sexualidade, e a deusa Atena associada às habilidades técnicas. Os gregos também adoravam personificações como *Himeros* que representava o desejo, e *Nikέ* que representava a vitória, assim como veneravam os heróis, que possuíam forças semelhantes a dos deuses, mas diferentemente das divindades, eram mortais. (CARTLEDGE, 2009, p. 441-442).

Segundo Jean-Pierre Vernant a civilidade grega via os deuses como potências, e celebravam os cultos que simbolizava a honra pela extrema superioridade dos deuses. Apesar dos deuses pertencerem ao mesmo mundo dos humanos, eles constituíam uma raça que não possuía as fraquezas mortais, como a possibilidade da morte, doenças e sofrimentos. Trata-se apenas de possuir a plenitude dos valores existentes na terra, como a força, a juventude constante, beleza e imortalidade. (VERNANT, 2006, p. 09).

A ideia de deuses e heróis gregos se distancia da concepção contemporânea herdada da tradição hebraica e cristã. O historiador Pedro Paulo Funari acentua que para entendermos os deuses da Grécia, é preciso nos distanciarmos das concepções atuais da tradição judaico-cristã, pois, para os gregos, os deuses tinham um comportamento semelhante ao dos homens, entretanto, o que diferenciava um deus de um homem comum era a sua imortalidade. (FUNARI, 2001, p. 37).

Os gregos tinham como verdade as histórias, aventuras e narrativas fantásticas que reputavam aos seus deuses, denominadas

MYTHOS – Revista de História Antiga e Medieval
2017, Ano I, Número I – ISSN 2527-0621
Núcleo de Estudos Multidisciplinares de História Antiga e Medieval
Universidade Estadual da Região Tocantina do Maranhão
Artigo recebido em 15 de março de 2017
Artigo aprovado em 20 março de 2017

como *mito*[6]. Essas histórias e narrativas eram passadas de geração a geração. Segundo Pedro Paulo Funari, a palavra *mito* significa "relato", e os gregos tomavam como verdadeiros, acreditando serem relatos que provinham de seus antepassados. (FUNARI, 2001, p. 37).

De acordo com JosteinGaarder, Victor Hellern e Henry Notaker, o mito acompanha um rito, e o rito com frequência renova um ato em cujo mito se fundamenta. Desta forma, o mito procura explicar algo, que em muitos casos elucidam um acontecimento do princípio dos tempos, como por exemplo, as religiões que fomentam seus mitos sobre a criação e como o mundo surgiu. Neste caso, a função do mito não é expor fatos históricos, mas oferecer uma explicação geral da existência. (GAARDER, HELLERN E NOTAKER, 2000, p. 19).

A respeitodos procedimentos ritualísticos dedicados aos deuses, Pedro Paulo Funari afirma que os gregos tinham o costume de oferecer sacrifícios. Para os deuses celestes, sacrificavam um animal e uma parte era jogada ao fogo, em forma de oferecimento, o restante era consumido pelas pessoas presentes. Já os sacrifícios feitos aos deuses subterrâneos, o animal era sacrificado e seu sangue era retirado e colocado em um buraco para escorrer pela terra, logo após o sacrifício do animal, todo o corpo deveria ser queimado. Havia também, sacrifícios humanos, em caso de inimizade, o que significa *pharmaco,* que expressa a cura para todos os males da coletividade. (FUNARI, 2009, p. 51).

Jean-Pierre Vernant explica que *bomós*, era altar de alvenaria utilizado pelos gregos para celebrarem cultos aos seus deuses, neste lugar se cumpria o rito central da religião grega, tratando dos sacrifícios alimentícios cruentos, a saber: a *thysia.* O animal sacrificado, enfeitado, coroado era levado em cortejo acompanhado ao som de flautas até o *bomós*, que também era portado de coroas. Em seguida, a cabeça era erguida e cortavam o seu pescoço com um golpe de *máchaira,* um tipo de espada de pequeno porte. O sangue que se espalhava pelo altar era recolhido em um vaso, o animal era aberto e o seu fígado extraído, para que fosse examinado para saber se o sacrifício tinha a aprovação dos deuses. Diante disso, o animal era retalhado e seus ossos eram jogados ao fogo com aromatizantes. Alguns pedaços internos eram reservados

[6]O termo grego *mytos* significa dizer, falar, contar. Do apogeu do racionalismo grego até o início deste século, mito tinha o sentido de fábula ou conto, uma fantasia das camadas mais ingênuas ou menos esclarecidas da sociedade. (OLIVEIRA; LIMA, 2006, p. 01)

MYTHOS – Revista de História Antiga e Medieval
2017, Ano I, Número I – ISSN 2527-0621
Núcleo de Estudos Multidisciplinares de História Antiga e Medieval
Universidade Estadual da Região Tocantina do Maranhão
Artigo recebido em 15 de março de 2017
Artigo aprovado em 20 março de 2017

ao executante do ritual, representando o contato direto com os deuses. A língua e o couro são pedaços considerados honrosos, portanto, eram reservados especialmente aos sacerdotes que presidiam o ritual. E por fim, o restante da carne era preparada nos caldeirões que em seguida era distribuída aos participantes que não possuíssem máculas. (VERNANT, 2006, p. 54-55).

Além dos sacrifícios cruentos, há as oblações vegetais que consistem em sacrifícios que são ofertados alimentos como: ramos, sementes, leite, mel, azeite ou água. Jean-Pierre Vernant faz referência ao caso de deuses como Apolo Genetor em Delfos e Zeus Hypatos na Ática, que dispensam rituais com sangue e vinho. As oblações vegetais são consideradas sacrifícios puros por não utilizarem a execução de vítimas. Conclui-se que as oferendas podem ser consumidas no fogo ou colocadas no altar sem serem queimadas, se opondo às práticas correntes. (VERNANT, 2006, p. 55- 56).

2. Dos Rituais Fúnebres dedicados aos Heróis Gregos no Período Homérico

Camila Diogo de Souza analisa que o *héros*, representado pela figura do herói, ocupava no mundo grego um caráter relevante nos documentos literários, imagéticos e arqueológicos. Relata-se que no século VIII a.C. havia evidências arqueológicas que indicavam a prática de rituais funerários em maneiras sistemáticas e recorrentes em lugares construídos para homenagear a memória dos heróis em diversas *póleis* gregas. O estabelecimento dos cultos destinados aos heróis no século VIII a.C se tornou um dos elementos principais da religião grega nos séculos decorrentes. (SOUZA, 2005, p. 01).

No período homérico, havia o costume entre os gregos de reaproveitar estruturas funerárias micenianas em desuso, que depois de reformadas serviam de locais para homenagens fúnebres direcionadas às personalidades lendárias, que em grande maioria não possuíam nenhuma ligação com essas antigas construções, e eram invocados por gené nobiliários, linhagens ou grupos de fráteres. Jean-Pierre Vernant afirma que esses personagens míticos, assim como os heróis da *epopeia*, fazem parte de um passado distante e construíam

MYTHOS – Revista de História Antiga e Medieval
2017, Ano I, Número I – ISSN 2527-0621
Núcleo de Estudos Multidisciplinares de História Antiga e Medieval
Universidade Estadual da Região Tocantina do Maranhão
Artigo recebido em 15 de março de 2017
Artigo aprovado em 20 março de 2017

desde então uma classe de Potências sobrenaturais, diferentes dos *theoí*, dos mortos comuns e dos deuses propriamente ditos. (VERNANT, 2006, p. 44).

De acordo com Jean-Pierre Vernant, o culto aos heróis possuía um valor territorial e cívico muito maior que o culto aos deuses, pois estavam associados a uma sepultura com a presença subterrânea do defunto, que na maioria das vezes, os restos mortais haviam sido resgatados de lugares distantes para retornar ao lugar de origem. Jean-Pierre Vernant afirma que o prestigio depositado nas homenagens aos personagens por meio dos túmulos e os cultos aos heróis, desempenhavam para a civilidade o papel de símbolo glorioso e de talismã, cuja localização era conservada em segredo, porque cabia a *pólis* a sua proteção e garantia de salvação. (VERNANT, 2006, p. 44).

Os gregos que atribuam os melhores cargos da *pólis* corporificavam, em meio aos *demos*, a memória de heróis *arcageta*, quando se tratava de fundadores lendários, e corporificavam os ecistas, que representavam as colônias, em outros casos, patrocinavam diversos constituintes do corpo cívico da *pólis*, a saber: as fratrias, tribos e demos. Jean-Pierre Vernant acrescenta ainda que os gregos distribuíam-se em diferentes pontos do território e consagravam assuntos particulares que unia os membros de *kômai*, correspondente a todos que faziam parte dos setores rurais e aldeias atenienses, a fim de reunir todos em torno de um culto sagrado. (VERNANT, 2006, p. 45).

Camila Diogo de Souza evidencia em suas pesquisas arqueológicas elementos diferentes de decoração de vasos cerâmicos com representações mortuárias durante o século VIII a.C. Na primeira metade do século VIII a.C. eram utilizadas as figuras de humanos e animais, com cenas dos rituais de *próthesis* e *ekphorá*, representadas através de decorações de vasos nos marcadores funerários em Atenas. Já na segunda metade do século VIII a.C. os rituais funerários continuavam aparecendo através de pinturas em vasos cerâmicos, entretanto, apareciam em quantidade menores e eram restritas ao mobiliário funerário e marcadores de túmulos de adultos. (SOUZA, 2005, p. 23).

No que concerne aspráticas funerárias durante o final do período homérico a cremação permanecia como pratica principal para adultos, e as práticas de inumações eram destinadas em grande parte para as crianças. Camila Diogo de Souza relata que os vasos com pinturas que

MYTHOS – Revista de História Antiga e Medieval
2017, Ano I, Número I – ISSN 2527-0621
Núcleo de Estudos Multidisciplinares de História Antiga e Medieval
Universidade Estadual da Região Tocantina do Maranhão
Artigo recebido em 15 de março de 2017
Artigo aprovado em 20 março de 2017

representavam cenas como a *próthesis*, foram encontrados no interior dos túmulos como parte do mobiliário fúnebre, mas que nesse período, se destaca a presença de artefatos de metais nas sepulturas referentes a instrumentos de batalha. Evidenciam-se também indícios de oferendas em argilas, com vasos para bebidas e figuras de terracota. (SOUZA, 2005, p. 26).

No que se refere o aspecto religioso dos cultos destinados aos heróis do período homérico, Camila Diogo de Souza relata de acordo com as concepções antropológicas de François de Polignac[7] que a religião e suas expressões rituais opera como agente mediador das fundações territoriais, consequentemente no processo de constituição da identidade da *pólis* nesta época. Desta forma, a construção de templos urbanos monumentais era considerada a "certidão de nascimento" da *pólis*. (SOUZA, 2005, p. 73).

Na *Odisséia*o ritual fúnebre dedicado a Aquiles tem a duração 17 noites e dias de execução da *próthesis*, que consistia na confirmação da morte e na preparação corpoe da *ekphorá,* o translado até o local de enterramento, realizado por uma grande multidão que ofereciam sacrifícios, libações e participavam de jogos fúnebres em honra ao herói, como cita Homero:

> As lágrimas conter. Por dezessete
> Noites e dias, de mortais e deuses
> Regou-te o pranto e na seguinte aurora
> Demos-te ao fogo, e ovelhas te imolamos
> Gordas e negros bois; nas divas roupas,
> Em óleo e doce mel, queimado foste;
> Muitos peões e armados cavaleiros
> Circundaram-te a pira estrepitosos.
> De manhã, gasta a carne, os brancos ossos,
> Em perfumes e vinho e embalsamados,
> Recolheu-te a mãe terna em urna de ouro. (ODISSÉIA, XIV: 48-58)

[7] (DE POLIGNAC, 1995, p. 16).

MYTHOS – Revista de História Antiga e Medieval
2017, Ano I, Número I – ISSN 2527-0621
Núcleo de Estudos Multidisciplinares de História Antiga e Medieval
Universidade Estadual da Região Tocantina do Maranhão
Artigo recebido em 15 de março de 2017
Artigo aprovado em 20 março de 2017

Fustel de Coulanges afirma que os gregos consideravamimportantes, durante os rituais, deixar nas sepulturas objetos como vasos, utensílios domésticos, armas, alimentos e bebidas para suprir os mortos na sua vida póstuma. (COULANGES, 2006, p. 19). Nessa perspectiva, Arnold Van Gennep ao tratar os ritos de passagem, identifica três fases que compõe em sequência a passagem desses ritos, sendo elas: ritos de separação, que consiste no isolamento através da morte; margem, equilíbrio entre dois mundo; e agregação, festas e banquetes nas cerimonias funerárias. (GENNEP, 2013, p. 139-141).

Camila Diogo de Souza acrescenta que para François de Polignac o culto heroico possui três elementos, a saber: o primeiro, que geralmente é praticado por todos em santuários urbanos se insere nas práticas rituais que homenageiam os fundadores das *pólis*, sejam históricos, lendários, inventados ou míticos; o segundo elemento são práticas rituais que concede um status ao recém falecido, se caracteriza através da heroicização; o terceiro elemento dos cultos heroicos corresponde a grande quantidade de oferendas e librações. (SOUZA, 2005, p. 73-74).

De acordo com Jean-Pierre Vernant, o culto heroico não está ligado apenas às necessidades sociais, ele possui um significado propriamente religioso. O culto heroico repercute no equilíbrio geral do sistema cultural e possui duas vertentes, a saber: a primeira corresponde ao culto de divindades de caráter permanente e obrigatório para todos; a segunda refere-se aos ritos funerários, de caráter temporário e reservado apenas aos familiares. (VERNANT, 2006, p. 45).

Os deuses são conhecidos como *athánatoi*, os imortais; por outro lado, os homens são conhecidos como os *brótoi*, os mortais fadados à velhice e a morte. Desta maneira se denomina a radical oposição segundo os gregos, cujos deuses são beneficiados pelos cultos efetuados pelos homens em condição de servos. (VERNANT, 2006, p. 45).

A necessidade de se fazer o rituais funerários refletia na crença dos gregos de que a alma não se encerrava no túmulo. No que se refere aos rituais fúnebres do heróis, acreditava-se que se o seu nascimento lhe atribuía ascendência semidivina, e portanto, estava reservada a ele uma morte a cima da condição humana. Diferente dos mortais, que desciam ao Hades, os semideuses ou heróis eram agraciados e transportados para a ilha dos Bem-Aventurados, onde continuavam a

MYTHOS – Revista de História Antiga e Medieval
2017, Ano I, Número I – ISSN 2527-0621
Núcleo de Estudos Multidisciplinares de História Antiga e Medieval
Universidade Estadual da Região Tocantina do Maranhão
Artigo recebido em 15 de março de 2017
Artigo aprovado em 20 março de 2017

gozar dos prazeres, possuindo uma felicidade comparada a uma vida dos deuses. (VERNANT, 2006, p. 48).

De acordo com Paul Cartledge a religião grega colidia com as batalhas de diversas maneiras. Os comandantes dos exércitos viam-se inspirados por seus heróis e antecessores a cada passo em direção as batalhas. (CARTLEDGE, 2009, p. 445). O ritual religioso desempenhava um papel importante nas guerras, afirma-se que era impensável começar uma expedição ou batalha sem antes executar sacrifícios preliminares aos deuses. Realizar o sacrifício não era sinônimo de vitória, mas se não fosse realizado os exércitos estariam destinados à derrota. Embora houvesse negociações, o consentimento dos deuses era o fator primordial nas batalhas.

Referências

1. Documentação Textual:

HOMERO. **Odisseia**. Tradução de Manoel Odorico Mendes. São Paulo: Atena Editora, 2009.

2. Obras de Orientação Teórico-Metodológicas:

GENNEP, Arnold Van. **Os ritos de passagem**. 4. ed. Trad. Mariano Ferreira. Petrópolis: Vozes, 2013.

3. Obras de Orientação Historiográfica:

CARTLEDGE, Paul (Org.). **História ilustrada Grécia antiga**. Tradução Laura Alves e Aurélio Rebello, 2 Ed. São Paulo: Ediouro, 2009.

COULANGES, Numa-Denys Fustel de. **A cidade antiga**. Tradução de Frederico Ozanam Pessoa de Barros. São Paulo: EDAMERIS, 2006.

DE POLIGNAC, F. Cults, Territory, and the Origins of the Greek City-State.Chicago, London, 1995.

FUNARI, P. P. A. **Grécia e Roma**. São Paulo: Contexto, 2001.

MYTHOS – Revista de História Antiga e Medieval
2017, Ano I, Número I – ISSN 2527-0621
Núcleo de Estudos Multidisciplinares de História Antiga e Medieval
Universidade Estadual da Região Tocantina do Maranhão
Artigo recebido em 15 de março de 2017
Artigo aprovado em 20 março de 2017

FUNARI, P.P.A. Gregos. **Religiões que o mundo esqueceu.**São Paulo: Contexto, 2009.

GAARDER, Jostein. HELLERN, Victor. NOTAKER, Henry. **O livro das religiões**. Tradução de Isa Mara Lando. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

SOUZA, C. D..**Estrutura e Artefatos: o culto heroico em sítios gregos da Idade do Ferro (séc. XI ao VIII a.C.).** Universidade de São Paulo – USP: Dissertação de mestrado (versão eletrônica), 2005.

VERNANT, Jean-Pierre. **Mito e religião na Grécia Antiga**. Tradução Joana Angélica d'Ávila Mela. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2006.

4. Revistas Eletrônicas:

OLIVEIRA, S. M.; LIMA, Antônia Silva de. **O Mito na formação da identidade**. Dialógica (Manaus), MANAUS, 31 jul. 2006. Disponível em: http://dialogica.ufam.edu.br/PDF/no1/5mito_formacao.pdf.

MYTHOS – Revista de História Antiga e Medieval
2017, Ano I, Número I – ISSN 2527-0621
Núcleo de Estudos Multidisciplinares de História Antiga e Medieval
Universidade Estadual da Região Tocantina do Maranhão
Artigo recebido em 12 de março de 2017
Artigo aprovado em 15 de março de 2017

LA PRATICA DELA MERCATURA E OS CONHECIMENTOS NECESSÁRIOS AO MERCADOR NA BAIXA IDADE MÉDIA (SÉC. XIV)

Raimundo Carvalho Moura Filho[8]

RESUMO: Este artigo buscar apontar e discutir os conhecimentos técnicos e práticos necessários à atividade profissional do mercador na baixa Idade Média. O recorte espacial se refere à região da Europa Ocidental. Utilizaremos o documento *La Pratica de Mercatura*, um manual do comércio escrito no século XII pelo florentino Francesco BalducciPegolotti. Esse gênero literário passou a ser difundido na Europa cristã a partir do século XIII e configura-se como um registro de conhecimentos e experiências coletiva dos mercadores (REIS, 2015, p.43).

PALAVRAS-CHAVE: Idade Media. Mercadores. Manual de comércio.

ABSTRACT: This article pick up point and discuss the technical and practical knowledge necessary for the professional activity of the trader in the late Middle Ages. The spatial clipping refers to the region of Western Europe. We will use the document Her practice of Mercatura, a trade manual written in the 12th century by the Florentine Francesco BalducciPegolotti. This literary genre became widespread in Christian Europe from the 13th century and appears as a record of collective knowledge and experience of the \

KEYWORDS: Middle Ages. Merchants. Trade Manual

[8] Universidade Estadual da Região Tocantina do Maranhão
NEMHAM-CNPq. Email: raimundo.hist.cesi@gmail.com

MYTHOS – Revista de História Antiga e Medieval
2017, Ano I, Número I – ISSN 2527-0621
Núcleo de Estudos Multidisciplinares de História Antiga e Medieval
Universidade Estadual da Região Tocantina do Maranhão
Artigo recebido em 12 de março de 2017
Artigo aprovado em 15 de março de 2017

Introdução

O desenvolvimento da atividade profissional dos mercadores no século XIV estava ligado às mudanças gerais que a partir do século XI deus seus primeiros indícios. O revigoramento comercial e o aparecimento de novas cidades na Europeia cristã foram os aspectos que contribuíram, desde o primeiro milênio, para a evolução do segmento mercantil (LE GOFF, 1991, p.07-8).

Na perspectiva do historiador belga Henry Pirenne a estagnação comercial e, em consequência, o fim da vida urbana na Europa Ocidental, foram efeitos de influências exteriores. Embora as invasões germânicas contribuíram para o fim do Estado romano do Ocidente, os reinos que se estabeleceram a partir do século V conservou o caráter mediterrânico da Europa Ocidental, ou seja, a utilidade do mar mediterrâneo enquanto via de comunicação com o Oriente. Segundo Henry Pirenne, a conservação dos traços gerais do mundo antigo – o caráter mediterrânico e as relações comerciais com Bizâncio - constituiu a base para a continuidade do comércio e das cidades após as invasões normandas (PIRENNE, 1973, p.17). Nesse sentido foi a partir do século XI, devido ao fim das ultimas invasões que a retomada da atividade comercial apresentou seus primeiros indícios. O historiador Jacques Le Goff acrescenta que o revigoramento das cidades pode ser considerado causa e efeito do processo de renascimento comercial na Europa cristã (LE GOFF, 1991, p.07).

Se no período anterior, entre os séculos VII e X, é adequado falar em estagnação econômica, a partir do primeiro milênio evidencia-se uma retomada das relações comerciais entre o Ocidente e o Oriente. O excedente agrícola, em decorrência da maior disponibilidade de mão-de-obra e o aperfeiçoamento das técnicas de produção possibilitam o ressurgimento do comércio (FRANCO JÚNIOR, 2001, p.41)

O comércio à longa distancia constituiu um aspecto central na atividade do mercador baixo medieval. Esta atividade exigia o conhecimento de línguas vulgares, do domínio da escrita e de saber com precisão a localização do país que se pretendia visitar, ou seja, os conhecimentos geográficos eram igualmente indispensáveis a sua atividade. Através dessa constatação este artigo busca discutir esses

MYTHOS – Revista de História Antiga e Medieval
2017, Ano I, Número I – ISSN 2527-0621
Núcleo de Estudos Multidisciplinares de História Antiga e Medieval
Universidade Estadual da Região Tocantina do Maranhão
Artigo recebido em 12 de março de 2017
Artigo aprovado em 15 de março de 2017

três aspectos da atividade do mercador: o conhecimento de línguas, o domínio da escrita e os conhecimentos geográficos. Para isso recorreu-se a *La Pratica de Mercatura*de Francesco BalducciPegolotti, documento do século XIV que deixa transparecer informações sobre câmbios, lugares a serem percorridos por aqueles que almejavam negócios e maneiras de como se comportar no estrangeiro. Conhecimentos geográficos, conhecimento de línguas estrangeiras e necessidade da escrita, são os alertas que Pegolotti deixa a seus pares.

La pratica dela mercatura e os Conhecimentos Necessários ao Mercador na Baixa Idade Média (séc. Xiv)

A ascensão dos mercadores no conjunto da sociedade medieval está relacionada às transformações sociais e econômicas ocorridas na Europa cristã a partir do século XI (BLOCH, 1982, p.91). O ofício dos mercadores, a compra e venda de mercadorias, exigia conhecimentos práticos e técnicos. O propósito universalista que marcara a concepção religiosa medieval não poderia ser seguido rigidamente pelos mercadores, pois sua mentalidade aponta para o prático, para o útil e, sobretudo, pela busca de riquezas (LE GOFF, 1991, p.84).

Além do contexto religioso em que os mercadores estavam inseridos somava-se o fato de que os senhores feudais detinha o domínio da produção agrícola. Assim, a mentalidade burguesa nasce dentro e contra a mentalidade cristã feudal (ROMERO, 1999, p.29). Segundo Jacques Le Goff o mercador "tem necessidades de conhecimento técnicos. Por sua mentalidade, visa ao útil, ao concreto, ao racional" (LE GOFF, 1991, p.103). Nessa definição, a mentalidade burguesa afasta-se da tradição feudal cristã. Esta concepção tomava a realidade como pertencente ao sobrenatural, tal como aponta na Bíblia: "o Senhor é meu pastor, nada me faltará" (SALMOS, 23:1). A mentalidade burguesa, por outro lado, propõe que a divindade não atua de forma aleatória e os homens também podem criar (ROMERO, 1999, p.34).

Mas esse segmento social, como foi apontado, afirma-se a partir de um contexto de transformações sociais e econômicas que se deram a partir do século XI. Através dessa constatação e para evitar uma falsa homogeneização dos mercadores ao longo do período medieval, é necessário estabelecer, ainda que sucintamente, uma discussão a

MYTHOS – Revista de História Antiga e Medieval
2017, Ano I, Número I – ISSN 2527-0621
Núcleo de Estudos Multidisciplinares de História Antiga e Medieval
Universidade Estadual da Região Tocantina do Maranhão
Artigo recebido em 12 de março de 2017
Artigo aprovado em 15 de março de 2017

respeito de sua atividade profissional entre os primeiros séculos das transformações econômicas (XI-XIII) e o novo tipo de mercador característico dos séculos XIV e XV.

O mercador medieval do século XIV, por ter uma rede de clientes ampla, além de usufruir dos progressos das técnicas de navegação (como a difusão dos contratos de seguro, o que significava menor probabilidade de uma empresa mercantil ter prejuízos com o ataque de piratas) era substancialmente diferente do mercador de entres os séculos XI-XIII (LE GOFF, 1991, p.17). O mercador deste período era um itinerante, um ambulante que ia de feira em feira vender suas mercadorias e adquirir outras. (AMBONI, 2011, p.02). As rotas terrestres e aquáticas poderiam constituir um potencial perigo a sua atividade, bem como o banditismo e os atos de pirataria dados por terra e por mar. Nessa mesma perspectiva o estudioso Leo Huberman aponta que além de tarifas que os mercadores pagavam aos senhores feudais para trafegar em suas estradas estas eram de péssimas condições, "estreitas, mal feitas, enlameadas e geralmente inadequadas às viagens" (HUBERMAN, 2015, p.30).

Os mercadores tão pouco deixarem de exercer suas atividades em meio a esses obstáculos. Ao contrário, a economia medieval, desde as transformações que se deram a partir do século XI, foi marcada não pela a atividade do produtor, mas sim pela dos mercadores (BOLCH, 1982, 92).

Os homens de negócio do século XIV tinham uma rede de clientes ampla e dispuseram de técnicas e métodos de navegação avançadas. Eram especialistas no comércio à longa distância (GUREVIC, 1991, p.172). Estabelecido uma sucinta discussão sobre os tipos de mercadores que atuaram no contexto medieval, a abordagem se centrará agora nos três aspectos imprescindíveis ao mercador da baixa Idade Média.

Assim *La Pratica dellaMercatura* de Francesco BalducciPegolotti torna-se um manual técnico de prática mercantil, com o propósito de auxiliar os mercadores que buscavam o comercializar em regiões distantes e hostis (REIS, 2015, p.63). Em posse desse tipo de manual o mercador medieval estava munido com informações sobre pesos e medidas, sobre línguas vulgares e a localização de países. Ele podia exercer sua atividade graças a esse registro de conhecimentos e experiências. O mercador, através das informações que dispunham,

MYTHOS – Revista de História Antiga e Medieval
2017, Ano I, Número I – ISSN 2527-0621
Núcleo de Estudos Multidisciplinares de História Antiga e Medieval
Universidade Estadual da Região Tocantina do Maranhão
Artigo recebido em 12 de março de 2017
Artigo aprovado em 15 de março de 2017

poderia dar curso a seus objetivos: acumular riqueza, ser bem-sucedido nos negócios e a alcançar a glória (LE GOFF, 1991, p.84).

O ofício do mercador exigia conhecimentos de línguas vulgares e ser hábil na escrita. Aliás, assim como o cálculo este era um aspecto exigido pela crescente necessidade da contabilidade mercantil além de proporcionar um número maior pessoas à rede de clientes (LE GOFF, 1991, p.104). Ligado a isso estavam os conhecimentos geográficos, indispensáveis às viagens desses profissionais.

O primeiro conhecimento técnico e prático que aqui será discutido são os conhecimentos geográficos. Estes eram indispensáveis às viagens desses profissionais, visto que o comércio à longa distância significava a interação com sociedades distantes. Pegollotti informa sobre como "iniciar viagem a Gattaio pelos caminhos de Tana, para ir e voltar com a mercadoria". Essa empresa levava 25 dias pela opção de ir por carroça movida por bois ou 10 a 12 dias por carroça movida por cavalo (PEGOLLOTI, 19931, p.21). Essas informações eram fundamentais para os mercadores, visto que tinham como objetivo comprar mercadorias raras que não estavam disponíveis em sua região seja um tipo especial de vinho, trigo ou azeite (GUREVIC, 1991, p.188). A especulação, a compra e venda de especiarias, foi, desde os princípios das transformações econômicas na Europa cristã, uma especialidade dos mercadores (PIRENNE, 1939, p.41).

Segundo o historiador Jacques Le Goff os manuais do comércio atendia ás necessidades de comunicação e informação dos mercadores. As escolas de cartografia, por exemplo, foram inovações que atendia ao que o autor sintetiza em "sede de conhecimentos práticos" (LE GOFF, 1991, p.103). Por essa perspectiva os manuais de comércio, do qual *La Pratica dela Mercatura* é um exemplo, difundidos a partir do século XIII na Europa Ocidental, faziam parte das necessidades reais, profissionais e técnicas dos mercadores no complexo mundo dos negócios (REIS, 2015, p.43).

Os mercadores embora não estivesse incialmente enquadrados na velha classificação da sociedade feudal pelos teóricos contemporâneos (*oratores*, *bellatores*e *laboratores)* desempenhavam importante papel na venda de produtos importados, assim como coisas de uso cotidiano. É nessa busca por mercadorias em outras regiões que entra o segundo aspecto: o conhecimento de línguas. Este conhecimento era igualmente indispensável, pois para que tivesse êxito em seus negócios o mercador

MYTHOS – Revista de História Antiga e Medieval
2017, Ano I, Número I – ISSN 2527-0621
Núcleo de Estudos Multidisciplinares de História Antiga e Medieval
Universidade Estadual da Região Tocantina do Maranhão
Artigo recebido em 12 de março de 2017
Artigo aprovado em 15 de março de 2017

tinha que conhecer diversas línguas e, em particular, o francês e o latim, porque eram as mais difundidas (GUREVIC, 1991, p.167). Pela a importância das feiras de Champagne, onde se reuniam mercadores de varias nacionalidades, o francês configurava-se como uma língua franca.

Nesse sentido Francesco Pegolotti recomenda aos seus pares "as coisas que precisam os comerciantes que querem fazer a viagem a Gattio", o que "deverão conduzir pelo menos dois bons soldados que conhecem bem a língua *cumanesca*" (PEGOLOTTI, 1931, pg. 21, grifo nosso). Isso significa que nos centros comercias da Idade Média não existia intérpretes que auxiliassem os mercadores em sua atividade?

A recomendação de Francesco Pegolotti revela o domínio que os mercadores deviam ter sobre todos os aspectos de sua atividade. Se era necessário estabelecer uma socialização com um estrangeiro as barreiras da língua deveriam ser transpostas. As interações comerciais, de um modo geral, podem ser estabelecidas mesmo entre grupos culturais distintos operando como um elemento integrador (THORNTON, 2004, p.261).

Embora houvesse interpretes nesses centros de trocas, eram compilados glossários para o uso dos mercadores. Eram redigidos em línguas variadas, como em árabe-latino e também do tipo trilíngue, apresentando o latim, o cumã e o persa. (LE GOFF, 1991, p.107).

O terceiro e último conhecimento, técnico e prático, exigidos do mercador era a escrita. Em uma sociedade na qual a grande maioria das pessoas era analfabeta escrever era um privilégio de poucos (GUREVIC, 1991, p.178). O mercador não podia medir esforços para aprender e permitir a seus filhos, futuros mercadores, o aprendizado da escrita comercial. Com o propósito de dar continuidade aos negócios da família, a educação primária para os filhos dos mercadores buscava um ensino prático, diferente daquele proposto pelas escolas episcopais, onde as crianças eram admitidas entre sete e oito anos e o ensino preponderante era o de teologia e música (PERNOUD, 1996, p.96). A elaboração e a difusão dos manuais de comércio na baixa Idade Média poderiam está ligado também às novas concepções sobre a educação que se esboçou a partir do século XII.

Embora as escolas privadas passassem a ser difundidas a partir do século XI, a Igreja não deixou de reafirmar o seu domínio e

MYTHOS – Revista de História Antiga e Medieval
2017, Ano I, Número I – ISSN 2527-0621
Núcleo de Estudos Multidisciplinares de História Antiga e Medieval
Universidade Estadual da Região Tocantina do Maranhão
Artigo recebido em 12 de março de 2017
Artigo aprovado em 15 de março de 2017

monopólio sobre o ensino. Em 1179, no Terceiro Concilio Ecumênico de Latrão, presidido pelo papa Alexandre II, foi concedido autorização de se abrir escolas àqueles que tivessem interesse e aptidão. Essa atitude revelava uma postura interessante da Igreja católica em relação à educação. Demonstra que, na concepção dos clérigos, o ensino era efetivamente seu. A ideia de que "se concedia a *licentiadocendi*era por que lhe pertencia" (FRANCO JÚNIOR, 2001, p.160). Philippe Ariès pontua ainda que essa concessão por parte da Igreja não veio sem nítidas limitações como, por exemplo, restringir o ensino nas *sccola*a uma forma de gramática incipiente (ARIÈS, 1978, p.166). Não é de se estranhar que essa liberdade de ensino veio sobre pressões sociais.

Nessa perspectiva, o domínio da escrita para o mercador se tornou uma condição inerente ao seu ofício, "ela atende às crescentes necessidades da contabilidade mercantil, da escrituração, da redação de documentos comerciais" (LE GOFF, 1991, p.105). "Escrever com razão e não errar. Amém", assim recomendava Francesco Pegolloti (PEGOLLOTI, 1931, p.20). Sem a pretensão de esgotar o tema, esses são os três conhecimentos, embora não sejam os únicos, imprescindíveis ao mercador medieval inferidos a partir de *La Pratica dela Mercatura*.

Considerações Finais

O perfil dos mercadores enquanto pertencentes a um grupo era, como já salientado, o desejo pela liberdade, de desfrutar das vantagens do dinheiro, a possibilidade de alcançar a gloria e possuir especiarias de outras regiões e lucrar com elas. Eram indivíduos que não estavam mais apegados à gleba. Não dependia, por assim dizer, do cultivo direto da terra. Dedicavam-se ao setor terciário da economia medieval: o comércio. Tornaram-se o inverso da aristocracia senhorial, fundada na propriedade fundiária (ROMERO, 1999, p.22).

Os três aspectos abordados aqui, a escrita, os conhecimentos geográficos e o conhecimento de línguas vulgares para o mercador da baixa Idade Media culmina na caracterização de indivíduos que buscam o novo, que concebem a realidade de uma forma mais dinâmica. Um

MYTHOS – Revista de História Antiga e Medieval
2017, Ano I, Número I – ISSN 2527-0621
Núcleo de Estudos Multidisciplinares de História Antiga e Medieval
Universidade Estadual da Região Tocantina do Maranhão
Artigo recebido em 12 de março de 2017
Artigo aprovado em 15 de março de 2017

ideal de vida que foi impulsionado pelas possibilidades de ascensão social que as cidades ofereciam[9].

Referências

1-Documentação textual

PEGOLOTTI, Francesco Balducci. ***La Pratica dela Mercatura***.The Mediaeval Academy of America.Cambridge: Massachusetts, 1936.

2-Obras de orientação historiográfica

AMBONI, Vanderlei. **O mercador nas feiras da idade média:** a civilidade do ato de comprar e vender. Anais da Jornada de Estudos Antigos e Medievais. Universidade Estadual de Maringá. 2011.

FRANCO JÚNIOR, Hilário. **A Idade Média**: O nascimento do Ocidente. 2. Ed. Ver. E ampl. Brasiliense, 2001.

GUREVIC,Aron Ja..O mercador. *IN:* LE GOFF, Jacques. **O Homem medieval**. Editorial Presënça, Lisboa, 1989

HUBERMAN, Leo. **História da riqueza do Homem**. Zahar, 1981.

LE GOFF, Jacques. **O Homem medieval**. Editorial Presënça, Lisboa, 1989.

_____ **Mercadores e Banqueiros da Idade Media**. [tradução Antonio de Pádua Danesi. São Paulo: Martins Fontes , 1991.

PERNOUD, Régina. **Luz sobre a Idade Média**. traduçãoAntonio Manuel de Almeida Gonçalves. Publicações Europa-América. 1996.

[9] Segundo Jacques Rossiaud as possibilidade de ascensão social que as cidades ofereciam estavam ligadas à valorização do dinheiro enquanto um importa elemento nas relações de troca. O dinheiro possibilitava ainda a mobilidade social na medida em que a entrada de uma pessoa na aristocracia poderia se efetuar pela mudança de profissão, "da oficina artesanal para os negócios". O autor pontua ainda que residir nas cidades trazia benefícios como a segurança simbolizada, sobretudo pelas muralhas e também pelas possibilidades de trabalho que eram oferecidas. Havia também uma maior capacidade de alimentação, sobretudo pelas reservas e "uma força suficiente para levar a porto seguro os seus carregamentos de trigo". **Fonte:** ROSSIAUD, 1989, p.101.

MYTHOS – Revista de História Antiga e Medieval
2017, Ano I, Número I – ISSN 2527-0621
Núcleo de Estudos Multidisciplinares de História Antiga e Medieval
Universidade Estadual da Região Tocantina do Maranhão
Artigo recebido em 12 de março de 2017
Artigo aprovado em 15 de março de 2017

PIRENNE, Henry. **Historia económica y social de laEdad Media**. Fondo de cultura econômica, México, 1939

REIS, Jaime Estevão dos. **Os Manuais de mercadores da Idade Média:** Uma análise Comparada do ZibaldoneDa Canale o La Pratica Della Mercatura.

ROMERO, José Luis. **Estudio de La mentalidade burguesa**. 1° ed.3° reimp. Buenos Aires:Alianza, 1999.

THORNTON, John K. **A África e os africanos na formação do mundo atlântico (1400-1800)**. Tradução de Marisa Morta. Editora Capus. Rio de Janeiro, 2004.

MYTHOS – Revista de História Antiga e Medieval
2017, Ano I, Número I – ISSN 2527-0621
Núcleo de Estudos Multidisciplinares de História Antiga e Medieval
Universidade Estadual da Região Tocantina do Maranhão
Artigo recebido em 17 de Janeiro de 2017
Artigo aprovado em 23 de Janeiro de 2017

O MOVIMENTO REFORMISTA DOS VALDENSES: CRÍTICAS AOS PRIVILÉGIOS E DIREITOS DO CLERO

Luana Maia da Silva[10]

RESUMO: Os Valdenses também conhecidos como os "Pobres de Lyon", é um movimento reformista que surgiu na França Medieval do século XIII. Seu fundador é Pedro Valdo,um abastado comerciante de Lyon no reino da Borgonha que decide abdicar toda a sua riqueza e passa a viver uma vida simples e apostólica. Reunindo com suas pregações grande número de seguidores. Discutiremos aqui, o contexto histórico em que surge esse grupo religioso, tendo em vista que além dos Valdenses também houve outros movimentos (Cátaros, doutrina Wicliffiana e o movimento Hussita) que também criticavam a atuação do clero e o modo como estes conduziam a vida religiosa. Este artigo visa analisar ás críticas dos Valdenses aos privilégios Clero Medieval como; o monopólio do clero sobre a supervisão, execução e implantação da educação e da saúde pública. Abordaremos também, as críticas dos Pobres de Lyon sobre os direitos do Clero como; isenção do pagamento de impostos, o direito de cobrar uma taxa para manutenção da capela local (esse dizimo era chamado "Tostão de Pedro") e o direito ao recebimento de doações de bens em testamento. Analisaremos também, o direito divino do Papa na Idade Média. Segundo esse direito, poder do Papa estava à cima de qualquer poder na terra, pois ele seria o escolhido de Deus para guiar o caminho dos fieis até a salvação. Presenciamos aqui a ideia agostiniana, a da superioridade do espiritual (Papa como representante de Deus) sobre o temporal (Rei, Imperador.).

PALAVRAS-CHAVE: Igreja; Privilégios; Direitos; Valdenses.

[10] Graduada em História pela UEMA-CESI e Especialista em Metodologia do Ensino Superior. E-mail: luanamaiadasilva@hotmail.com

MYTHOS – Revista de História Antiga e Medieval
2017, Ano I, Número I – ISSN 2527-0621
Núcleo de Estudos Multidisciplinares de História Antiga e Medieval
Universidade Estadual da Região Tocantina do Maranhão
Artigo recebido em 17 de Janeiro de 2017
Artigo aprovado em 23 de Janeiro de 2017

ABSTRACT: The Vaudois also known as the "Poor of Lyon", is a reformist movement that emerged in France Medieval thirteenth century. Its founder is Peter Waldo, a wealthy merchant of Lyon in Burgundy kingdom decides to give all his wealth and begins to live a simple life and apostolic. Meeting with his great sermons following. We discuss here the historical context in which it appears that religious group, given that in addition to the Vaudois there were other movements (Cathars, Wicliffiana doctrine and the Hussite movement) also criticized the role of the clergy and how these led to religious life . This article aims to analyze the criticisms of the Waldensian Medieval clergy privileges as; the monopoly of the clergy on supervision, execution and implementation of education and public health. We will cover also critical of the Poor of Lyon on the rights of the clergy as; exemption from taxes, the right to charge a fee to the local chapel maintenance (this tithe was called "Tostao of Peter") and the right to receive goods donations will. We will also analyze the divine right of the Pope in the Middle Ages. According to this law, the power of the Pope was at the top of any power on earth, as it would be God's choice to lead the way of the faithful to salvation. We witness here the Augustinian idea, the spiritual superiority (Pope as God's representative) on the time (King, Emperor.).

KEYWORDS: Church; privileges; rights; Vaudois.

Introdução

No decorrer dos últimos séculos percebemos que a Igreja católica passou por grandes mudanças políticas. Dentre essas transformações, podemos notar a perda de várias prerrogativas como o monopólio sacramental. Assim, o protestantismo passou a utilizar alguns dos sacramentos como o batismo, a unção sobre enfermos e o casamento. Além disso, a Igreja católica perdeu a exclusividade sobre o ensino, leitura e interpretação dos textos bíblicos.

Além das alterações religiosas citadas acima, nos deparamos também com algumas alterações ocorridas [11] no Código de Direito

[11] Segundo AntonioGasparetto Junior, o papa João Paulo II, em 1983, revisou e promulgou as diretrizes do Direito Canônico substituindo a que havia sido promulgada pelo papa Bento XVem 1917. (JUNIOR, S/d.; S. l.).

MYTHOS – Revista de História Antiga e Medieval
2017, Ano I, Número I – ISSN 2527-0621
Núcleo de Estudos Multidisciplinares de História Antiga e Medieval
Universidade Estadual da Região Tocantina do Maranhão
Artigo recebido em 17 de Janeiro de 2017
Artigo aprovado em 23 de Janeiro de 2017

Canônico[12]. Atualmente, [13] a Santa Sé divulgou o Motu Proprio do Papa Bento XVI com duas alterações no Código de Direito Canônico, a saber: a primeira determina a função ministerial dos diáconos ao texto do Catecismo da Igreja, a segunda, retira de três cânones um inciso relativo ao matrimônio. Os cânones modificados foram os seguintes: 1008, 1009, 1086, 1117 e 1124.

Notamos ainda que algumas práticas que eram obrigatórias na Idade Média, na contemporaneidade se tornaram voluntárias, como o tributo chamado "Tostão de Pedro[14]". Deve-se ter em mente que, embora a Igreja ainda cobre os 10% para a sua manutenção, esse dízimo deixou de ser obrigatório. Além desses benefícios, a Igreja também perdeu alguns direitos reais, como a isenção no pagamento dos impostos e o privilégio de possuir tribunais próprios. Como veremos no decorrer da leitura, a instituição desses tribunaisinquisitoriais serão de suma importância para a *Igreja uma vez que ela passa a utilizar desse instrumento para julgar, punir e condenar os acusados de heresia.*

Quando analisamos essas mudanças, podemos perceber que elas ocorram em todos os níveis hierárquicos da Igreja. Segundo Jair lima dos Santos, até mesmo o Papa deixou de ter status de plenitude (*plenitudopotestatis*)[15] e passou a ter apenas um poder simbólico. (SANTOS, 2013: s/l.). Podemos perceber essas transformações de caráter religioso na Igreja quando abordamos as questões da Renovação Carismática, uma vez que esta propôs reformulações dentro do próprio seio dessa instituição religiosa, sem a perda de alguns dogmas, como: a veneração à Virgem Maria e a obediência e submissão dos membros da Igreja aos bispos e ao Papa. Podemos perceber então que esse

[12]Conjunto de normas que orientam quaisos direitos e deveres dos fiéis católicos. Como podemos perceber, a vida da comunidade eclesial é diretamente regulamentada pelos Direitos Canônicos. (JUNIOR, S/d.; S. l.).

[13]Segundo informação do VaticanInformation Service, a Santa Sé divulgou o Motu Proprio do Papa Bento XVI no dia 15 de dezembro de 2009. Informação disponível no site do Vaticano: http://noticias.cancaonova.com/noticia.php?id=274954 – Acesso em 2 de Junho de 2013.

[14] De acordo com Patrícia Barboza da Silva, Tostão de Pedro seria um imposto cobrado para suprir as necessidades da Igreja. Sendo assim, o indivíduo deveria obrigatoriamente pagar 10% de sua produção à Igreja, para ser utilizado na manutenção da capela local. (SILVA, S/d.; S. l.).

[15] De acordo com o autor, Jair lima dos Santos esse poder era posto acima de todosos demais poderes em sociedade, tanto o poder dos clérigos como o poder do próprio Imperador. (SANTOS, 2013: s. l.).

MYTHOS – Revista de História Antiga e Medieval
2017, Ano I, Número I – ISSN 2527-0621
Núcleo de Estudos Multidisciplinares de História Antiga e Medieval
Universidade Estadual da Região Tocantina do Maranhão
Artigo recebido em 17 de Janeiro de 2017
Artigo aprovado em 23 de Janeiro de 2017

movimento carismático, passou a ser uma ferramenta eficaz para reconquistar os antigos fieis e também para defender os territórios perdidos para outras religiões como as pentecostais, afro-brasileiras e orientais. (SOUZA, 2001: 03).

Entretanto, ao analisarmos a obra desse autor podemos perceber uma contradição, pois embora ele afirme que a Renovação Carismática ainda mantenha a submissão dos fiéis e a hierarquia eclesiástica ele também assinala que ela propôs ao homem uma relação mais "direta" com Deus, pois não instituiu intermediário (padres, bispos e freis) na comunicação com o divino. Proporcionando assim, que o homem se comunique com Deus através da oração e não apenas por meio da intercessão do clero. Ou seja, ela oferece ao homem secularizado uma nova visão, um novo sentimento religioso, que de acordo com o autor, sobressai do cristianismo e do catolicismo, provocando assim, uma reformulação na Igreja Católica. (SOUZA, 2001: 03).

Nos dias atuais, as questões relacionadas às temáticas religiosas ganharam bastante espaço nos meios de comunicação, estejam elas relacionadas ao terrorismo internacional ou ao debate acerca da sua inserção nas ações do Estado brasileiro. No Brasil, a participação dos movimentos religiosos cristãos tem suscitado o debate acerca de temáticas polêmicas, como a descriminalização do aborto e a criação de leis de combate à homofobia. A partir desta conjuntura contemporânea, nosso olhar se deslocará para os primeiros movimentos reformistas cristãos presentes no contexto da sociedade europeia medieval do século XIII da nossa era, com destaque para o grupo que ficaria conhecido mais tarde como os Valdenses ou os "Pobres de Lyon". Historicamente, estes movimentos propunham transformações na Igreja cristã romana, defendendo, sobretudo, o seu afastamento em relação às questões políticas.

Desta forma, propomos a análise da documentação textual que deixa transparecer a ação reformista dos Valdenses, a saber: Acusações contra os Valdenses, escrita pelo inquisidor ReinariusSaccho, [16]o decreto do Papa Lúcio III, *Ad abolendam* e o *Propositum Vitae* de Durando de Huesca. A documentação ora citada revela as reivindicações dos reformistas, a perseguição da Igreja de Roma ao

[16]Para Laura Maria Silva Thomé o inquisidor ReinariusSaccho é um antigo herege convertido em dominicano e por ter sido um pecador redimido tornou-se inquisidor. (THOMÉ, 2004:130)

MYTHOS – Revista de História Antiga e Medieval
2017, Ano I, Número I – ISSN 2527-0621
Núcleo de Estudos Multidisciplinares de História Antiga e Medieval
Universidade Estadual da Região Tocantina do Maranhão
Artigo recebido em 17 de Janeiro de 2017
Artigo aprovado em 23 de Janeiro de 2017

movimento e a consequente renúncia dos Valdenses às suas propostas em virtude de tal reação. Para que possamos compreender a dinâmica entre o poder espiritual e o temporal, usaremos a documentação do Papa Bonifácio VIII, Bula*Unam Sanctam* 1302. Nessa bula Bonifácio VIII revela que o poder espiritual deve ser exercido pelo Papa e o poder temporal deve ser exercido pelos reis e cavaleiros. No entanto, estes só poderiam usufruir do poder temporal se obtivessem o consentimento da Igreja, uma vez que todo Rei, Imperador, ou qualquer outro governante necessitava da sua benção para governar e exercer seu domínio sobre a sociedade e sobre uma região. Podemos perceber que tanto o poder espiritual quanto o temporal estavam sobre o comando da Igreja.

Os valdenses foram um grupo cuja orientação voltava-se para a pobreza e para a pregação missionária. O comerciante Pedro Valdo, da cidade francesa de Lyon, iniciou sua pregação por volta de 1175, tornando-se rapidamente o centro de um movimento que se espalhou pela Europa, chegando até a Itália. O papa Alexandre III chegou a elogiar a pobreza dos Valdenses no Terceiro Concílio de Latrão[17], mas as questões relativas à ação do grupo enquanto pregadores da mensagem divina ficaram sob a responsabilidade das autoridades locais. No entanto, por não chegar a um acordo com o arcebispo de Lyon quanto à questão da pregação, os Valdenses iniciaram uma prática sistemática de críticas à Igreja de Roma. Em 1184, o movimento foi incluído em uma condenação de heresia sendo entregue à perseguição da Inquisição. (LENZENWEGER et. Alli, 2006: 192).

Laura Maria Silva Thomé nos assinala que os Pobres de Lyon foram excomungados e expulsos de Lyon pelo arcebispo em 1183. Relata-nos também, que Concílio de Latrão teve como resultado: a autorização para os bispos e arcebispos visitarem suas dioceses ao menos uma vez ao ano, para verificar a existência de hereges, a proibição a criação de novas ordens religiosas, recomendando-se àqueles que desejavam se dedicar a vida religiosa a entrarem em uma já aprovada pela Igreja e a aprovação de uma penalidade (expondo a suspeita de heresia) para todos os fiéis que não procurassem seu confessor regularmente. Como podemos perceber, o Concílio de Latrão tentou fortalecer e centralizar o poder Papal buscando para isso a

[17]O Terceiro Concílio de Latrãode acordo com Laura Maria Silva Thomé ocorreu em novembro de 1215, em três sessões (11, 20 e 30 de novembro). E teve como objetivo eliminar as heresias e reforçar a fé. (THOMÉ, 2004:153)

MYTHOS – Revista de História Antiga e Medieval
2017, Ano I, Número I – ISSN 2527-0621
Núcleo de Estudos Multidisciplinares de História Antiga e Medieval
Universidade Estadual da Região Tocantina do Maranhão
Artigo recebido em 17 de Janeiro de 2017
Artigo aprovado em 23 de Janeiro de 2017

independência da Igreja e a confirmação dos seus direitos e privilégios. (THOMÉ, 2004: 158-163)

A nossa pesquisa trata do período em que a Igreja sofreu críticas de movimentos religiosos que combatiam a maneira pela qual a mesma conduzia a vida religiosa e sua organização interna. Pois para esses grupos reformistas a Igreja deveria adotar a simplicidade e a vida apostólica, dentre os movimentos religiosos adeptos dessa linha de pensamento está o objeto do nosso estudo que são os Valdenses também conhecidos como "os Pobres de Lyon" que surgiram na França Medieval no século XIII.

A partir das características gerais apontadas pela historiografia acerca do movimento reformista dos valdenses, nossa pesquisa será orientada a partir do seguinte conjunto de questionamentos, a saber: quais as características que favoreceram o surgimento e desenvolvimento do movimento reformista dos Valdenses? Qual o valor simbólico das reações adotadas pela Igreja Católica face ao crescimento deste movimento?

Este artigo torna-se relevante uma vez que não identificamos até o momento no cenário da pesquisa histórica nacional, o desenvolvimento de estudos sistemáticos acerca das críticas empregadas pelos movimentos reformistas do ocidente medieval no século XII, com destaque para a ação dos chamados "Pobres de Lyon". Trata-se, portanto, de uma pesquisa original em sua temática e em sua concepção, uma vez que nosso olhar se deslocará para as implicações políticas do movimento.

1.1 Os Valdenses

O movimento dos Valdenses iniciou-se com Pedro Valdo, um abastado comerciante de Lyon no reino da Borgonha. Ao consultarmos as fontes historiográficas sobre o líder do movimento dos valdenses, percebemos que as informações divergem umas das outras. Laura Maria Silva Thomé relata que a figura desse chefe religioso surge nebulosa, sem contornos definidos. O próprio sobrenome, segundo a autora, encontra-se em discussão atualmente:Valdés, Valdo, Valdesius, Vaudès, Ricardo Villoslada. (THOMÉ, 2004: 87.).

MYTHOS – Revista de História Antiga e Medieval
2017, Ano I, Número I – ISSN 2527-0621
Núcleo de Estudos Multidisciplinares de História Antiga e Medieval
Universidade Estadual da Região Tocantina do Maranhão
Artigo recebido em 17 de Janeiro de 2017
Artigo aprovado em 23 de Janeiro de 2017

Como mencionamos, há poucas fontes históricas que mencionam a vida Pedro Valdo, pois, embora saibamos que ele foi um mercador, não sabemos o que ele vendia nem se ele praticava ou não a usura como menciona a narrativa do Anônimo de Láon. Devido a esses fatores nos propomos a analisar os Valdenses como um grupo, sem nos poutarmos apenas na figura de seu líder. (THOMÉ, 2004: 88.).

Existem registros de que o movimento se expandiu pela região de Languedoc, assim como na cidade de Lyon (tanto para o norte e o leste quanto para o sul e o oeste), e de que desde 1192 os Valdenses eram bastante numerosos na Lorena. O movimento se expandiu também por Delfinado, Borgonha, Franco-Condado e Lorena, Germânia e no norte da Itália e apresentando adeptos na Polônia, na Boemia e em Aragão. (THOMÉ, 2004: 135-136).

Consideramos esse crescimento como um dos motivos que levaram a Igreja a tomar várias medidas repressivas contra eles, tendo em vista que eles se mostraram eficientes para formarem uma Igreja, como afirma Jacques Heers,pois embora tenham iniciado como um movimento popular e espontâneo, fixaram-se em seguida como Igreja, com hierarquia própria. (HEERS, 1981:149).

Como mencionamos anteriormente, os Pobres de Lyon surgiram no século XIII na cidade de Lyon, situada no vale sudeste da França entre os rios Ródano e Saône, que tornou-se conhecida, segundo Laura Maria Silva Thomé, pelas feiras que organizava, pois elas atraíam um grande fluxo de pessoas e comerciantes. Estes visitantes traziam não só as novidades da técnica (ferramentas, tecidos, alimentos), mas também as notícias e ideias que perpassavam a cristandade. (THOMÉ, 2004: s.l.). A partir desta conjuntura, podemos perceber que a cidade de Lyon se destacava não apenas pelos aspectos econômicos e políticos, mas também como um local de interatividade e compartilhamento de ideologias[18], saberes e culturas diversas.

No mapa a baixo podemos ver a cidade de Lyon no reino da Borgonha, nesse período, pertencente ao Império Romano-Germânico.

[18] Ideologia é um conjunto de ideias, pensamento ou doutrinas relacionadas com as convicções políticas, econômicas e sociais do indivíduo. Ou seja, é uma concepção critica a respeito de alguma coisa. Segundo Hilário Franco Júnior, ideologia é uma elaboração consciente e segmentada socialmente, que expressa necessidades e expectativa daqueles que criam. (FRANCO JÚNIOR, 1948: 183).

MYTHOS – Revista de História Antiga e Medieval
2017, Ano I, Número I – ISSN 2527-0621
Núcleo de Estudos Multidisciplinares de História Antiga e Medieval
Universidade Estadual da Região Tocantina do Maranhão
Artigo recebido em 17 de Janeiro de 2017
Artigo aprovado em 23 de Janeiro de 2017

Mapa: Cidade de Lyon no Império Romano-Germânico.
Fonte: www.portugues.vacationstogo.com. Acesso em: 10 de abril de 2013.

Laura Maria Silva Thomé revela que Pedro Valdo ao ouvir um artista ambulante narrar a vida de Santo Aleixo[19] em uma feira da cidade de Lyon, comoveu e na manhã seguinte partiu em busca de uma escola de Teologia. Ao se deparar com esta escola, Pedro Valdo encontrou um teólogo o interrogou sobre assuntos relacionados à salvação da alma humana. (THOMÉ, 2000: s.l.). A autora acrescenta que Pedro Valdo, ao encontrar esse sábio[20], questionou qual o melhor

[19]Segundo o autor Ricardo Williams G. Santos, Santo Aleixo era um jovem descendente de uma família abastada, (filho do patrício romano Eufêmio) que decidiu abandonar o luxo e o conforto de seu lar para servir a Deus. O autor nos relata ainda que ele vendeu todos os seus bens e os distribui aos pobres, passando a viver uma vida simples (vivia em mendicância) e apostólica. (SANTOS, s/d.;s.l.).

[20] Não ha relatos sobre o nome desse sábio ou teólogo na historiografia consultada. Entre as obras bibliográficas e artigos, também buscamos informações sobre a identificação desse teólogo no documento citado a seguir: Cronista Anônimo de Laon. Encontramos a referência a *ChroniconuniversaleanonymiLaudunensis*contida na *MonumentaGermaniae Histórica,* em que se registra a conversão de Valdo em quase toda a historiografia que trata doassunto. Utilizamos a versão espanhola incluída na antologia de textos publicada por Mitre e Granda naobra *Las grandes herejias de la Europa Cristiana, p.356.).*

MYTHOS – Revista de História Antiga e Medieval
2017, Ano I, Número I – ISSN 2527-0621
Núcleo de Estudos Multidisciplinares de História Antiga e Medieval
Universidade Estadual da Região Tocantina do Maranhão
Artigo recebido em 17 de Janeiro de 2017
Artigo aprovado em 23 de Janeiro de 2017

caminho para chegar a Deus e recebeu como resposta as palavras que Jesus Cristo deu ao jovem rico, mencionada na Bíblia, no livro de Mateus. Disse-lhe Jesus: Se queres ser perfeito, vai, vende tudo o que tens e dá-o aos pobres, e terás um tesouro no céu; e vem, segue-me. (Mt. 19:21).[21]

De acordo com Maria Lucinda Tomaz Ribeiro, Pedro Valdo vendeu todos os seus bens e os distribuiu para sua família (sua esposa e suas duas filhas), doando também uma boa parte para o segmento social menos favorecido de Lyon. Depois dessa experiência religiosa e do seu desprendimento financeiro, Pedro Valdo passou a viver uma vida simples (vivendo de doações) e apostólica (tornando-se um evangelizador). (ALVES, 2001: s.l.)

Rainer Gonçalves Sousa nos fornece outra versão para a conversão de Pedro Valdo. Para a autora, durante uma confraternização na residência desse líder, um de seus convidados passou mal e veio a óbito. Após esse acontecimento, Pedro Valdo passa a se interessar pelos assuntos religiosos e a questionar sobre a salvação da alma humana. Ou seja, foi o medo de morrer sem a certeza de salvação que motivou esse chefe religioso a começar a estudar a Bíblia e a refletir como o ser humano poderia alcançar a Vida Eterna. (SOUSA, 2010: s.l.).

Como podemos perceber, existem algumas versões divergentes sobre a conversão de Pedro Valdo. No entanto, não nos cabe aqui julgar qual dos relatos é verdadeiro, mas analisa-los como material histórico, sujeito a críticas e interpretações. É interessante notar que o desprendimento financeiro de Pedro Valdo não se explica por sua tentativa de sanar ou diminuir a miséria do segmento social menos favorecido, mas como uma tentativa de se aproximar de Deus, porque se acreditava que levando uma vida simples a alma se tornaria mais pura. Segundo Brenda Bolton, ao mudar seu modo de vida, um homem poderia encontrar uma resposta pessoal aos tormentos da época, (medo da morte e o medo de não alcançar a salvação eterna), através da renovação espiritual. (BOLTON, 1983: 64).

De acordo com Laura Maria Silva Thomé, Pedro Valdo reuniu diversos seguidores, que assim como ele viviam uma vida simples e de pregação do evangelho. Proibidos de pregar pelo arcebispo de Lyon, os

MYTHOS – Revista de História Antiga e Medieval
2017, Ano I, Número I – ISSN 2527-0621
Núcleo de Estudos Multidisciplinares de História Antiga e Medieval
Universidade Estadual da Região Tocantina do Maranhão
Artigo recebido em 17 de Janeiro de 2017
Artigo aprovado em 23 de Janeiro de 2017

valdenses foram em busca da autorização Papal. Segundo a autora, o Papa recebeu bem Pedro Valdo e lhe disse que ele necessitava do consentimento de seu diocesano para desenvolver a pregação. (THOMÉ, 2000: s. l.). Para Hilário Franco Júnior, toda ideia que parecesse herética [22], como é o caso dos Valdenses, deveria ser submetida a uma avaliação (apreciação) do bispo local. Este geralmente colocava a questão a ser discutida nas assembleias. (FRANCO JÚNIOR, 1948: 182). Laura Maria Silva Thomé complementa afirmando que o diocesano local se opôs a reinvindicação dos Valdenses porque tal direito à pregação era reservado apenas aos ministros do culto. (THOMÉ, 2004: 132.). No entanto, deve-se esclarecer que até este momento os Valdenses ainda não eram considerados hereges[23] mas um grupo de homens leigos relativamente instruídos.[24] (THOMÉ, 2000: s. l.).

De acordo com Maria Lucinda Tomaz Ribeiro Alves, tendo desobedecido à ordem papal e pregado o evangelho mesmo sem a autorização do diocesano local, os Valdenses foram excomungados em 1184, no concílio de Verona [25] pelo Papa Lúcio III. (ALVES, 2001: s. l.). Laura Maria Silva Thomé, assinala que o concílio de Verona passou a ser chamado de "carta magna da instituição inquisitória", porque dava poderes de juiz ordinário para cada bipo julgar casos relativos a heresia, sem que para isso houvesse uma acusação formal. Podemos perceber então que o seu objetivo era abolir a "depravação" das diversas heresias que "contaminavam com falsos dogmas" o seio da Igreja. (THOMÉ, 2004:137).

A partir do momento em que os arrogaram a autoridade de pregar sem haver recebido a ordem para isso os Valdenses foram considerados

[22] Herética provém de herege. Ou seja, Ideias, interpretações e práticas religiosas contrárias àquelas oficialmente adotadas pela Igreja. (FRANCO JÚNIOR, 1948:1822)

[23] De acordo com José D'Assunção Barros, hereges são indivíduos contrários às doutrinas e dogmas da Igreja. (BARROS, 2010: S. l.).

[24] Usamos o termo "leigo relativamente instruído" neste trabalho, porque muitos dos Valdenses eram capazes de ler (ao menos a língua vulgar senão o latim). (THOMÉ, 2004: 99.)

[25]O Concílio de Verona ocorreu no ano de 1.184, este encontro foi convocado pelo Papa Lúcio III. O objetivo era propor medidas contra movimentos heréticos. Ou seja, procuravam-se formas de conter o avanço de doutrinas hereges, para isso, adotaram várias medidas repressivas como: o banimento de pessoas, confisco de bens, demolição de casas, declaração de infâmia e perda de direitos civis para qualquer indivíduo que fosse contra as doutrinas da Igreja. (ARAGÃO, s/d.,s.l).

MYTHOS – Revista de História Antiga e Medieval
2017, Ano I, Número I – ISSN 2527-0621
Núcleo de Estudos Multidisciplinares de História Antiga e Medieval
Universidade Estadual da Região Tocantina do Maranhão
Artigo recebido em 17 de Janeiro de 2017
Artigo aprovado em 23 de Janeiro de 2017

hereges, pois além de desobedecerem a uma ordem direta do diocesano de Lyon que os proibiu de pregar, ainda intensificaram as críticas sobre o modo de vida da hierarquia eclesiástica. (ALVES, 2001: s.l.). Para Laura Maria Silva Thomé, a justificativa utilizada pelos Valdenses para a desobediência ao bispo local e para a adoção de uma vida de pregação teria sido baseada nas palavras da Bíblia. (THOMÉ, 2004:126). Mais importa obedecer a Deus do que aos homens. (BIBLIA. Português. Bíblia Sagrada. Atos, Cap.5, vers.29.) Pregai o Evangelho a toda criatura. (Ibid.Marcos, Cap.16, vers.15.)

A autora acrescenta ainda que a justificativa utilizada pela Igreja para a condenação dos valdenses como hereges teve respaldo na carta de Paulo aos Romanos, onde o apostolo diz: (THOMÉ, 2004:126). Como pregarão se não foram enviados? (BIBLIA. Português. Bíblia Sagrada. Rom. Cap.10, vers.15.)

Assim, podemos concluir que o ofício da pregação era concedido apenas ao sacerdote, ou seja, apenas à Igreja cabia o monopólio do ensinamento religioso, passando assim a ser condenado ao anátema perpétuo todo aquele que ensinasse algo diverso daquilo que a Igreja pregava e observava. Entretanto, mesmo submetidos a essa condenação os Valdenses não abandonaram a pregação do evangelho, percorrendo vários lugares por todo o Midi, a Germania, a França e a Italia. Seus ensinamentos e doutrinas atingiram a Polonia e Aragao, Passando a serem perseguidos 1197, por ordem do rei Pedro II que estipulou um prazo, o Domingo de Páscoa, para a saída dos hereges de suas terras, relatando que após essa data os Valdenses que permanecessem seriam queimados vivos. (THOMÉ, 2004: 140-141).

Laura Maria Silva Thomé, menciona ainda que após a publicação do edito, se alguém oferecesse abrigo, alimento, proteção, ou ainda os defendesse receberiam a sentença de lesa majestade (atentadocontraumsoberanooucontraaautoridadedeumsoberano) e teriam seus bens confiscados. Ainda segundo a autora, o rei prometeu a isenção de castigos para todas as pessoas, sejam nobres ou plebeias, que deletassem um Valdense, concedendo liberdade para essas pessoas para infligir qualquer castigo contra estes hereges. (THOMÉ, 2004: 140-144).

A partir do contexto supracitado, conclui-se que os Valdenses com suas críticas e doutrinas reformistas colocavam em xeque a autoridade da Igreja, tendo em vista que esse movimento também

MYTHOS – Revista de História Antiga e Medieval
2017, Ano I, Número I – ISSN 2527-0621
Núcleo de Estudos Multidisciplinares de História Antiga e Medieval
Universidade Estadual da Região Tocantina do Maranhão
Artigo recebido em 17 de Janeiro de 2017
Artigo aprovado em 23 de Janeiro de 2017

pregava o fim do monopólio sobre o ensinamento religioso, afirmando que todos teriam o direito a ministrar o evangelho desde que estivesse em santidade, desafiado assim a tradição cristã. Para a Igreja o ensinamento religioso deveria ser dado apenas pela hierarquia eclesiástica (padres, bispos, monges, etc.) Entretanto, como vimos, os Pobres de Lyon vão além quando afirmam em seus discursos que o clero não vivia o que pregava, pois ensinavam a caridade e a humildade e adquiram bens e vendiam indulgências.

Percebemos então que os Pobres de Lyon eram um grupo de homens e mulheres que optaram por viver uma vida sem vaidade e luxuria, optando assim, por uma vida de esmolas. Como vimos, eles tiveram um papel relevante na proclamação do evangelho, contribuindo assim para a difusão dos ensinamentos bíblicos uma vez que Pedro Valdo traduziu a bíblia para a língua vulgar. Ou seja, eles buscaram na humildade e na caridade uma aproximação da doutrina de Cristo e consequentemente a pretensão da salvação da alma humana. Vimos também que por censurarem a riqueza e os vícios dos eclesiásticos e consequentemente os dogmas cristãos, os Pobres de Lyon foram condenados a anátema perpétua no sínodo de Verona em 1184 pelo Papa Lúcio III por terem cometidos erros contra a autoridade e a hierarquia da Igreja e perseguidos pela Inquisição por serem inseridos na lista de hereges.

2.2. A Crítica dos Valdenses aos Privilégios e Direitos do Clero

As informações acerca dos Valdenses podem ser encontradas nos documentos; Decretal del papa Lucio III Ad Abolendam. Profesion de fe y aprobación del “Propositum Vitae” de Durando de Huesca y dios compañeros valdenses. Acusações contra os Valdenses de ReinariusSaccho. Summa de Catarse etPauperibus de Lugduno de ReinariusSaccho. Além desses documentos, podemos encontrar ainda outros textos que retratam a conversão do líder dos Valdenses, Pedro Valdo, a saber: O CroniconuniversaleanonymeLaudunensis,[26] Tratos de devirdes materiusPraedicabilibuse Tractatus de

[26]Escrita por um premonstratense da diocesedeLaon no início do século XIII. (THOMÉ, 2004: F.e.).

MYTHOS – Revista de História Antiga e Medieval
2017, Ano I, Número I – ISSN 2527-0621
Núcleo de Estudos Multidisciplinares de História Antiga e Medieval
Universidade Estadual da Região Tocantina do Maranhão
Artigo recebido em 17 de Janeiro de 2017
Artigo aprovado em 23 de Janeiro de 2017

septemdonisSpiritusSanctii.[27] Segundo Laura Maria Silva Thomé estes documentos seriam as mais antigas narrativas sobre a conversão de Valdo que já chegaram ao conhecimento público. (THOMÉ, 2004: s l.).

No entanto, para a realização deste trabalho sobre as críticas dos Valdenses ao privilégio e direitos do clero, utilizamos a documentação textual descrita nas "Acusações dos valdenses (1254)" do inquisidor ReinariusSaccho - ex-cátaro[28] que se converteu ao catolicismo. A documentação deixa transparecer a crítica dos Vadenses acerca dos privilégios e direitos dos membros da igreja. O clero e os monges não devem ter privilégios. Que os bispos e abades não devem ter direitos reais. (SACCHO, 1254).

Deve-se esclarecer aqui, que a palavra "membro", usada neste trabalho, não inclui os ouvintes, mas o clero secular e o clero regular. O Clero secular, segundo Plínio Corrêa deOliveira, depende diretamente do Bispo e vive em paróquias. Já o Clero regular, é constituído pelos religiosos que residem em mosteiros (conventos) e pertencem às várias ordens e congregações religiosas. (OLIVEIRA, 1998: s.l.).

Segundo Rainer Gonçalves Sousa, os Vadenses criticaram publicamente as atitudes do clero, como sua ociosidade e seu apego às coisas materiais, acusando-os de deixarem as ações religiosas em segundo plano, pois estavam mais preocupados com a riqueza do que com a salvação de seus fiéis. (SOUSA, 2010. s. l). Os valdenses condenam todo o clero por ociosidade, dizendo que eles deveriam trabalhar com as mãos, como fizeram os Apóstolos. (SACCHO, 1254).

De acordo com Hilário Franco Júnior, na Idade Média era comum que os cristãos deixassem toda as suas Heranças em testamento para a Igreja, caso não tivessem descendentes. Doações estas, criticadas pelos

[27]Etienne de Bourbon ou de Bellavilla. Segundo Laura Maria Silva Thomé, Etienne foi um inquisidor dominicano que escreveu 1250 obras, incluindo a conversão de Valdo. (THOMÉ, 2004: s.l.).

[28] Segundo os autores Jackeline Auxiliadora, Leilane Andrade e Luís Carlos Cruz, não há muito material sobre a origem do nome Cátaro. No entanto, Elas nos relatam que elevem do grego *katharos*e significa "puro." Sua doutrina é baseada no dualismo (crença na existência do bem e do mal). As autoras ainda acrescentam dizendo que os seguidores dessa religião acreditavam na existência de dois Deuses, o do "bem e o do mal". Deve se ter em mente aqui, que esse movimento assim como os Valdenses, criticava o batismo, as hierarquias e ritos católicos. (AUXILIADORA & ANDRADE & CRUZ, s/d.;s.l.)

MYTHOS – Revista de História Antiga e Medieval
2017, Ano I, Número I – ISSN 2527-0621
Núcleo de Estudos Multidisciplinares de História Antiga e Medieval
Universidade Estadual da Região Tocantina do Maranhão
Artigo recebido em 17 de Janeiro de 2017
Artigo aprovado em 23 de Janeiro de 2017

Pobres de Lyon na carta de acusação dos Valdenses.(JÚNIOR, 1948: 72). O clero não deve ter posses. (SACCHO, 1254).

Laura Maria Silva Thomé relata que essas críticas à Igreja vão surgir devido ao aparecimento de movimentos contestadores da hierarquia eclesiástica e ao estilo de vida adotado pela Igreja. O surgimento desses movimentos deve-se ainda as mudanças econômicas relacionadas ao comercio ocorridas na Idade Média. Pois, segundo Marc Bloch, houve nesse período uma expansão da economia, provocada entre outras coisas, pelo surgimento das cidades, e pela expansão das áreas de plantio, e pelo o aumento do fluxo de pessoas e profissionais liberais. (BLOCH, apud LE GOFF, 1985: 06.).

Outro fator que contribuiu para o crescimento econômico foi, segundo Jacques Le Goff, a explosão demográfica, pois se tornou necessário que se produzisse mais para suprir a demanda do aumento do número de indivíduos. Esse quadro de produção incluía, além das necessidades alimentícias, outras necessidades básicas como a fabricação em grande escala de vestuário e a construção de casas, ruas e pontes. Assim, podemos perceber que com o aumento populacional criou-se também o alargamento de profissões como carpinteiros, agricultores e alfaiates. (LE GOFF, 1985:31).

O historiador Geoffrey Barraclough relata que foi nesse cenário, entre os séculos XII e XIII, que irão surgir várias heresias, [29]criticando a atuação do clero e seus direitos. O Autor acrescenta ainda que os Valdenses criticaram esta ordem pré-estabelecida (direitos e privilégios do clero) e lutaram contra a hierarquia secularizada. (BARRACLOUGH, 1972: 148-149). Esta crítica esta que fica evidente no texto de ReinariusSaccho[30]. Nesta carta, o inquisidor condena os Valdenses por desrespeitarem a hierarquia eclesiástica, o clero, seus direitos e privilégios.

> Não respeitam os privilégios eclesiásticos, também desprezam a imunidade da Igreja e das pessoas eclesiásticas e coisas, também condenam os conselhos, sínodos, assembleias, também dizem que todos os direitos paroquiais são uma invenção. (SACCHO, 1254: s.l.).

[29]Albigenses ou Cátaros, Valdenses, a heresia de Wycliffe, e o movimento Hussita. (AUXILIADORA & ANDRADE & CRUZ, s/d.; s. l.)

[30]*"Acusações dos valdenses (1254)"*

MYTHOS – Revista de História Antiga e Medieval
2017, Ano I, Número I – ISSN 2527-0621
Núcleo de Estudos Multidisciplinares de História Antiga e Medieval
Universidade Estadual da Região Tocantina do Maranhão
Artigo recebido em 17 de Janeiro de 2017
Artigo aprovado em 23 de Janeiro de 2017

Como podemos perceber os Valdenses passaram a criticar não apenas a ociosidade e o apego material do clero como também seus direitos e privilégios. Diante desse cenário, analisaremos, com base na historiografia os direitos e privilégios do clero neste período. De acordo comPlínio Corrêa de Oliveira, cabia a Igreja o privilégio exclusivo sobre a supervisão, execução do ensino e a implementação da saúde pública. (OLIVEIRA, 1998: s.l.). O Clero tinha sob sua responsabilidade, duas atividades que atualmente correspondem, em larga medida, ao Estado: a educação e a saúde pública**.** O autor nos assinala ainda que, embora apenas ao clero fosse permitido doutrinar, eles também poderiam atuar como professores particulares.

Contudo, estes só poderiam lecionar se conseguissem uma permissão do clero (licença eclesiástica). Esse cuidado com a metodologia de ensino deve-se ao fato do clero ter sobre a sua responsabilidade a obrigação e o dever de zelar pela ortodoxia do ensino. Como já foi dito, outra atividade que diz respeito ao clero é à saúde Pública. Esta, assim como a educação, também era custeada pelo clero.Plínio Corrêa deOliveira destaca que muitos dos religiosos[31] abdicavam da própria saúde para cuidar dos enfermos. (OLIVEIRA, 1998: s.l.).

Além desses privilégios, a Igreja ainda possuía direitos reais como a isenção do pagamento de impostos. Plínio Corrêa deOliveira acrescenta que o clero era isento dessa taxa porque eles custeavam, sem o auxílio do Rei, as despesas com educação e a saúde pública. Essa responsabilidade da Igreja pelo ensino deve-se ao fato dela ser a única detentora do conhecimento científico, pois os conventos eram os únicos lugares onde se sabia ler e escrever. (OLIVEIRA, 1998: s. l.). Segundo Patrícia Barboza da Silva, embora a Igreja não pagasse impostos, ela ainda tinha o direito de cobrar uma taxa obrigatória chamada “Tostão de Pedro”. Este tributo pago ao Clero tinha como objetivo suprir as necessidades da capela local. Para essa finalidade, cobrava-se 10% da produção do indivíduo. Embora atualmente a Igreja ainda cobre essa taxa aos seus fiéis, ela passou a ser uma contribuição voluntária e não uma obrigação. (SILVA, S/d.; S. l.). Segundo Hilário Franco Júnior, a doação do dízimo permanece espontânea até o Sínodo

[31]A palavra “religiosos” se estende apenas ao clero e não aos fiéis.

MYTHOS – Revista de História Antiga e Medieval
2017, Ano I, Número I – ISSN 2527-0621
Núcleo de Estudos Multidisciplinares de História Antiga e Medieval
Universidade Estadual da Região Tocantina do Maranhão
Artigo recebido em 17 de Janeiro de 2017
Artigo aprovado em 23 de Janeiro de 2017

de Mâcon[32] em 585. Para o autor, após essa reunião o pagamento do dízimo tornou-se obrigatório, condenando os fiéis que não o pagavam à excomunhão [33]. (JÚNIOR, 1948: 71).

Além dos direitos já mencionados, a Igreja também recebia grandes doações de bens. (OLIVEIRA, 1998: S. l.). Ao analisarmos a documentação de acusação dos Valdenses, observamos a crítica dos Pobres de Lyon no que diz respeito às doações de bens à Igreja...Não deve fazer testamentos em favor das Igrejas. (SACCHO, 1254: s.l.).

Como podemos perceber, os erros apontados pelo inquisidor Saccho que culminaram na condenação dos valdenses como hereges são: a condenação dos sacramentos, a afirmativa de que estes não têm validade se realizados por clérigos indignos (a ministração dos sacramentos só teria validade se o indivíduo que a ministrasse estivesse em santidade), a de que nada serve ao povo a oração feita em latim, a liberdade na pregação do evangelho (ainda que sejam laicos e mulheres), e a inutilidade das indulgencias, bênçãos e outros ritos da Igreja. (THOMÉ, 2004:131)

De acordo com Jeffrey Richards os Valdenses reconheciam somente três sacramentos da Igreja: o batismo das crianças, o casamento e a eucaristia. O autor também relata que eles rejeitavam os rituais, a música, os cânticos dos cultos católicos. Ou seja, eles negavam todas as ideias baseadas na tradição, como a crença no purgatório e nas orações pelos mortos. Entretando, os Pobres de Lyon acreditavam não excluíam todos os rituais, pois acreditavam na comunhão. Como vimos, os hereges eram reconhecidos por suas práticas e por suas palavras, com deixa transparecer na descrição feita pelo Anônimo de Passau[34]. RICHARDS, [s.d]. 57)

[32]Segundo Roseilson Fragoso Vieira, o Concílio de Mâcon foi uma reunião onde ficou determinado que qualquer indivíduo que se negasse a pagar o dízimo seria submetido à excomunhão. Partindo desse princípio, o pagamento do dizimo deixa de ser um dever moral e passa a ser uma obrigação jurídica. (VIEIRA, s/d. s. l).

[33] Segundo Hilário Franco Júnior a excomunhão seria uma sentença eclesiástica que exclui o cristão da vida religiosa e torna impróprio para o convívio em sociedade. (JÚNIOR, 1948: 182).

[34]O Anonimo de Passau era segundo Jeffrey Richards, um clérigo envolvido com a Inquisição na Áustria por volta de 1260". (RICHARDS, p.58).

MYTHOS – Revista de História Antiga e Medieval
2017, Ano I, Número I – ISSN 2527-0621
Núcleo de Estudos Multidisciplinares de História Antiga e Medieval
Universidade Estadual da Região Tocantina do Maranhão
Artigo recebido em 17 de Janeiro de 2017
Artigo aprovado em 23 de Janeiro de 2017

> Os hereges devem ser reconhecidos por seus costumes e suas palavras. Em termos de comportamento moral, são compenetrados e modestos. Não tem vaidade com sua indumentária, a qual não e demasiadamente rica, nem abjeta. Não empreendem nenhuma espécie de negócio, porque buscam evitar qualquer mentira, juramentos e fraudes, mas frequentemente vivem do trabalho de suas próprias mãos, como artesãos: seus homens instruídos são tecelões ou trabalhadores têxteis. Não aumentam suas riquezas, mas se comprazem com a satisfação de suas necessidades. Não frequentam tavernas, nem representações, nem sequer nenhuma dessas futilidades. Evitam o ódio. Estão sempre trabalhando, ensinando ou aprendendo.[35]

A partir das questões supracitadas conclui-se que, para os Valdenses, a Igreja deveria retornar ao tempo primitivo do Cristianismo, voltando a adotar um estilo de vida simples e apostólico, pois a mesma estaria abandonando seus votos de pobreza[36] e a pregação do evangelho, passando a possuir bens materiais, direitos e privilégios. Ou seja, a Igreja teria deixado de ser um órgão estritamente religioso e passado a ser também um instrumento político. No entanto, como vimos, os direitos e privilégios do clero na Idade Média eram justificados, uma vez que cabia à Igreja a missão evangelizadora de salvar as almas através de sua atuação como representante de Deus na Terra. Estas explicações não foram aceitas pelos Pobres de Lyon como justificativa para a vida luxuosa do clero.

Vimos também que os Valdenses, além de criticarem os direitos e privilégios do clero ainda intensificaram as críticas sobre as tradições e os dogmas religiosos como: a não aceitação dos sacramentos por sacerdotes indignos (a eficácia do sacramento dependiam da santidade do ministro), a negação de que apenas a Igreja poderia pregar, afirmando que qualquer leigo podia ministrar o evangelho (reconheciam o direito de pregar dos laicos, sejam homens ou mulheres), a proibição de missa, e a abolição das indulgências.

Referências

[35] Anônimo de Passau apud RICHARDS, J. op. cit. p.58.

[36] Pobreza aqui não é entendida como miséria ou falta, mas a posse do que é estritamente necessário (FRANCO, JÚNIOR, 1948: 70).

MYTHOS – Revista de História Antiga e Medieval
2017, Ano I, Número I – ISSN 2527-0621
Núcleo de Estudos Multidisciplinares de História Antiga e Medieval
Universidade Estadual da Região Tocantina do Maranhão
Artigo recebido em 17 de Janeiro de 2017
Artigo aprovado em 23 de Janeiro de 2017

1 - Documentação Textual:

BONIFÁCIO VIII. Papa. **Bula Unam Sanctam 1302**. [Online] Disponível na Internet via: http://pt.gloria.tv/?media=212560 - Acesso em 14 de fev. 2013. 23: 10 min.

LÚCIO III, Papa. ***Ad abolendam.*** [Online] Disponível na Internet via: http://usuarios.advance.com.ar/p.fernando/DocsIglMed/Inquisicion_Medieval.html -Acesso em 28 de Fev. 2013.

SACCHO, Reinarius. **Acusações contra os Valdenses**. [Online] Disponível na Internet via: http://www.ricardocosta.com/textos - Acesso em 13 de Fev. 2013.

2 - Obras de Orientação Historiográfica:

BOLTON, B. **A reforma na idade média:** século XII. Lisboa: Edições 70, 1983.

HEERS, J. **História Medieval.** São Paulo: DIFEL, 1981. p.149

JÚNIOR, H. F. **A Idade Média, Nascimento do Ocidente**. São Paulo: Brasiliense. 2006.

LE GOFF, J. **La baja edad media**. Madrid: SigloVeintiuno. 1985.

LE GOFF, J. **O Deus da Idade Média.** Ed. Civilização Brasileira, Rio de Janeiro 2007

RICHARDS, J. **Sexo, Desvio e Danação:** As Minorias na Idade Média. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1993.

3 - Artigos da Internet:

BARROS, J. D´ A. **Heresias na Idade Média: considerações sobre as fontes e discussão historiográfica.** [Online] Disponível na Internet via: http://www.dhi.uem.br/gtreligiao - Acesso em 24 de Fev. 2013.

JUNIOR, A. G. **Direito Canônico.**[Online] Disponível na Internet via: http://www.infoescola.com/direito/direito-canonico/. Acesso em 18 Fev. 2013.

OLIVEIRA, P. C. de.**Idade Média: caluniada por ser realização da Cristandade na História.** [Online] Disponível na Internet via: http://www.pliniocorreadeoliveira.info/Dis- Acesso em 15 Fev. 2013.

MYTHOS – Revista de História Antiga e Medieval
2017, Ano I, Número I – ISSN 2527-0621
Núcleo de Estudos Multidisciplinares de História Antiga e Medieval
Universidade Estadual da Região Tocantina do Maranhão
Artigo recebido em 17 de Janeiro de 2017
Artigo aprovado em 23 de Janeiro de 2017

SANTOS, J. L. dos. **Direito e religião na Idade Média. A relação Estado-Igreja segundo Marsílio de Pádua.**[Online] Disponível na Internet via:http://jus.com.br/revista/texto/16924- Acesso em: 06 de maio 2013.

Service, V.I. **Santa Sé divulga alterações no Código de Direito Canônico. [**Online] Disponível na Internet via: http://noticias.cancaonova.com/noticia.php?id=274954 - Acesso em 20 de Fev. 2013.

SILVA, P. B. da.**Sociedade Feudal**. [Online] Disponível na Internet via:http://www.coladaweb.com/historia/sociedade-feudal - Acesso em 05 de maio de 2013. 13h: 45min.

SOUSA, R. G. **Valdenses.**[Online] Disponível na Internet via:http://www.mundoeducacao.com.br/historiageral/valdenses.htm- Acesso em 14 de maio de 2013. As 21h: 13min.

SOUZA, M. E. da S. **Contradição Básica da Renovação Carismática Católica: Continuidade ou ruptura?.** Revista Científica da Ufpa – edição nº 01, Março, 2001. [Online] Disponível na Internet via:www.ufpa.br/rcientifica/ed_anteriores/pdf/ed_01_mess.pd-Acesso em: 02 de abril de 2013. 20h: 33min.

VIEIRA, R. F**.Livre dos Dízimos. [**Online] Disponível na Internet via:http://insurgenciacrista.no.comunidades.net/index.php?pagina=1011826219- Acesso em: 13 de abril. 23h: 14min.

4 - Monografias:

ALVES, M. L. T. R. **Os Valdenses continuadores da Igreja Primitiva Precursores da Reforma**. [Online] Disponível na Internet via: www.buscandoluz.org/estudos/128_**valdenses**.pdf - Acesso em 28 de Abril de 2013.

THOMÉ, L. M. S. **As Heresias e Seus Reflexos Sociais: Pedro Valdo E Os Valdenses (1160-1250).** [Online] Disponível na Internet via:www.historia.ufpr.br/monografias/2000/laura_maria_silva_thome - Acesso em 28 de Abril de 2013.

5 - Dissertação:

MYTHOS – Revista de História Antiga e Medieval
2017, Ano I, Número I – ISSN 2527-0621
Núcleo de Estudos Multidisciplinares de História Antiga e Medieval
Universidade Estadual da Região Tocantina do Maranhão
Artigo recebido em 17 de Janeiro de 2017
Artigo aprovado em 23 de Janeiro de 2017

THOMÉ, L. M. S. **Da Ortodoxia a Heresia: Os Valdenses**. (1170-1215). [Online] Disponível na Internet via:http://dspace.c3sl.ufpr.br - Acesso em 28 de Abril de 2013

MYTHOS – Revista de História Antiga e Medieval
2017, Ano I, Número I – ISSN 2527-0621
Núcleo de Estudos Multidisciplinares de História Antiga e Medieval
Universidade Estadual da Região Tocantina do Maranhão
Artigo recebido em 14 de Fevereiro de 2017
Artigo aprovado em 21 de Fevereiro de 2017

"À MAIS VALENTE!": A FUNÇÃO MÁGICO-SOCIAL DA MULHER CELTA NA GÁLIA PRÉ-ROMANA

Andréia Pereira do Nascimento[37]

RESUMO: Este trabalho tem como objetivo analisar por meio de autores clássicos como Caio Júlio César, Estrabão e Aminiano Marcelino, a situação social e religiosa da mulher na civilidade celta na Gália anterior a romanização. Pretendemos observar, quais funções as mulheres poderiam exercer, uma vez que a igualdade em relação aos homens não era algo distante da realidade celta.
PALAVRAS-CHAVE: Mulheres celtas; Sociedade; Sexualidade; Magia.

ABSTRACT: This work aims at analyzing, through classical authors such as CaioJúlio César, Strabo and Aminiano Marcelino, a social and religious situation of women in Celtic civilization in Gaul prior to Romanization. We intend to observe, what functions as women can exercise, since an equality with men is not something far from the Celtic reality.
KEYWORDS: Celtic women; Society; Sexuality; Magic.

[37]Graduanda do curso de História da Universidade Estadual da Região Tocantina do Maranhão UEMASUL, membro do Núcleo de Estudos Multidisciplinares de História Antiga e Medieval (NEMHAM).

MYTHOS – Revista de História Antiga e Medieval
2017, Ano I, Número I – ISSN 2527-0621
Núcleo de Estudos Multidisciplinares de História Antiga e Medieval
Universidade Estadual da Região Tocantina do Maranhão
Artigo recebido em 14 de Fevereiro de 2017
Artigo aprovado em 21 de Fevereiro de 2017

Introdução

Contrariando o que sabemos sobre as mulheres na Antiguidade greco-romana, podemos nos voltar para a análise da mulher na sociedade Celta, na qual, pode- se observar uma condição social e até sexual das mesmas.

A mulher clássica, apesar de certa liberdade de direitos, (no que se refere às mulheres casadas) como sair de casa e ir ao teatro, era considerada propriedade do pai ou marido. De acordo com Rodrigo Mongelós, as mulheres romanas eram resignadas a uma educação inferior em comparação com a educação dada aos homens. Era oferecida uma educação apenas para fins domésticos, isto é, elas eram instruídas somente para exercerem a função de esposas, estando destinadas ao papel de figurantes na sociedade. (MONGELÓS *etAlli*, 2011, p. 02)

Segundo Bárbara Lima, a mulher Celta usufruía de um posicionamento social melhor que as gregas, uma vez que as mesmas eram protegidas por lei. (LIMA, 2016, n.p.)

Vale lembrar que as mulheres na civilidade Celta tinham uma liberdade sexual maior que as mulheres greco-romanas, já que a sexualidade não era algo que os celtas se envergonhassem.

Pretende-se analisar, o *locus* social e sexual dessas mulheres no âmbito do sacerdócio druídico e/ou guerreiro, uma vez que, pelos argumentos documentais, as mulheres celtas conseguiram alcançar o préstimo de as mais valentes guerreiras da Europa Antiga.

1. A Mulher Celta em os "Comentários à Guerra das Gálias"

Por volta do ano de 50 a.C, Caio Júlio César, líder militar romano, teceu comentários a respeito das mulheres na Gália, onde promovia campanhas militares com o intuito de conquistar territorialmente as

MYTHOS – Revista de História Antiga e Medieval
2017, Ano I, Número I – ISSN 2527-0621
Núcleo de Estudos Multidisciplinares de História Antiga e Medieval
Universidade Estadual da Região Tocantina do Maranhão
Artigo recebido em 14 de Fevereiro de 2017
Artigo aprovado em 21 de Fevereiro de 2017

regiões "bárbaras" do norte europeu. O general romano comenta que os homens tinham direito de vida e de morte sobre suas esposas.

> Os homens têm, na qualidade de maridos, direito de vida e morte sobre suas mulheres, assim como na de pais, sobre seus filhos. (CÉSAR, Guerra das Gálias, VI)

Júlio César, também comenta a respeito do destino das mulheres, caso o marido morresse.

> Quando morre algum pai de família de ilustre linhagem, reúnem-se os parentes do morto, e se há suspeita sobre a morte, põem as suas mulheres a tormento de escravos, e se se descobre que existe crime, fazem-nas perecer pelo fogo com todo gênero de torturas. (...) Todos os objetos, que amaram em vida, compreendidos os animais, são-lhes lançados na fogueira. (CÈSAR, Guerra das Gálias, VI)

Percebe-se que esses relatos fazem alusão a uma mulher gaulesa notadamente submissa, à mercê do pai, do marido ou do filho, sem muitos direitos dentro da comunidade.

Pedro Vieira da Silva Peixoto acredita que Júlio César, quando tenta diferenciar certos tratamentos entre homens e mulheres, tinha algo em mente. Era necessário enaltecer o aspecto vigoroso, guerreiro e exclusivamente masculino da sociedade Celta, evidenciando a própria vitória em relação ao inimigo, visto que não era glorioso aos olhos romanos enfrentar mulheres em campo de batalha. (PEIXOTO, 2009, p. 45)

Os relatos sobre mulheres guerreiras foram excluídos por César porque seria mais vergonhoso perder, em decorrência das dificuldades enfrentadas em período de guerra e pelo número de homens mortos em campo de batalha, por mãos femininas. (PEIXOTO, 2009, p. 46)

As narrativas de Júlio César, não fazem nenhuma menção às mulheres sacerdotisas, em virtude dos seus objetivos militares em evidência no período em questão. Contudo, podemos perceber certa influência feminina nas questões religiosas celtas.

> Todos os Gauleses se apregoam descendentes de Dite, segundo lhes é transmitido pelos druidas. Por isso calculam a divisão do tempo, não pelo número dos dias, mas pelo das noites e contam-se os dias natalícios, e os princípios de meses e anos de modo que o dia vem sempre depois da noite. (CÉSAR, Guerra das Gálias, VI)

MYTHOS – Revista de História Antiga e Medieval
2017, Ano I, Número I – ISSN 2527-0621
Núcleo de Estudos Multidisciplinares de História Antiga e Medieval
Universidade Estadual da Região Tocantina do Maranhão
Artigo recebido em 14 de Fevereiro de 2017
Artigo aprovado em 21 de Fevereiro de 2017

Vale destacar que, a historiografia sobre a temática Celta está se desenvolvendo em relação à mitologia, já que seu panteão foi construído a partir de uma interpretação romana.

Percebemos que a influência feminina na civilidade Celta por meio do aspecto divino vai além da deidade, uma vez que as noites sofrem intervenção da deusa e passam a ser o ponto inicial para o começo dos dias, ou melhor, identifica-se um calendário lunar feminino o qual é regido pela natureza feminina.

Em 1897, na região dos Alpes franceses foi encontrado um calendário antigo identificado como celta, constituído por diversas peças de bronze enterrado junto a uma estátua feita do mesmo material. Segundo Nelson Bondioli, "O Calendário de Coligny", como ficou conhecido, apresenta uma proposta engenhosa para contar a duração do tempo, se for comparada com outros calendários antigos, pois a passagem dos meses se dá por meio das fases da Lua, mesmo contendo um mecanismo alinhado às estações do ano. (BONDIOLI, 2016, p. 07)

2. Igualdade Social, Questão do Casamento e da Família

Estrabão, ao contrário do que Júlio César relata, comenta sobre um tratamento igualitário entre homens e mulheres em relação à divisão do trabalho na sociedade celta.

> Considerando os costumes relativos a homens e mulheres, as tarefas que cada sexo desempenha são trocadas, de maneira que é o oposto do que é achado em nossa sociedade, mas isso é comum entre os povos bárbaros. (Estrabão, Geografia, VI)

Segundo Bárbara Lima, as mulheres celtas gozavam de certa igualdade em relação aos afazeres sociais, ou seja, elas não eram excluídas de quaisquer ocupações. As mesmas poderiam realizar negociações sem a autorização do marido, e também, eram designadas a desempenhar uma função mediadora nas suas próprias assembleias tribais. (LIMA, 2016, n.p.)

Júlio César tece observações a respeito do casamento gaulês e explica que existia certa igualdade na partilha da herança, se por ventura, algum dos cônjuges morresse.

MYTHOS – Revista de História Antiga e Medieval
2017, Ano I, Número I – ISSN 2527-0621
Núcleo de Estudos Multidisciplinares de História Antiga e Medieval
Universidade Estadual da Região Tocantina do Maranhão
Artigo recebido em 14 de Fevereiro de 2017
Artigo aprovado em 21 de Fevereiro de 2017

> Ao dinheiro que, a título de dote, trazem as mulheres com que casam, juntam os maridos, feita a estimação, outro tanto de seus bens com os dotes. De todo este dinheiro faz-se um assento conjuntamente, e vai-se acumulando o rendimento. Àquele dos dois cônjuges que sobrevive, pertence a parte de um e outro com o rendimento de todo o tempo decorrido até então. (CÉSAR, Guerra das Gálias, VI)

Mônica Amim comenta que as mulheres celtas não poderiam ser obrigadas a casar contra a vontade e tinham a liberdade de escolher os seus maridos. Entretanto, as famílias dos futuros cônjuges deveriam aprovar a união e ambos tinham o direito de levar seus próprios bens para o casamento. (AMIM, 2010, p. 90)

A mulher celta não perdia sua origem familiar, ou seja, não se unia à família do marido e, contrariando o que comenta Júlio César, a herança não era dividida igualmente, em decorrência da independência financeira de ambos. (AMIM, 2010, p. 90)

Em caso de separação, ambos, independentemente do sexo, poderiam solicitar o divórcio, devido à essência somente contratual e social do casamento, excluindo o aspecto religioso. A união entre o casal consistia na liberdade social e financeira de ambas as partes. (LIMA, 2016, n.p.)

Em decorrência disso, se compreende a grande quantidade de divórcios na civilidade Celta. Mônica Amim esclarece que, se o marido quisesse o divórcio, dando as devidas justificativas, tinha o direito de receber uma indenização e isso também acontecia no caso da esposa. (AMIM, 2010, p. 90)

Percebe-se que devido a esses fatores, os filhos tinham direito a escolher o nome da mãe, caso a mesma tivesse um irmão. Isso acontecia pois a mulher estava ligada às duas famílias (a do pai e do marido) e ao contrário do homem, a esposa recebia a honra de pertencer a duas linhagens, assim seus filhos, tinham o direito a herança dos avós maternos. (AMIM, 2010, p. 90-91)

A origem familiar e a linhagem eram relevantes para essa civilidade, e a mulher, consciente do seu protagonismo, justificado pela tradição contratual da instituição do casamento, teve privilégios que iam além dos direitos das mulheres gregas e romanas.

MYTHOS – Revista de História Antiga e Medieval
2017, Ano I, Número I – ISSN 2527-0621
Núcleo de Estudos Multidisciplinares de História Antiga e Medieval
Universidade Estadual da Região Tocantina do Maranhão
Artigo recebido em 14 de Fevereiro de 2017
Artigo aprovado em 21 de Fevereiro de 2017

3. As Guerreiras Celtas

Na Antiguidade, não era comum mulheres enfrentarem adversários em campo de batalha. Entretanto, na civilidade Celta, as mulheres poderiam até mesmo serem generais. Elas eram convocadas para a guerra, e na maioria das vezes, causavam mais temor aos inimigos do que os homens que lutavam ao lado. A altura das mulheres celtas era algo atípico, a fúria e a força eram descomunais. (LIMA, 2016, n.p.)

Amiano Marcelino descreve como as mulheres celtas poderiam ser as mais valentes em batalha, o que nos leva a perceber sua relevância em períodos de guerra, cujo tratamento era semelhante ao dos homens.

> Se um deles, em batalha, chama a ajuda de sua esposa, a qual com seus olhos penetrantes é bem mais forte que ele, nem mesmo uma tropa toda de estrangeiros pode enfrentá-los.Isso é especialmente verdade quando, inchando seu pescoço, ela começa a golpeá-los com seus enormes braços brancos e misturando chutes ferozes com suas rajadas, acerta os inimigos com a força de uma catapulta. (MARCELINO, História, XV)

Como já mencionado anteriormente, a violência que as mulheres utilizaram em batalha trouxe preocupações para Júlio César, já que seus homens estavam sendo dizimados e isso não era glorioso aos olhos dos romanos.

A coragem entre os homens e mulheres não se diferenciava em consequência das suas crenças religiosas, como a imortalidade da alma. Os celtas acreditavam que quando uma pessoa morria a sua alma voltava para a vida terrestre no corpo de outra pessoa, com objetivo de evoluir em sabedoria e espírito.

> Fazem, sobretudo, acreditar que as almas não perecem, mas passam, depois da morte, de uns para outros corpos, e com isso julgam incitar-se principalmente ao valor, desprezando o medo da morte. (CÈSAR, Guerra das Gálias, VI)

Segundo Filippo Lourenço Olivieri os druidas estavam comprometidos na glorificação do guerreiro/guerreira e no estímulo ao desprezo pela morte. (OLIVIERI, 2005, p. 5).

MYTHOS – Revista de História Antiga e Medieval
2017, Ano I, Número I – ISSN 2527-0621
Núcleo de Estudos Multidisciplinares de História Antiga e Medieval
Universidade Estadual da Região Tocantina do Maranhão
Artigo recebido em 14 de Fevereiro de 2017
Artigo aprovado em 21 de Fevereiro de 2017

Como exemplo, podemos citar Boadicea, rainha da tribo dos Icenos deLondinium, atual Londres, que lutou até a morte para libertar seu povo do domínio romano. Foi a própria rainha Boadicea que tomou a liderançae providências militares, comandando o motim da sua tribo contra os invasores romanos. (PEIXOTO, 2009, p. 43)

4. A Sexualidade da Mulher Celta e as Druidesas

A sociedade celta, por meio de sua religião, tinha contato com tudo aquilo de cunho natural e a sexualidade estava inerente a essas concepções de comunhão com as deidades. Os celtas não se prendiam a questões de desonra em relação a sua sexualidade. O corpo era intermediário dos ciclos naturais, sobretudo o corpo da mulher. Era ela, considerada aquela que tinha controle sobre a vida.

Segundo Muriel Carneiro Scliar, podemos visualizar um dos "mistérios" deixados pelos celtas. A mulher representa a instabilidade dos ciclos naturais, enquanto o homem representa a permanência. (SCLIAR, 2010, p. 14)

Os ciclos estariam inerentes à subjetividade feminina, ou seja, aos sentimentos. E em decorrência da conexão da mulher com os ciclos da vida, concebemos que tais atributos se fazem aptos ao sacerdócio feminino no druidismo, uma vez que a igualdade entre homens e mulheres na sociedade celta era algo perceptível com base na análise de textos antigos[38].

O druidismo se baseava, sobretudo, na ligação com a natureza. Por isso, não vemos relatos antigos em relação a templos, na verdade, segundo Júlio César[39], os druidas preferiam se reunir em lugares abertos, como em florestas.

Entretanto, Bárbara Lima explica que as primeiras análises feitas por relatos greco-romanos não comentam a existência de mulheres druidesas, devido à carga cultural de uma sociedade tipicamente dominada por homens. Fazer esse tipo de observação e relatar sobre

[38]ESTRABÃO, **Geografia**, VI.

[39]CÉSAR, **Guerra das Gálias**, VI.

MYTHOS – Revista de História Antiga e Medieval
2017, Ano I, Número I – ISSN 2527-0621
Núcleo de Estudos Multidisciplinares de História Antiga e Medieval
Universidade Estadual da Região Tocantina do Maranhão
Artigo recebido em 14 de Fevereiro de 2017
Artigo aprovado em 21 de Fevereiro de 2017

mulheres em altos cargos referentes ao sacerdócio seria inconcebível para eles. Os testemunhos documentais em relação as druidesas estaria limitado a narrativas míticas, propagadas oralmente por essa civilidade. A autora acredita que os comentários acerca de sacerdotisas celtas fora silenciado por justificativas políticas e militares. (LIMA, 2016, n.p)

Todavia, para Muriel Carneiro Scliar, as mulheres tinham uma importante função em rituais celtas, nas quais as mesmas eram designadas a estabelecer uma conexão espiritual com o Homem e a natureza, pois as percepções religiosas eram baseadas em ciclos. A mulher representava o papel da deusa nos ritos com o corpo e a sexualidade. (SCLIAR, 2010, p. 14)

De acordo a Marcel Mauss, a mulher exerce relevante influência naquilo que se refere às qualidades mágicas. Através dos sentimentos provocados por sua subjetividade, a mulher é mais capacitada à magia do que os homens, devido à períodos instáveis em sua vida, como a puberdade, o parto e a menopausa, e é nesses ciclos que a intensidade mágica das mesmas ganha seu auge. Em suma, as mulheres fornecem à magia meios para a realização de determinado ritual ou são suas agentes, ou seja, as mulheres mais velhas são feiticeiras; as virgens podem ser consideradas como instrumentos e/ou auxiliares; o sangue da mestruação pode ser um elemento específico comumente empregado nos ritos mágicos. (MAUSS, 2015, p. 65)

Afirmar que as mulheres assumiam cargos de sacerdotisa na religião druídica, não parece estar limitado ao que relata explicitamente alguns textos antigos. Os celtas eram cientes das propriedades mágicas que as mulheres detinham, em decorrência da comunhão com os ciclos naturais. Portanto, devido ao que já foi exposto, não é difícil conceber a ideia de druidesas, uma vez que os relatos comentam deixam transparecer a igualdade, mesmo não especificando se era referente à questão do sacerdócio druídico.

Considerações Finais

Concluímos que, por meio da análise dos textos clássicos de Estrabão e Aminiano Marcelino, a mulher poderia assumir posições de igualdade com o homem na civilidade celta, ao contrário das mulheres

MYTHOS – Revista de História Antiga e Medieval
2017, Ano I, Número I – ISSN 2527-0621
Núcleo de Estudos Multidisciplinares de História Antiga e Medieval
Universidade Estadual da Região Tocantina do Maranhão
Artigo recebido em 14 de Fevereiro de 2017
Artigo aprovado em 21 de Fevereiro de 2017

da sociedade greco-romana que estavam sob controle do marido, do pai ou do filho e quase não tinham direitos garantidos pelas leis.

Percebemos que Júlio César, através de seus relatos, evidencia a preocupação em ocultar o aspecto guerreiro das mulheres celtas, pois não era visto com bons olhos que os romanos enfrentassem e fossem derrotas por mulheres em campo de batalha.

Os celtas viviam a plenitude da sua sexualidade, uma vez que sabiam que ela era inerente as suas percepções de contato com o que era natural. Portanto, as mulheres eram consideradas intermediárias entre os homens e os deuses e tinham uma importante função nos rituais celtas.

Vale expor que em decorrência dessas funções mágicas, podemos supor que as mulheres celtas poderiam ser druidesas, uma vez que elas eram portadoras dos ciclos naturais e senhoras da vida.

Em suma, em comparação com as mulheres do mundo greco-romano, a mulher celta era considerada como privilegiada, devido à igualdade que detinha em relação ao homem, onde não era excluída das funções sociais podendo até ocupar cargos militares importantes.

Referências

1-Documentação Textual

CÉSAR, Caio Júlio. **Comentários à guerra da Gália**. São Paulo. EBooksBrasil. 1941.

ESTRABÃO. **The GeographyofStrabo**. Londres.The Loeb Classical Library.1932.

MARCELINO, Amiano. **Historie**. Paris. LesBellesLettres. 1978.

2-Obras de Orientação Teórico- Metodológicas

MAUSS, Marcel. **Esboço de uma teoria geral da magia**. Rio de Janeiro. Cosac Naify, 2015.

MYTHOS – Revista de História Antiga e Medieval
2017, Ano I, Número I – ISSN 2527-0621
Núcleo de Estudos Multidisciplinares de História Antiga e Medieval
Universidade Estadual da Região Tocantina do Maranhão
Artigo recebido em 14 de Fevereiro de 2017
Artigo aprovado em 21 de Fevereiro de 2017

3-Obras de Orientação Historiográfica

AMIM, Mônica. **As Mulheres, a Linhagem e a Magia no Mabinogion**: um Pólo de Alianças. Brathair. 2010. Disponível em: <ppg.revistas.uema.br/index.php/brathair>

BONDIOLI, Nelson de P. Calendários na Antiguidade: Coligny e o Mundo Clássico. Vitória. Universidade Federal do Espirito Santo, 2016.

LIMA, Bárbara. **A mulher celta**: o feminino na Idade do Ferro. Keltoi, 2016. Disponível em: <omarenostrum.blogspot.com.br>

MONGELÓS, Rodrigo; NEVES, Michael; RIBEIRO, Rebeca; ÁCACIO, Camila. **Condição da mulher no Império Romano**: Noções jurídicas e sociais. Ilhéus. Universidade Estadual de Santa Cruz. 2011.

OLIVIERI, Filippo Lourenço. **A guerra entre os celtas**: da arrogância ao estupor. Londrina. 2005. <anais.anpuh.org>

PEIXOTO, Pedro Vieira da Silva. **A relação entre Roma e os celtas**:um estudo inicial a partir dos relatos antigos sobre as mulheres celtas. Rio de Janeiro. Revista eletrônica de Antiguidade. 2009.

SCLIAR, Muriel Carneiro. **Entre a feiticeira celta e a bruxa má**: como o imaginário coletivo (trans) formou-se através do tempo. Porto Alegre. Universidade Federal do Rio Grande do Sul. 2010.

ZIERER, Adriana. **Da ilha dos bem-aventurados à busca do santo Graal**: outra viagem pela Idade Média. São Luís. Editora Uema. 2013.

MYTHOS – Revista de História Antiga e Medieval
2017, Ano I, Número I – ISSN 2527-0621
Núcleo de Estudos Multidisciplinares de História Antiga e Medieval
Universidade Estadual da Região Tocantina do Maranhão
Artigo recebido em 04 de Março de 2017
Artigo aprovado em 10 de Março de 2017

A FORMAÇÃO DA SOCIEDADE CAVALEIRESCA NO OCIDENTE MEDIEVAL: UM ESTUDO BIBLIOGRÁFICO

Arthur Emânuell Coutinho de Carvalho[40]

RESUMO: A produção deste artigo tem como objetivo, mostrar a formação da sociedade cavaleiresca como um grupo social dentro do ocidente medieval, visto que este título de "cavaleiro", uma vez que, com as mudanças que ocorrem dentro do contexto medieval, torna-se um título de nobreza. É necessário, portanto, que vejamos como se formou esse grupo tão conhecido e fantasiado no mundo e qual era a sua finalidade dentro da sociedade medieval ocidental.

PALAVRAS-CHAVE: Cavaleiros; Título de Nobreza; Sociedade; Ocidente Medieval.

ABSTRACT: The production of this article aims to show the formation of the Knight Society as a social group within the medieval west, since this title of "Knight", with the changes occurring within the medieval context, it becomes a title of nobility. It is necessary, therefore, to see how this well-known and dreamed group was formed and what its purpose in western medieval society.

KEY-WORDS: Knights; Title of Nobility; Society; Medieval West;

[40] Graduando do curso de História pela Universidade Estadual da Paraíba – UEPB, orientado pela prof.ªDSc. Michelly Pereira de Sousa Cordão - UFCG

MYTHOS – Revista de História Antiga e Medieval
2017, Ano I, Número I – ISSN 2527-0621
Núcleo de Estudos Multidisciplinares de História Antiga e Medieval
Universidade Estadual da Região Tocantina do Maranhão
Artigo recebido em 04 de Março de 2017
Artigo aprovado em 10 de Março de 2017

Introdução

Castelos, torneios, homens com armaduras pesadas brandindo espadas ao alto, contos de donzelas em perigo e cavaleiros montados em belos cavalos prontos para salvá-las. Este é um dos cenários nos quais o imaginário do Ocidente Medieval, foi concebido ao longo do tempo a partir de um especifico grupo social da Idade Média: a sociedade cavaleiresca. Conforme Leandro Hecko comenta, as características e valores do herói no contexto medieval configuram um pensamento referente a bravura, força e a busca pela glória, portanto, um modelo de homem. (HECKO, 2014, p.113)

O cavaleiro era um homem de linhagem nobre e que quando atingia a mocidade saia de sua casa em busca de aventuras.

> Este sai de casa; está sempre em movimento; percorre províncias e países; "erra por todas as terras". Para ele, a "bela vida" é "andar por muitas terras para prêmio e aventura buscar", "para prêmio e honra conquistar". É pois uma busca da glória e do "prêmio", através da guerra e, mais ainda, do torneio. (DUBY, 1989, p.96-97)

Consoante a isto, para Jacques Le Goff um cavaleiro não é somente um guerreiro a cavalo, mas um membro reconhecido da aristocracia. Cavaleiro torna-se título de caráter nobre. (LE GOFF, 2006, p. 186) Por conseguinte, notamos que a sociedade cavaleiresca no medievo era caracterizada por uma evidente hierarquia social, na qual deverá ser analisada neste estudo.

O Surgimento da Cavalaria

Após a queda de Roma, o império foi invadido por muitos reinos germânicos, no qual a *posteriori*, formou a sociedade medieval caracterizada por sincretismos culturais. Seguidamente, o sistema político e econômico centralizou-se ainda mais nos reis, os quais eram donos de fortalezas fortificadas para a sua segurança e dos demais

MYTHOS – Revista de História Antiga e Medieval
2017, Ano I, Número I – ISSN 2527-0621
Núcleo de Estudos Multidisciplinares de História Antiga e Medieval
Universidade Estadual da Região Tocantina do Maranhão
Artigo recebido em 04 de Março de 2017
Artigo aprovado em 10 de Março de 2017

residentes. A batalha era o modo mais eficiente de resolver as principais desavenças que ocorriam com frequência no período, logo eram necessários investimentos com o intuito de possuir uma guarda real, em que um guerreiro era contratado e se tornava seu vassalo, servindo-o e o protegendo.

> Os laços que uniam estes companheiros de guerra ao seu chefe eram um daqueles contratos de fidelidade livremente consentidos que estavam de acordo com as situações sociais mais respeitáveis. O termo que designava a guarda real é plenamente significativo: truste, ou seja, fé. O novo recruta admitido nesta tropa, jurava fidelidade; em troca, o rei, comprometia-se a «prestar-lhe auxílio». Eram os verdadeiros princípios da «protecção». BLOCH, 1987, p.190-191)

De fato, os laços de vassalagem eram bem mais que serviços prestados. O rei concedia a seu guerreiro um feudo, comida e status social. Em troca, o guerreiro o protegia. O guerreiro jurava lealdade a seu rei e a sua palavra era o que formava sua honra. Acaso houvesse traição a sua palavra, estaria traindo seu rei e seu reino e seria considerado alguém de má índole e consequentemente seria exilado ou até mesmo morto. Na obra medieval, “A Canção de Rolando”, que se apresenta como um manual das virtudes e qualidades que um cavaleiro deveria ter, exemplifica bem essa questão.

> Caro senhor rei, não vos desoleis tanto. Sabeis que vos tenho servido muito. Devo a meus ancestrais o direito de ter assento nesse conselho. Qualquer que tenha sido o erro de Rolando para com Ganelão, o fato de que ele estava a vosso serviço deveria ter retido Ganelão. Ganelão é infiel porque o traiu. Diante de vós ele se tornou perjuro e se colocou em má situação. Por isso acho que ele deve ser enforcado e morto; acho que seu corpo deve ser devorado pelos cães. Assim se trata um traidor que comete uma felonia. ROLAND, vs. 227, p. 113

Entretanto se os cavaleiros eram vassalos, como a palavra "Cavaleiro" se tornou um título de nobreza? Vale lembrar que a igreja e a literatura tiveram uma influência relevante neste aspecto. Sabe-se que que na Idade Média a sociedade prezava pela tradição da guerra e do combate, isto é, estava perceptível em seu cotidiano permeado por guerras, em sua literatura quando contos épicos de batalha eram cantados por menestréis e até mesmo dentro da cristandade, como as Cruzadas. Devido a isto, os cavaleiros acabaram adquirindo status social e um prestígio maior em torno da sociedade. Alguns cavaleiros acabavam conquistando, com cortejos e torneios onde acumulavam riquezas e bens, mulheres de linhagem nobre.

MYTHOS – Revista de História Antiga e Medieval
2017, Ano I, Número I – ISSN 2527-0621
Núcleo de Estudos Multidisciplinares de História Antiga e Medieval
Universidade Estadual da Região Tocantina do Maranhão
Artigo recebido em 04 de Março de 2017
Artigo aprovado em 10 de Março de 2017

O papel da igreja para a inserção da cavalaria na nobreza e dos seus valores de comportamento fora crucial para sua formação.

> Desde o começo do século XI, na França, a igreja forjara um modelo de comportamento moral, apresentado a toda a aristocracia como a missão mais apropriada para justificar seus privilégios sociais, sua vocação militar. Digo: para justificar, ou seja, para introduzi-las no plano divino da salvação do mundo. Esse modelo era o do Miles Christi, do cavaleiro de Cristo, “Cavaleiro", como os membros mais humildes do grupo aristocrático, mas não a serviço de um amo, e sim a serviço do Senhor e combatendo por ele. DUBY, 1989, p. 87-88

A Igreja apresentou a função moral a ser executada pelo cavaleiro, o qual deveria ser honroso, leal e valente. Características que configuravam o "ideal cavaleiresco", que justificava o papel dos cavaleiros e o motivo de possuírem um status social elevado. Tal ideal também resulta em ordens religiosas militares que mataram e serviram em nome da Igreja e, consequentemente, às famosas "Cruzadas".

O Cavaleiro e a sua Jornada

Em sua infância, o futuro cavaleiro, aprendia sobre os ensinamentos de cavalaria e, como nobre (geralmente primogênito e filho de um castelão), seu dever era substituir o pai (que também fora um cavaleiro em sua mocidade) quando este viesse a falecer e cuidar dos seus bens obtidos através da herança.

> O cavaleiro aprendiz, antes de ser adubado, serve 'pelas armas', quase sempre como escudeiro, a um senhor de seu parentesco, de preferência um tio materno, de posição superior à sua. Polindo-lhe as armas, esfregando-lhe os cavalos, assistindo-o nos combates, servindo-o à mesa e na caça, ele familiariza-se com o essencial da vida cavaleiresca. LE GOFF, 2002, p. 00

Segundo Adriana Zierer e Neila Souza, os preparativos para se tornar um cavaleiro no século XII, apogeu da sociedade cavaleiresca, se tornaram mais custosas. Uma vez que, vestimentas, banquetes e cerimônias de sagração se faziam necessárias, isso fez com que muitos nobres permanecessem escudeiros e evitavam ascender à cavalaria. (SOUZA e ZIERER, 2009, p. 05)

MYTHOS – Revista de História Antiga e Medieval
2017, Ano I, Número I – ISSN 2527-0621
Núcleo de Estudos Multidisciplinares de História Antiga e Medieval
Universidade Estadual da Região Tocantina do Maranhão
Artigo recebido em 04 de Março de 2017
Artigo aprovado em 10 de Março de 2017

"Moços" e a Investidura

Na Idade Média, os "moços" eram os homens que estavam prontos para iniciar sua vida cavaleiresca, após ultrapassar a fase preparatória de educação e exercícios para a atividade militar.[41] Sendo assim, o "moço" era um adulto que estava pronto para ser introduzido na vida cavaleiresca mesmo que fosse casado e com filhos, uma vez que para o cavaleiro o envelhecimento era seu declínio.

A investidura vem como um ritual de "iniciação" na vida cavaleiresca, um teste para sua força e coragem.

> O ritual tem várias fases. Um cavaleiro mais antigo entrega primeiro as armas significativas do seu futuro estado ao postulante, geralmente saído há pouco da adolescência. Nomeadamente, cinge-o com a espada. Depois vem, quase sempre, uma forte «pescoçada» que, com a palma da mão, o padrinho assenta na nuca ou na face do rapaz [...] O contacto assim estabelecido entre a mão do que batia e o corpo do atingido transmitia de um para o outro uma espécie de influxo[...] Finalmente, uma manifestação desportiva terminava muitas vezes a festa. O novo cavaleiro lança-se a cavalo e, dum golpe de lança, vai trespassar ou derrubar uma panóplia fixada a um poste: a «quintana». BLOCH, 1987, p. 363

Tal ritual remete aos ideais cavaleirescos que a igreja tentava postular aos cavaleiros, qual seja, o ideal da ordem, da militarização cristã e da entrada em um grupo distinto dos demais reunido em um grande ato formal. Consoante a Adriana Zierer e Neila Souza cita, a sagração do cavaleiro evidencia o empenho da Igreja de se aproximar de uma ordem considerada mundana, uma vez que os aspirantes a cavaleiro deveriam jejuar, confessar e comungar. (SOUZA e ZIERER, 2009, p. 04)

A Vida Cavaleiresca

[41]DUBY, Georges.A Sociedade Cavaleiresca. São Paulo: Martins Fontes, 1989.

MYTHOS – Revista de História Antiga e Medieval
2017, Ano I, Número I – ISSN 2527-0621
Núcleo de Estudos Multidisciplinares de História Antiga e Medieval
Universidade Estadual da Região Tocantina do Maranhão
Artigo recebido em 04 de Março de 2017
Artigo aprovado em 10 de Março de 2017

Após a investidura, o "moço" inicia sua vida como cavaleiro e parte em busca de glória, conquistando torneios e acumulando prêmios.

No início da educação cavaleiresca, o aspirante deve ser acompanhado por um mentor escolhido por seu pai. De acordo com Georges Duby, em alguns casos, chega-se a criar uma espécie de "equipe" que congrega os moços das famílias vassalas em torno do filho recém-armado do suserano de seus pais. (DUBY, 1989, p. 98)

Com isso percebe-se a inserção de cavaleiros de famílias vassalas à nobreza, formando por consequência, novas famílias nobres.

> A alegria reina nesses bandos. O chefe gasta à larga, ama o luxo, o jogo, os mímicos, os cavalos, os cães. Os costumes são aí muito livres. O mais importante, porém, é combater, "em torneios e guerras" [...] À espreita de qualquer aventura da qual se possa colher "honra" e "prêmio", e, se possível, voltar rico", sempre móveis e prontos para a partida, elas entretêm a agitação guerreira. (DUBY, 1989, p. 100-101)

O Cavaleiro, a Herança e aLinhagem

O pai de um cavaleiro geralmente era um castelão com uma diferença de trinta anos, mais ou menos, do seu filho que poderia ter entre dezesseis a dezenove anos de idade. Ele era capaz de gerir o próprio patrimônio sozinho, portanto, incumbia o filho a buscar fama, glória e riquezas para sua família, e o pai somente o chamava novamente quando estivesse impotente para com os seus deveres com castelão. Uma vez que, a maior parte da herança iria sempre para o primogênito, aos irmãos sobrava um lugar na Igreja.

No que se refere à linhagem, após a inserção da cavalaria na nobreza, nomes de família ganhavam ainda mais prestígio. O uso de brasões familiares se tornou frequente e a nobreza foi se moldando dessa forma. Para preservar o nome da família e sua linhagem era necessário escolher minuciosamente os casamentos.

> [...] todo casamento era então um assunto decidido, conduzido e concluído pelo pai e pelos membros mais velhos da linhagem. Estes, naturalmente, tratavam em primeiro lugar do casamento do primogênito. Mas, como essa união punha em jogo o futuro da casa, eles agiam com muita prudência; aguardavam a

MYTHOS – Revista de História Antiga e Medieval
2017, Ano I, Número I – ISSN 2527-0621
Núcleo de Estudos Multidisciplinares de História Antiga e Medieval
Universidade Estadual da Região Tocantina do Maranhão
Artigo recebido em 04 de Março de 2017
Artigo aprovado em 10 de Março de 2017

> ocasião verdadeiramente boa, e isso prolongava outro tanto a "mocidade". Quanto aos outros filhos, sua atitude era muito mais circunspecta ainda, mas por outras razões. Importava, com efeito, não autorizar muitos filhos mais moços a casar-se, por receio de que se multiplicassem em excesso os ramos laterais da linhagem e de que estes viessem abafar o tronco principal. (DUBY, 1989, p.89)

Além, desse cuidado com os homens, tinha-se o cuidado com as mulheres também, as filhas que podiam ser desposadas eram raras. Segundo Georges Duby, antigas alianças reuniam toda a cavalaria de uma região num mesmo parentesco. A noção que esse tempo fazia do incesto, as interdições de consanguinidade controladas pela Igreja erguiam um obstáculo formal. (DUBY, 1989, p. 101-102) Deste modo, as linhagens eram controladas, porém, sem muito sucesso.

Armadura e Armamento

A armadura e as armas de um cavaleiro eram uma das partes mais importantes para vencer os torneios e sobreviver no esmo. Os mais ricos conseguiam armaduras e armamentos melhores. Os menos abastados, buscavam conseguir riquezas em torneios para adquirir equipamentos de maior qualidade.

As armaduras e vestimentas do cavaleiro variam em suas datações. Porém, todas elas tinham uma estrutura em comum, no que se refere aos séculos XII e XIII.

Por dentro, usava-se uma "camisa" e uma roupa íntima acolchoada feita de linho ou algodão e em sua cabeça, uma proteção do mesmo material. Para absorção dos golpes, usava-se uma espécie de "enchimento" por cima da "camisa", esse enchimento era feito de couro e absorvia muito bem os golpes. A cota de malha que consistia em uma série de aros de aço entrelaçados, ficava por cima do "enchimento" de couro. Cavaleiros que não podiam pagar por uma armadura mais cara, utilizavam apenas um enchimento e a cota de malha, podendo assim, ter mais agilidade em combate. A proteção externa, por fim, consistia em grandes peças de aço que forneciam a proteção necessária para o cavaleiro em batalha. Alguns cavaleiros também utilizavam um

MYTHOS – Revista de História Antiga e Medieval
2017, Ano I, Número I – ISSN 2527-0621
Núcleo de Estudos Multidisciplinares de História Antiga e Medieval
Universidade Estadual da Região Tocantina do Maranhão
Artigo recebido em 04 de Março de 2017
Artigo aprovado em 10 de Março de 2017

broquel[42] para proteção em conjunto com sua espada. Tal armadura protegia o cavaleiro e espadas raramente a penetrava. Sua única fraqueza eram flechas de arco longo e dardos de alguns tipos de besta.

As espadas dos cavaleiros também variam de datações. Do século X para o século XV existiam diversas espadas como a "Espada de Armas" que era um modelo típico das cruzadas, utilizada com uma mão e geralmente acompanhada de um broquel e também existiam o "Montante", uma espada mais larga que dava ao guerreiro mais poder de corte e perfuração, essa espada era pesada e necessitava das duas mãos para melhor uso e maneabilidade.

Para o cavaleiro, o cavalo também era uma arma de guerra. É comprovado que a força do cavalo também era transmitida no impacto da lança pesada, formando uma combinação poderosa. O uso do cavalo em guerras era essencial e notavelmente decisivo. Com as inovações, foram criadas selas mais rígidas, esporas e estribos dando ao cavaleiro uma oportunidade de inovar na hora do combate.

O Fim do Cavaleiro

Sabe-se que a vida cavaleiresca é, sobretudo, mortal. A agressão é um ponto chave na vida do guerreiro.

> Votada à violência, a "mocidade" constitui, na sociedade cavaleiresca, o órgão de agressão e de tumulto. Mas, por isso mesmo, ela se acha exposta a todos os perigos. Agressiva e brutal, a mocidade é, por situação, um corpo dizimado. [...] Nos textos que utilizo, as alusões mais numerosas aos moços se referem efetivamente à sua morte violenta. Esta sobrevém, acidentalmente, na caça ou nos exercícios de armas, porém mais amiúde nos recontros militares. DUBY, 1989, p.104

Porém, a morte não era o único fim da vida de cavaleiro, o casamento também o fazia terminar a sua carreira. A busca por uma esposa era frequente entre os cavaleiros, principalmente de mulheres nobres. De acordo com Georges Duby, o chefe da cavalaria, assim que se estabelecesse, teria como o primeiro de seus deveres casar seus companheiros com uma herdeira rica. DUBY, 1989, p. 109. É possível

[42] Escudo pequeno geralmente feito de madeira com uma guarnição de ferro e/ou metal.

MYTHOS – Revista de História Antiga e Medieval
2017, Ano I, Número I – ISSN 2527-0621
Núcleo de Estudos Multidisciplinares de História Antiga e Medieval
Universidade Estadual da Região Tocantina do Maranhão
Artigo recebido em 04 de Março de 2017
Artigo aprovado em 10 de Março de 2017

afirmar que essa vida cavaleiresca tenha incentivado as famílias a preservarem linhagens nobres.

Considerações Finais

Analisamos que, a cavalaria apresentou-se paralelamente às convenções sociais da época, uma vez que a sociedade cavaleiresca interagia inerentemente à nobreza. Muitos cavaleiros para garantir legitimidade nobre na linhagem familiar, aderiam a casamentos com mulheres de alta estirpe. Em consequência disto, muitos guerreiros encerravam sua jornada na cavalaria para viver uma vida mais tranquila e abastada.

Deduzimos que, por meio da análise historiográfica acerca da sociedade cavaleiresca, a formação da mesma foi de relevância para o desenvolvimento do imaginário medieval atual. A sociedade cavaleiresca foi um grupo agressivo que provocou diversas mudanças em meio à sociedade medieval.

Referências

1-Documentação Textual

ROLAND, La Chanson de. **A Canção de Rolando**. Paris. Coleção Nouveaux Classiques Larousse, 1972.

2- Obras de Orientação Teórico- Metodológicas

BLOCH, March. **A Sociedade Feudal**. 2ª Edição. Lisboa: Edições 70, 1987

LE GOFF, Jacques. **Dicionário Temático do Ocidente Medieval**. 1ª Edição. São Paulo: Editora da Universidade do Sagrado Coração, 2002.

MYTHOS – Revista de História Antiga e Medieval
2017, Ano I, Número I – ISSN 2527-0621
Núcleo de Estudos Multidisciplinares de História Antiga e Medieval
Universidade Estadual da Região Tocantina do Maranhão
Artigo recebido em 04 de Março de 2017
Artigo aprovado em 10 de Março de 2017

3-Obras de Orientação Historiográfica

DUBY, Georges. **A Sociedade Cavaleiresca**. São Paulo: Martins Fontes, 1989.

HECKO, Leandro. **Algumas Perspectivas do Cavaleiro Medieval na obra de Georges Duby**. Três Lagoas. Revista Trilhas da História, 2014.

SOUSA, Neila Matias de. ZIERER, Adriana. **O Bom Cavaleiro nas Fontes Medievais**: A Demanda do Santo Graal e o Livro da Ordem da Cavalaria. VI Jornada de Estudos Antigos e Medievais, 2009.

MYTHOS – Revista de História Antiga e Medieval
2017, Ano I, Número I – ISSN 2527-0621
Núcleo de Estudos Multidisciplinares de História Antiga e Medieval
Universidade Estadual da Região Tocantina do Maranhão
Artigo recebido em 16 de Março de 2017
Artigo aprovado em 20 de Março de 2017

A MULHER E A VIOLÊNCIA: AS RELAÇÕES DAS MULHERES COM A VIOLÊNCIA N'*A DEMANDA DO SANTO GRAAL.*

Claudienne da Cruz Ferreira[43]

RESUMO: *A Demanda do Santo Graal* é uma novela de cavalaria portuguesa do século XIII, escrita no códice vienense n° 2594, compondo a Matéria da Bretanha, que é um extenso conjunto de textos centrados na figura de Artur e de seus cavaleiros da távola redonda.*A Demanda do Santo Graal* conta a aventura destes cavaleiros na busca pelo Graal, cálice sagrado usado por Cristo na Última Ceia e no qual José de Arimatéia recolheu o Sangue de Cristo, que restituiria a abundância ao reino de Logres. Pretendemos neste artigo trabalhar com a identificação e análise das questões que envolvem a vulnerabilidade física e sexual da mulher medieval, tendo como fonte *A Demanda do Santo Graal.* Desde a Antiguidade e atravessando o medievo, a questão do direito do homem sobre a vida e o corpo da mulher já se fazia uma constância. No século XIII passa-se a criminalizar as ações de violência contra as mulheres, mesmo que com maior preocupação em proteger a mulher nobre. Porém, não pretendemos somente olhar estas mulheres como vítimas, mas, também identificar as ações destas enquanto provocadoras de violência, representações que refletem o olhar misógino dado ao feminino.

PALAVRAS-CHAVE: Mulher, violência, Idade Média, *A Demanda do Santo Graal.*

ABSTRACT: ***The Quest for the Holy Grail*** is a Christianized roman of chivalry of anonymous authorship, composed in France in the middle of

[43] Graduação em Andamento no Curso de História da Universidade Estadual do Maranhão (UEMA). Membro do Laboratório de História Antiga e Medieval (*Mnemosyne*). Bolsista PIBIC/UEMA, no período 2016-2018, sob a orientação da professora Drª. Adriana Zierer (CECEN/UEMA), inserida no projeto *Memória, Educação e Salvação na Idade Média.*

MYTHOS – Revista de História Antiga e Medieval
2017, Ano I, Número I – ISSN 2527-0621
Núcleo de Estudos Multidisciplinares de História Antiga e Medieval
Universidade Estadual da Região Tocantina do Maranhão
Artigo recebido em 16 de Março de 2017
Artigo aprovado em 20 de Março de 2017

thirteenth century and yet in the same century enters Portugal. Inscribed in Viennese codex no. 2594, composing the Matter of Brittany, which is an extensive set of texts centered on the figure of Arthur and his knights of the round table. The Holy Grail Claim contains an adventure for the knights in the pursuit of the Holy Grail, the sacred chalice used by Christ at the Last Supper in which Joseph of Arimathea gathered the Blood of Christ, which would restore abundance to the kingdom of Logres (England). In this article we intend to work with an identification and analysis of the questions that involve a physical and sexual vulnerability of the medieval woman, having as source *The Quest for the Holy Grail*. From Antiquity to Medieval Times, the problem of the right of man on the life and the body of the woman is already constant. In the thirteenth century it is criminalized as acts of violence against women, even though with greater concern to protect the noble woman. However, we do not only intend to see these women as victims, but also to identify their probable actions that provoked violence, representations that reflect the misogynist gaze given to the feminine.

KEYWORDS: Woman, violence, Middle Ages, ***The Quest for the Holy Grail***

Introdução

Este trabalho se insere no campo da História Cultural, tendo como instrumentos teóricos o conceito de representação e o imaginário. A construção da história a partir do aspecto cultural tende que partir da compreensão de seus objetivos.

> A história cultural se propõe observar no passado, entre os movimentos de conjunto de uma civilização, os mecanismos de produção de objetos culturais. Quer se trate da grande

MYTHOS – Revista de História Antiga e Medieval
2017, Ano I, Número I – ISSN 2527-0621
Núcleo de Estudos Multidisciplinares de História Antiga e Medieval
Universidade Estadual da Região Tocantina do Maranhão
Artigo recebido em 16 de Março de 2017
Artigo aprovado em 20 de Março de 2017

> produção vulgar, ou da produção refinada, até esse extremo que é a "obra-prima", com todos os problemas que ela põe (DUBY, 1989, p.126).

O conceito de imaginário adotado por nós para composição deste trabalho é de que este compreende *"uma realidade coletiva que consiste em narrativas míticas, em ficções, em imagens, partilhadas por atores sociais. Toda sociedade, todo grupo constituído produz um imaginário, sonhos coletivos, garantidores de sua coesão e de sua identidade* (SCHMITT, 2007, p. 35). Le Goff (1994) ressalta ainda que o estudo do imaginário sobrepõe-se ao da simples representação, compreendo-a como limitada enquanto seu alcance. Pois estudar o imaginário é aprofundar-se em sua consciência e desenvolvimento.

As representações enquanto re-presentificação do inconsciente coletivo, possibilitam a partir da verossimilhança e credibilidade, importantes instrumentos de compreensão das construções produzidas a partir do real, que são naturalizadas e refletem os aspectos simbólicos construídos social e historicamente:

> [...] as representações são também portadoras do simbólico, ou seja, dizem mais do que aquilo que mostram ou enunciam, carregam sentidos ocultos, que, construídos social e historicamente, se internalizam no inconsciente coletivo e se apresentam como naturais, dispensando reflexão (PESAVENTO, 2012, p. 41).

Nossa abordagem versa sobre os estudos de Gênero, a partir da conceituação de Scott (1989) que o compreende enquanto importante instrumento de análise para os estudos em história. A autora defende que o estudo de gênero recusa as concepções de naturalizações biológicas das diferenças sexuais, apresentadas como invariantes, contrariando as disputas entre machos e fêmeas. O estudo de gênero está relacionado ao "*saber que estabelece significados para as diferenças corporais*" (SCOTT, 1989, p. 13).

A Demanda do Santo Graal é uma novela de cavalaria cristianizada de autoria anônima, escrita na França durante o século XIII e no mesmo século adentrou Portugal. A versão existente da obra encontrasse na Biblioteca de Viena, códice pergaminháceo nº 2594, compondo a Matéria da Bretanha que é *"um vastíssimo complexo de textos em verso e em prosa centrados na figura de Artur e de seus cavaleiros da távola redonda"*(MEGALE, 1989, p. 1).

MYTHOS – Revista de História Antiga e Medieval
2017, Ano I, Número I – ISSN 2527-0621
Núcleo de Estudos Multidisciplinares de História Antiga e Medieval
Universidade Estadual da Região Tocantina do Maranhão
Artigo recebido em 16 de Março de 2017
Artigo aprovado em 20 de Março de 2017

A novela narra às aventuras dos cavaleiros do rei Artur na busca por reencontrar o Santo Graal, cálice utilizado por Cristo na Última Ceia e no qual José de Arimatéia teria recolhido a sangue vertido pelo Mestre durante a paixão na Cruz. Elemento de prosperidade que se afastou por causa do pecado da corte, torna-se também prova dos valores que regiam a cavalaria, posto que somente os bons cristãos, os cavaleiros de Cristo, conseguiriam alcançar o Santo objeto.

A cavalaria era vista com certa desconfiança pela Igreja, pois era tida como indisciplinada e desordenadora da sociedade. Flori (2005) afirma que a busca pela ascensão social e econômica era compreendida pela Igreja como um desvio da função social que os cavaleiros deveriam exercer, de exemplos de conduta e cavalaria de Cristo, enquanto que a busca por se promover revelava desvios morais, como a predominância da soberba. Segundo Zierer e Messias (2013, p.144):

> [...] o cavaleiro tinha a função de proteger os indefesos, porém eles se encontravam superiores em relação aos desprovidos de armas. Ao estarem montados em seus cavalos expressavam toda a sua grandiosidade, força e coragem, além de menosprezarem e atacarem os membros inferiores da sociedade, espalhando o medo e o terror entre eles.

Duby (1982) afirma que durante a Idade Media Central, os *bellatores* depararam-se com a necessidade de civilizar a cavalaria, através da cristianização, instruindo sobre o bem e o mal, os valores que deveriam reger a boa cavalaria ou cavalaria cristã, ao mesmo tempo em que levantavam proibições em seus desígnios.

A Suscetibilidade da Mulher na Obra *a Demanda do Santo Graal.*

A novela de cavalaria *A Demanda do Santo Graal* não trata somente das grandes damas e das donzelas, que por sua elevação social deveriam ser protegidas, ela também fala de mulheres pobres, do povo, que por não estarem relacionadas a um homem de certo *status* social, tornavam-se presas fáceis à violência sexual. O texto literário por nós estudado apresenta narrativas que falam sobre a suscetibilidade feminina diante das ações violentas de alguns personagens masculinos, este tema, dos quais nos utilizaremos na construção deste artigo.

Primeiramente nos deteremos nas passagens que tratam da violência que a mãe de Artur, o pequeno, sofreu e que deu origem a um

MYTHOS – Revista de História Antiga e Medieval
2017, Ano I, Número I – ISSN 2527-0621
Núcleo de Estudos Multidisciplinares de História Antiga e Medieval
Universidade Estadual da Região Tocantina do Maranhão
Artigo recebido em 16 de Março de 2017
Artigo aprovado em 20 de Março de 2017

filho bastardo do rei Artur. Durante uma caçada na floresta de Bretheão, o rei se perde de sua companhia e dos cachorros, andando perdido na floresta durante uma hora quando se depara com uma donzela muito formosa que estava sozinha próxima à fonte. A visão desta bela donzela sozinha lhe remeteu a ideia de se tratar de uma fada e foi se aproximar dela:

> E depois, dirigiu-se à donzela e saudou-a; ela se ergueu para ele e saudou-o
> muito apropriadamente; e o rei se sentou e ela também, e começaram a conversar, e acho-a o rei tão sisuda e de tão boa palavra, que maravilha era, e agradou-se tanto dela, que **dormiu com ela à força**. E ela, que era menina e ainda não sabia de tal coisa, começou a gritar enquanto ele deitava com ela, mas não lhe houve proveito, porque, ainda assim fez o rei o que quis e fez nela um filho (DSG, 1989, p.280). Grifo nosso.

Após o ato, o pai da menina se aproxima e vendo sua filha chorosa, compreende o que aconteceu. Mesmo assim pede que a filha lhe conte o sucedido, pois senão lhe cortaria a cabeça (DSG, 1989, p. 205). Temerosa de sofrer mais esta violência, a jovem revela o que o cavaleiro havia feito. É importante ressaltar que segundo Flori (2005) dentro do código de cavalaria, o cavaleiro (vassalo) não pode causar dano ao seu senhor, posto que seria um ato de deslealdade.

O nome do pai da jovem é Tenas, e este suspeitando que o cavaleiro que tomou a filha força fosse rei Artur, seu senhor, indaga ao cavaleiro que lhe revele seu nome, o que comprova suas suspeitas. Tenas fica irado pela afronta sofrida à honra de sua família, porém nada pode fazer, uma vez que vingar-se seria tornar-se desleal e isto lhe causaria mais desonra que a defloração da jovem.

Tenas lhe revela que jamais o amaria por causa da desonra e vilania sofrida. Rei Artur tenta arranjar um casamento para a donzela, porém o pai da jovem se nega a aceitar, crendo que sua filha já pudesse estar grávida. O pai da donzela guardou-a durante um tempo até descobrir que estava grávida, avisou rei Artur, que escolheu para o nome do seu filho Artur, o pequeno.

A passagem que narra o nascimento de Artur, o pequeno, revela a prática pela nobreza do apossar-se de mulheres das camadas sociais mais baixas, tendo os arranjos de casamentos com membros da cavalaria utilizados como mecanismo de recuperação da afronta feita ao

MYTHOS – Revista de História Antiga e Medieval
2017, Ano I, Número I – ISSN 2527-0621
Núcleo de Estudos Multidisciplinares de História Antiga e Medieval
Universidade Estadual da Região Tocantina do Maranhão
Artigo recebido em 16 de Março de 2017
Artigo aprovado em 20 de Março de 2017

patriarca da donzela violada. É interessante observar que os clamores da donzela ao ser violentada foram negligenciados pelo rei Artur, reconhecendo sua falha somente quando confrontado pelo pai da jovem, revelando um aspecto das relações masculinas.

De acordo com Duby (2009), a história da honra ainda não foi feita, mesmo que há tempos LucienFebvre tenha convidado os historiadores a atentarem para sua construção:

"Ao menos, é evidente que nos tempos feudais a honra, empanada pela vergonha, era assunto masculino, público, mas que dependia essencialmente do comportamento das mulheres, isto é, do privado" (DUBY, 2009, p.91). Compreendemos a importância de se atentar para tal elemento da vida privada e do cotidiano das pessoas, pois a honra é um aspecto basilar das relações sociais e imaginário de dominação dos sexos.

Dentre os fatores que propiciaram o acontecimento citado no livro estão: primeiramente que, era uma mulher do povo e, além disso, estava sozinha. Segundo Duby (2009), as mulheres que não pertenciam à nobreza, tais como as criadas, estavam muito mais propícias à vulnerabilidade física, assim como a sexual. E que esta proteção que se dedicava à mulher da nobreza, nada mais é que do que um mecanismo para proteger a honra do nobre ao qual esta estava associada.

Num outro episódio da Demanda, uma donzela ao ver Boorz reconhece que ele é um dos bons cavaleiros do Santo Graal e começa a gritar pedindo-lhe socorro, para que este lhe protegesse da desonra que cairia sobre ela por meio do cavaleiro que lhe arrastava ao mato para deflorá-la:

> -Ai, cavaleiro bom, por Deus e por piedade, socorre-me e livra-me deste desleal, que me quer escarnecer, se tu és dos bons cavaleiros que andam na demanda do santo Graal. Assim disse a donzela a Boorz que o socorresse. E Leonel, que reconhecendo seu irmão, gritou-lhe: - Ai, irmão Boorz! Não me deixeis aqui morrer, mas socorrei-me e livrai-me destes cavaleiros desleais, que me levam a esta montanhas perto daqui para me matarem. (DSG, 1989, p.142-143)

Boorz fica inicialmente dividido entre socorrer seu irmão ou a donzela; quando a donzela lhe pede novamente proteção, o cavaleiro suplica a Deus que proteja seu irmão e não permita que morra enquanto ele salva a donzela. Graças ao pedido de Boorz, bom cavaleiro

MYTHOS – Revista de História Antiga e Medieval
2017, Ano I, Número I – ISSN 2527-0621
Núcleo de Estudos Multidisciplinares de História Antiga e Medieval
Universidade Estadual da Região Tocantina do Maranhão
Artigo recebido em 16 de Março de 2017
Artigo aprovado em 20 de Março de 2017

e por isto amado por Deus, Leonel não morre, posto que já estava rendido e em minoria. Mas, a ação de Deus o salvaguarda a vida enquanto, Boorz salva a honra da donzela.

É interessante ressaltar que a proteção de donzelas, viúvas e demais pessoas indefesas, era uma das obrigações dos cavaleiros. Assim como, ajudar os membros da cavalaria que se encontrassem em desvantagem, como o caso de Leonel. Porém, a ação de Boorz não se torna condenável já que demostrou sua fé na providência divina, demonstrando ser um dos escolhidos, cavaleiro de Cristo e do Graal.

Quadro 1 : O direito masculino sobre a vida das personagens femininas em *A Demanda do Santo Graal*.

Personagens	Violência
Mulher da tenda	Decapitação
A donzela de Melias	Decapitação
A donzela de Arciel	Tentativa de decapitação

Podemos mencionar ainda outros casos de violência contra o feminino. O episódio da mulher das duas tendas é bastante significativo do olhar misógino com que as mulheres eram representadas. Leonel encontrou duas tendas armadas e ao adentrar em uma delas encontrou uma mulher que o recebeu muito amigavelmente por serem da mesma terra, fazendo-lhe muitas perguntas e contando-lhe um pouco de sua vida. Leonel e a mulher das tendas estavam a conversar quando o marido e o sogro, que estavam ausentes quando o cavaleiro chegou, vendo a cena enraiveceram-se e pensaram que isto era uma afronta a sua honra. O marido decidiu lavar a honra cortando a cabeça da mulher e lutando com Leonel.

Melias encontrou uma donzela fazendo grande lamentação por um cavaleiro que estava ferido e não podia sair dali. Melias achou a donzela muito bela e lhe convenceu que o cavaleiro já estava morto, e que se ficasse ali sozinha na floresta grande mal lhe poderia vir. Assim, Melias levou a donzela de Amador de Belrepaire, sem antes ver se este estava mesmo morto. Tomado de raiva Amador sai em perseguição a Melias. Com a luta, ambos ficam muito machucados. Amador que já

MYTHOS – Revista de História Antiga e Medieval
2017, Ano I, Número I – ISSN 2527-0621
Núcleo de Estudos Multidisciplinares de História Antiga e Medieval
Universidade Estadual da Região Tocantina do Maranhão
Artigo recebido em 16 de Março de 2017
Artigo aprovado em 20 de Março de 2017

estava ferido anteriormente percebeu que não resistiria foi até a donzela e lhe disse: *"- Eu estou por vós morto, e justo é que morrais por mim, porque de outra maneira, estaria mal vingada a minha morte"* (DSG, 1989, p.71). Após desferir estas palavras em tom de sentença Amador cortou a cabeça da donzela.

Podemos identificar nesta passagem a presença no imaginário social da ideia de direito masculino sobre a vida da mulher, pois o personagem masculino apresenta em seus argumentos o motivo pelo qual lhe cabia o direito sobre a vida da donzela, posto que, ele estava morrendo por ela, então esta deveria morrer por ele.

Arciel era um cavaleiro da mesa redonda que estava em companhia do irmão Sanades, buscando as aventuras da demanda, quando encontraram uma donzela e ambos a desejaram. Por causa disto começaram uma contenda entre os dois irmãos. Arciel cortou a cabeça de Sanades e este o feriu mortalmente. Reconhecendo que não sobreviveria Arciel disse à donzela: *"Pois matei meu irmão e estou morto, não quero que vivas nem que outros cavaleiros se matem por vós"* (DSG, 1989, p. 353). O cavaleiro tentou cortar a cabeça da donzela, porém esta fugiu e por já esta debilitado não conseguiu alcançá-la.

De acordo com o esquema acima podemos observar o direito do homem sobre a vida da mulher, como no caso do marido que cortou a cabeça da mulher por ter encontrado Leonel na tenda a conversar com ela. Ou no caso de Melias que cortou a cabeça da donzela por culpá-la por sua morte, assim como Arciel que tenta matar a donzela por ver nela a culpada de sua morte e de seu irmão.

Nestes dois últimos casos a beleza feminina, sempre tão traiçoeira segundo os discursos clericais, é tida como causa da traição entre os cavaleiros, que, ao lutarem entre si tornam-se desleais e perjuros, uma vez que Melias e Amador são ambos cavaleiros da mesma casa e confrontaram-se por causa da mesma donzela; ou no caso de Arciel e Sanades que irmãos, lutam até a morte por causa de uma donzela. Estas menções representam a construção misógina da culpabilidade feminina, que antes de vê-las enquanto vitimas das agressões, representam-nas como causa de grandes danações e cegueiras.

Dentro do imaginário socialmente construído de hierarquização entre masculino e feminino, reforçado através da representação misógina de inferioridade feminina, muito difundido pelo discurso

MYTHOS – Revista de História Antiga e Medieval
2017, Ano I, Número I – ISSN 2527-0621
Núcleo de Estudos Multidisciplinares de História Antiga e Medieval
Universidade Estadual da Região Tocantina do Maranhão
Artigo recebido em 16 de Março de 2017
Artigo aprovado em 20 de Março de 2017

bíblico sobre Eva, contribuíram para a ideia de direito do homem sobre a vida das mulheres, no seu aspecto patriarcal em que o pai decide sobre vida e morte de seus filhos.

Um segundo tópico de análise tratará sobre os casos de violência dentro dos núcleos familiares. Analisaremos a passagem de Aglinda, a donzela da fonte; a origem de Meraugis; o caso do Conde Arnaldo e o episódio do cavaleiro da festa de Pentecostes. Neste sentido, o quadro a seguir servirá para exemplificar as principais caraterísticas de violência dentro dos grupos familiares (Quadro 2):

Quadro 2: Os casos de violência dentro dos núcleos familiares

Personagem	Violência sofrida
Aglinda, Filha de rei Nascor	Tentativa de defloração
A mãe de Meraugis	Defloração e morte.
A filha de Conde Arnaldo	Defloração e morte.
Mãe e irmã do cavaleiro de Pentecostes	Defloração e morte.

Mais uma passagem que fala dessa forma de violência sofrida pelas mulheres é a que fala da princesa virtuosa, cujo irmão, enganado por um demônio é convencido que não possuem nenhum grau de parentesco. Por isso a leva ao local onde a entregaria ao demônio, mas por imaginar que nunca mais a veria e por desejá-la, tenta possuí-la a força, mas por interseção divina, cai morto e a donzela não sofre a defloração. Aglinda por ser uma boa donzela, seguidora dos preceitos cristãos e estudiosa dos ensinamentos dos pais da Igreja, agrada muito a Deus e assim ocorre a intercessão divina para salvaguardar a honra da donzela virtuosa.

Outro caso de defloração que aparece na demanda, e neste caso compreende também um incesto, ato que a Igreja condena, é a que deu origem a Meraugis, cavaleiro que vai para o reino de Logres, visando conhecer a sua origem. No reino arturiano recebe uma carta que lhe revela ser filho de rei Mars com sua sobrinha. A carta acrescentava ainda que por medo de ser descoberto que havia tirado a virgindade da

MYTHOS – Revista de História Antiga e Medieval
2017, Ano I, Número I – ISSN 2527-0621
Núcleo de Estudos Multidisciplinares de História Antiga e Medieval
Universidade Estadual da Região Tocantina do Maranhão
Artigo recebido em 16 de Março de 2017
Artigo aprovado em 20 de Março de 2017

própria sobrinha e feito nela um filho, Rei Mars matou a mãe de seu filho e se livrou da criança em uma floresta:

> [...] o houvera dela, antes o houvera de Ladiana, irmã de Aldrete e sobrinha deste rei Mars; e houvera-a rei Mars de virgindade por força, e fez nela Meraugis; pelo que aconteceu depois, quando viu que estava grávida, que, por pavor de ser descoberto e serem ambos desonrados pelo mundo, fê-la meter numa torre até que houvesse filho; e quando chegou aquela ocasião, levou-a a um muito esquivo lugar e longe de gente, e depois que houve seu filho, com pavor que sua sobrinha o revelasse para o menino, quando fosse grande, matou-a. (DSG, 1989, p.277).

De acordo com Christiane Klapisch-Zuber (1989, p.198) a sociedade, grupos familiares e religiosos viam com maus olhos o uso da violência, pois, o *"costume de se apoderar das mulheres pela violência, tão vulgar na alta Idade Media, torna-se mais raro nos séculos finais e dificilmente obtém a aceitação social e religiosa".*

Conde Nascor tinha três filhos e uma filha muito formosa, a qual seus irmãos desejavam loucamente, tanto que se deitaram com ela. A jovem revela ao pai a afronta sofrida pelos irmãos que por isto a mataram. O conde, triste pela dupla traição dos filhos, queria expulsá-los. Os três filhos tentaram contra a vida do próprio pai, ato que somente não conseguiram graças a dois sobrinhos do conde que lhe salvaram. Desta forma, o conde tornou-se prisioneiro dos filhos de quem sofria grandes vilanias e sua conduta cristã era rechaçada.

Na narrativa aparece o discurso cristão de condenação do incesto, como no caso do cavaleiro que na festa de Pentecostes caiu da janela e do qual *"saia pela boca e pelas narinas chama de fogo tão forte como se fosse um forno aceso"* (DSG, 1989, p.30). Este personagem deixou uma carta que tinha feito para o arcebispo de Cantuária em que confessava ter se deitado com sua mãe e irmã, e como estas não queriam lhe fazer a vontade, ele as matou. Após isto também matou seu pai e seu irmão, quando estes descobriram o que ele tinha feito. Logo que Artur lê a carta deixada pelo defunto, ele compreende que a forma como se deu essa morte foi à vingança de Jesus Cristo.

Segundo a historiadora Christiane Klapisch-Zuber (1989, p. 195) a igreja no começo do século XIII tenta controlar as uniões entre os indivíduos para que estas não se tornassem relações incestuosas.

MYTHOS – Revista de História Antiga e Medieval
2017, Ano I, Número I – ISSN 2527-0621
Núcleo de Estudos Multidisciplinares de História Antiga e Medieval
Universidade Estadual da Região Tocantina do Maranhão
Artigo recebido em 16 de Março de 2017
Artigo aprovado em 20 de Março de 2017

Quando "[...] *em 1215, o IV Concilio de Latrão proíbe o casamento entre parentes a partir do 4.° grau (ate então, essa proibição situava-se no 7.° grau)"*

É possível perceber que mesmo dentro do ciclo familiar a mulher esta suscetível a sofrer uma violência. Ou como no caso da filha do Conde Arnaldo que seus irmãos deitaram-se com ela e a mataram quando contou tudo ao pai. Assim como a morte da mãe de Artur, o pequeno, que é assassinada pelo pai, após descobrir que este matou seu irmão para ficar com a nora.

O imaginário de Dina, personagem bíblica filha de Jacob e Lia, é utilizado pelo discurso religioso para legitimar a necessidade da tutela masculina, pois a passagem relata que essa jovem saiu de casa sozinha para ver uma família que estava passando quando o filho do rei a viu e apaixonou-se loucamente por ela, tomando-a para si, ato este que causou grande raiva na família da jovem, em virtude da ofensa a honra da família. Mesmo o jovem intencionando casar-se com Dina, os irmãos decidem vingar-se da ofensa, matando e saqueando todo o país.

Esta passagem bíblica enfatizada nos sermões tinha, pois a função de legitimar a necessidade da mulher sair acompanhada, para não ser tomada à força: *"Quando elas saem de casa, é preciso que um homem as acompanhe, senão se pode livremente apoderar delas: são, no sentido que se dava no século XII a essa expressão, 'sucessão de ádvena'."* (DUBY, 2013, p.161), e também revela seu aspecto misógino ao enfatizar que por causa da má ação da jovem, o mal lhe sobrecaiu e causou a morte do reino, corroborando com a ideia de que *"daí resultam violências, enganos, adultérios e semeiam a desordem e a discórdia no núcleo familiar e na comunidade social"*(CASAGRANDE, 1990, p.117).

A obra é um texto do século XIII, ou seja, da Baixa Idade Média, quando podemos observar que os relatos aqui apresentados trazem essa característica de criminalização da violência contra as mulheres. Sabendo, pois que o discurso difundido da necessidade de tutela masculina, posto que a mulher é um ser que não deve ficar sozinha, entregue a sua própria fraqueza, o texto enquanto modelador de comportamento apresenta sempre este discurso do perigo de se deixar enganar pelas artimanhas femininas, ou mesmo do perigo que a mulher corre ao estar transitando sozinha, sem uma proteção masculina que lhe possa garantir a sua integridade física.

MYTHOS – Revista de História Antiga e Medieval
2017, Ano I, Número I – ISSN 2527-0621
Núcleo de Estudos Multidisciplinares de História Antiga e Medieval
Universidade Estadual da Região Tocantina do Maranhão
Artigo recebido em 16 de Março de 2017
Artigo aprovado em 20 de Março de 2017

Conclusão

As mulheres de diferentes estratos sociais e núcleos de proteção estavam suscetíveis ao infortúnio da violência, tanto sexual quanto de morte, posto que na novela conseguimos identificar diferentes casos de agressões sofridos pelas personagens femininas. De acordo com o olhar e discursos difundidos pelos religiosos e leigos, para legitimar uma condição de sobreposição do homem em relação à mulher para que esta lhe fosse subordinada, cabendo a ele a custódia. O homem enquanto guardião seria o responsável por proteger as mulheres dos perigos que elas poderiam causar a si mesmas e aos outros. Era considerado correto o direito masculino sobre a vida das mulheres.

Podemos dizer que a novela *A Demanda do Santo Graal* faz uma verdadeira denúncia às ações de violência contra as mulheres. Ações reprováveis pelo discurso moralizante e pedagógico da obra, que busca através dos enlaces dos personagens masculinos e femininas, reeducar a sociedade para a adoção de comportamentos mais civilizados.

Mesmo tendo as personagens femininas como vítimas dos atos de violência cometidos pelos maus cavaleiros, a narrativa não deixa de apresentar seu aspecto misógino ao enfatizar através de alguns exemplos a apropriação de um discurso de que o mal que ocorreu a essas personagens estava ligado a suas más andanças: sair sozinha, sem a tutela masculina é colocar-se à disposição do infortúnio.

A preocupação é muito mais com a honra dos homens, familiares ou dos cavaleiros, que a Igreja desejava reeducar nos valores cristãos, do que salvaguardar as mulheres. Desta forma, é válido compreender esse discurso da Igreja como ambíguo em seu alcance, tendo a proteção feminina apenas como consequência de um objetivo maior, a educação da cavalaria e manutenção da harmonia social.

Referências

1. Documentação Textual

A Demanda do Santo Graal. Texto sob os cuidados de Heitor Megale. São Paulo: T. A Queiroz/ Edusp, 1989.

MYTHOS – Revista de História Antiga e Medieval
2017, Ano I, Número I – ISSN 2527-0621
Núcleo de Estudos Multidisciplinares de História Antiga e Medieval
Universidade Estadual da Região Tocantina do Maranhão
Artigo recebido em 16 de Março de 2017
Artigo aprovado em 20 de Março de 2017

2. Obras de Orientação Historiográfica

CASAGRANDE, Carla. A mulher sobre custódia. In: DUBY, Georges e PERROT, Michelle (dir.). **História das Mulheres no Ocidente.** Volume 2 – A Idade Média. Porto: Edições Afrontamento, 1990.

DUBY, Georges. **As Três Ordens ou o Imaginário do Feudalismo**. Tradução de Maria Helena Costa Dias. 2ª ed. Lisboa: Editorial Estampa, 1994.

DUBY, Georges (Org.). ***História da vida privada, 2*: da Europa feudal à Renascença**. Trad. Maria Lúcia Machado. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

DUBY, Georges. **Idade Média, Idade dos Homens:** do Amor e outros Ensaios. Tradução de Jonatas Batista Neto. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

FLORI, Jean. A Cavalaria: A Origem dos nobres guerreiros da Idade Média. Tradução de Eni Tenório dos Santos. São Paulo: Madras, 2005.

LE GOFF, Jacques. **O Imaginário Medieval**. Portugal: Estampas, 1994.

KLAPISCH-ZUBER, Christiane. **A Mulher e a família**. 1 ª Ed. In: Le Goff, Jacques. **O homem Medieval.** Editorial Presença: Lisboa, 1989.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. **História e História Cultural.** 3ª ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2012.

SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. Tradução de DABAT, Christine Rufino; ÁVILA, Maria Betânia. Nova York, **Columbia University Press**, 1989. Disponível: http://disciplinas.stoa.usp.br/mod/resource/view.php?id=110109. Visualizado em: 08/09/2014 às10h52min.

SCHMITT, Jean-Claude. **O corpo das imagens: ensaios sobre a cultura visual na Idade Média.** Bauru: SP: EDUSC, 2007.

ZIERER, Adriana; MESSIAS, Bianca T. O mundo da cavalaria do século XIII na concepção de Ramon Llull. **Roda da Fortuna**, Revista Eletrônica Sobre Antiguidade e Medievo, 2013, Volume 2, Numero 2, p. 128-154.

MYTHOS – Revista de História Antiga e Medieval
2017, Ano I, Número I – ISSN 2527-0621
Núcleo de Estudos Multidisciplinares de História Antiga e Medieval
Universidade Estadual da Região Tocantina do Maranhão
Artigo recebido em 16 de Março de 2017
Artigo aprovado em 20 de Março de 2017

O MATRIMÔNIO NO SÉCULO XVI: AS REPRESENTAÇÕES DO SACRAMENTO PELAS PERSONAGENS VICENTINAS CONSTANÇA, CASSANDRA E INÊS PEREIRA.

Renata de Jesus Aragão Mendes [44]

RESUMO: Este artigo busca analisar a pluralidade conceitual presente no imaginário feminino de três personagens vicentinas em relação ao casamento na sociedade portuguesa do século XVI, com base em três obras de Gil Vicente: o *Auto da Índia*, o *Auto da Sibila Cassandra* e a *Farsa de Inês Pereira*. Ao final buscamos evidenciar que os diferentes posicionamentos são indicativos das transformações no comportamento feminino em Portugal de Quinhentos.

PALAVRAS-CHAVE: Imaginário feminino, Casamento, Comportamento feminino.

ABSTRACT: This paper seeks to analyze the conceptual plurality in the feminine imaginary of the three Vicentian characters in relation to marriage in the Portuguese society of of the sixteenth centurycentury, based in three works by Gil Vicente: the *Act of India*, the *Act of Sibyl Cassandra* and *Ines Pereira's Farce*. In the end, we tried to show that the different positions are indicative of the transformations in female behavior in Portugal in the 15th century.

KEYWORDS: Imaginary, marriage, female behavior

[44]Graduanda da Universidade Estadual do Maranhão - UEMA. O presente artigo foi escrito a partir do financiamento da pesquisa de iniciação científica pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – CNPq, sob a orientação da Prof.ª Dr.ª Adriana Zierer (CECEN-UEMA).

MYTHOS – Revista de História Antiga e Medieval
2017, Ano I, Número I – ISSN 2527-0621
Núcleo de Estudos Multidisciplinares de História Antiga e Medieval
Universidade Estadual da Região Tocantina do Maranhão
Artigo recebido em 16 de Março de 2017
Artigo aprovado em 20 de Março de 2017

Introdução

Busca-se enfatizar no presente artigo as diferenças conceituais percebidas em relação ao casamento através do imaginário feminino de três personagens vicentinas em três diferentes obras: primeiro temos a personagem Ama (Constança) do *Auto*[45] *da Índia*, uma farsa[46] do ano de 1509; após temos a personagem Cassandra do *Auto da Sibila Cassandra*, uma moralidade[47] do ano 1513 e por último temos a personagem Inês Pereira da *Farsa de Inês Pereira*.

Num segundo momento buscamos compreender o que tais representações "fictícias" – já que são representadas por personagens criados por Gil Vicente – nos dizem sobre a realidade matrimonial em Portugal de Quinhentos. Afinal, entende-se que as peças de Gil Vicente tratam de questões reais – que geralmente pretende criticar – presentes no século XVI, pois, *"ao privilegiar na sua atenção esta ou aquela figura, estas ou aquelas camadas sociais, este ou aquele problema de ordem espiritual ou socioeconômica, pretende, utilizando determinados utensílios mentais atingir um objetivo bem concreto"* (CRUZ, 1990, p. 9).

Tais personagens femininas foram escolhidas dentre outras tantas existentes na galeria vicentina pelos seguintes motivos: primeiro porque são mulheres que revelaram em algum momento da peça seus múltiplos pensamentos enquanto esposas e moças, em relação ao casamento na época; segundo porque são personagens que se

[45] Como explica Cleonice Berardinelli (2012, p. 12): "a palavra *auto* se origina no particípio passado do verbo latino *agere* (fazer, agir) e está, portanto, ligada a ação".

[46] A farsa é um gênero que, embora na Idade tivesse "como objetivo produzir o riso sem pretensões moralizantes ou didáticas" (GARCÍA, 2006, p. 23), em Gil Vicente tem seu significado readaptado. No teatro vicentino se tornou um gênero de cunho satírico que buscava criticar os tipos sociais que se desviavam do padrão de comportamento defendido pelo teatrólogo.

[47] São conhecidas como moralidades obras de cunho religioso, que tratam de passagens da Bíblia – dar continuidades aos *mistérios* –, de festividades religiosas (Natal, Páscoa). Porém, apresentam simultaneamente um caráter profano, com a existência da crítica aos devaneios dos diferentes tipos sociais, envolvem ainda a questão da salvação, da constante luta do Bem e do Mal. Enfim, "tem o intuito de moralizar os costumes, cujas personagens são abstrações, qualidades ou defeitos morais, tais como: Verdade, Avareza, Razão etc." (SILVA, 2010, p. 98).

MYTHOS – Revista de História Antiga e Medieval
2017, Ano I, Número I – ISSN 2527-0621
Núcleo de Estudos Multidisciplinares de História Antiga e Medieval
Universidade Estadual da Região Tocantina do Maranhão
Artigo recebido em 16 de Março de 2017
Artigo aprovado em 20 de Março de 2017

destacaram nas peças, tornando-se "*heróis individuais*" [48], possibilitando-nos apreender ainda mais sobre o comportamento feminino no século XVI.

Sobre Gil Vicente

Sobre Gil Vicente sabemos ainda muito pouco, pois em sua biografia há muitas incertezas, principalmente no que diz respeito ao ano e local em que nasceu. Segundo a maioria dos autores vicentinos teria nascido talvez na cidade de Guimarães ou Beira entre 1465 a 1470 e morrido entre 1536 a 1537 (CRUZ, 1990; BERARDINELLI, 2012; GARCÍA, 2006; FERREIRA, 1939; TEYSSIER, 1982), ocupando inúmeras funções, dentre as quais a de teatrólogo, comediógrafo, ator, músico, organizador de espetáculos, poeta de corte e dramaturgo. Teria produzido mais de 40 peças, com algumas incertezas em relação a sua divisão, além de ter convivido com os reis D. Manuel I, D. Joao III e a rainha Dona Leonor, gozando assim dos privilégios da Corte.

A partir das análises de Paul Teyssier (1982, p. 158) ("mundo às avessas") e Maria Leonor Cruz (1990, p. 10) ("Mundo de Cara Atrás") compreende-se que as peças teatrais de Gil Vicente evidenciam principalmente a crítica aos comportamentos sociais em geral negativos que estavam sendo seguidos por diferentes tipos sociais[49] e entre eles estavam as mulheres.

Suas obras embora sejam da Idade Moderna, possuem um profundo olhar voltado para o medievo (BERARDINELLI, 2012; CRUZ, 1990; MALEVAL, 1991; GARCÍA, 2006; SARAIVA). Este poeta se preocupa em denunciar os maus costumes da sociedade e através das suas peças teatrais é possível perceber modelos ideais de comportamentos humanos que deveriam ser seguidos.

[48] Refere-se a personagens com características individuais. (TEYSSIER, 1982, p. 121)

[49] Sobre os tipos sociais em Gil Vicente são muito úteis as análises de Paul Teyssier (1982, p. 119) e António Saraiva (1965, p. 121). Ambos os autores evidenciam que os tipos em Gil Vicente eram criados a partir de características específicas de uma camada social, sendo que dificilmente – embora houvesse exceções – o teatrólogo representava os personagens de forma individualizada. Nos tipos vicentinos predominava o geral. Esta forma de representar os personagens é tipicamente medieval. Afinal, na Idade Média se privilegiava o coletivo e não o individual.

MYTHOS – Revista de História Antiga e Medieval
2017, Ano I, Número I – ISSN 2527-0621
Núcleo de Estudos Multidisciplinares de História Antiga e Medieval
Universidade Estadual da Região Tocantina do Maranhão
Artigo recebido em 16 de Março de 2017
Artigo aprovado em 20 de Março de 2017

Como supracitado em situações anteriores as personagens vicentinas que abordaremos revelam diversas visões de casamento. Busquemos compreendê-las e entender quais os objetivos de Gil Vicente ao representar personagens com pensamentos tão múltiplos.

Focaremos inicialmente nas personagens Cassandra, Inês e posteriormente analisaremos a posição de Constança. O porquê desta escolha se verá a seguir.

É a personagem Cassandra que nos dar um posicionamento mais complexo em relação ao casamento na sociedade portuguesa de Quinhentos. Afinal, quase toda a peça é norteada no diálogo entre esta moça e seu pretendente a marido, o profeta Salomão.

Cassandra é uma jovem camponesa. Representa uma profetisa que acredita ser a reencarnação da Virgem Maria. Segundo esta moça seria ela a virgem quem daria luz ao menino Jesus.

Sendo assim parte da peça está pautada com base no tema da virgindade. A valorização extrema de tal virtude revela paradoxalmente os vícios de Cassandra. Vejamos:

Cassandra não queria de forma nenhuma casar-se com qualquer homem que fosse, pois se julgava pastora e a própria Virgem Maria. Tanto que não queria que ninguém ousasse falar em casamento com ela, pois considerava que nenhum pastor nascido a merecia. CASSANDRA: *"Quién mete ninguno andar/ ni porfiar em casamientos comigo! / PuesséameDiostestigo /que yodigo/ que* ***no me quiero casar****./* ***Cuál será pastor nacidotan polido/ ahotas que me meresca****!/ Algunohay que me paresca/ em cuerpo vista y sentido?"* (VICENTE, 1999, p. 21). (grifo nosso).

Fica evidente que Cassandra diz negar o casamento[50] como forma de guardar a virgindade[51]. Porém, no século XVI, o casamento foi

[50] O casamento era desde o século XII difundido. É neste século que a Igreja formaliza as regras necessárias a serem cumpridas na relação matrimonial: relação heterossexual, monogâmica, indissolúvel e por último o casamento exogâmico. (FRANCO JÚNIOR, 2006, p. 128).

[51]Segundo Franco Júnior (2006, p. 127) *"a virgindade se tornou um grande valor, seguindo os modelos de Cristo e de sua mãe"*, visto que a Igreja criou o ideal de

MYTHOS – Revista de História Antiga e Medieval
2017, Ano I, Número I – ISSN 2527-0621
Núcleo de Estudos Multidisciplinares de História Antiga e Medieval
Universidade Estadual da Região Tocantina do Maranhão
Artigo recebido em 16 de Março de 2017
Artigo aprovado em 20 de Março de 2017

imposto como obrigatório pelo Concílio de Trento. (FRANCO JÚNIOR, 2006, p. 128). Além disso, a mulher segundo Rosário Silveira (2014) não tinha muitas opções no que diz respeito a este sacramento, pois ou casavam ou eram destinadas a viver enclausuradas em um convento.

Porém, compreendemos o porquê da recusa de Cassandra ao casamento quando afirma: *"Cuálesla dama polida, /que su vida/ juega casando,/ su**libertadcautivando**,/outorgando/ que sea**siempre vencida**, **desterrada** em mano agena,/ siempre em pena, / **abatida y subjuzgada**/ Y piensan que ser casada/ que es algunabuenaestrena!"* (VICENTE, 1999, p. 21). (grifo nosso).

Nota-se acima que o principal motivo desta moça negar o casamento era porque temia as consequências – expressas em obrigações – da relação conjugal, principalmente das obrigações domésticas[52]. Afinal, quando Salomão a questiona o porquê enxergava o casamento como algo indesejável recebeu da moça os motivos, sendo os principais a sujeição, a tristeza, a clausura. O pretendente, porém, respondeu à moça que não seria dessa forma se ela se casasse com ele, mas como sempre Cassandra não se deixou iludir. CASSANDRA:"*y com floritas/ piensas que e engañaré?/ No quiero verme **perdida**,/ **entristecida**/ de **celosa** o ser celada/ Tirteafuera! No es nada?/ Pues antes no ser nacida."*(VICENTE, 1999, p. 22).

Depois de Cassandra dar uma aula sobre o que pensava sobre o casamento e ao informar que as moças não devem pensar que "*ser casada/ [...]esalgunabuenaestrena!"* busquemos compreender o que pensa outra moça: Inês Pereira.

A saga de Inês é construída em fases. A primeira fase se constitui no momento em que ela ainda era uma moça desejosa de se casar. Inês é representada como uma moça da vila, humilde, condicionada a vida árdua do ambiente doméstico, mas que não aguentava mais o ato rotineiro e cansativo de bordar.

> INÊS: **Renego deste lavrar / e do primeiro que o usou!** / Ao Diabo que eu o dou, / que tão mal é de aturar! /Oh Jesus, que enfadamento / e que raiva, e que tormento, / que cegueira e que canseira! / **Eu hei de buscar maneira / de algum outro aviamento** / Coitada! Assim hei-de estar / **encerrada nesta casa** / como panela sem asa, / que sempre está num lugar? /

mulher, que estava centrado na figura da Virgem Maria, como a redentora e protetora dos pecadores em contraposição a figura de Eva (MACEDO, 2002).

[52]Um dos deveres da mulher na Idade Média era cuidar da casa e embora houvesse nesse período a insubordinação este desvio era negado dentro da família e principalmente por parte da Igreja Católica. (KLAPISCH – ZUBER, 1989, p. 205-207)

MYTHOS – Revista de História Antiga e Medieval
2017, Ano I, Número I – ISSN 2527-0621
Núcleo de Estudos Multidisciplinares de História Antiga e Medieval
Universidade Estadual da Região Tocantina do Maranhão
Artigo recebido em 16 de Março de 2017
Artigo aprovado em 20 de Março de 2017

> E assim hão-deser logrados / dois dias amargurados / que eu posso durar vida? / **E assim hei-de estar cativa / em poder de desafiados**?/ [...] já tenho a **vida cansada**/ de **jazer sempre um cabo**. (VICENTE, 1996, p. 74-75) (grifo nosso).

Fica evidente que Inês desejava uma vida diferente da que possuía. Acreditando que o casamento era uma *"solução para a situação de clausura, de aprisionamento dos afazeres do lar"* (BRITO, 2001, p. 293) Inês apressava-se para casar. Porém, a mesma desejava um homem discreto e com características palacianas: um homem culto, músico, corajoso e que soubesse se expressar bem: INÊS: *"Porém não hei-de casar / senão com homem avisado/Ainda que pobre e pelado, / seja discreto em falar: que assim o tenho assentado"* (VICENTE, 1996, p. 80).

Inês evidencia ser exigente na escolha do futuro marido[53]. Tanto que na primeira oportunidade de casar-se rejeita o pretendente, Pero Marques, que é apresentado a ela pela alcoviteira Leonor Vaz, mesmo com o camponês a querendo sem o dote, que era dado naquela época pela família da mulher, já que de acordo com KIapisch-Zuber (1989, p. 196), desde o século XII *"o dote levado pela mulher aumenta e adquire um pouco mais de consistência em relação ao dote ou as doações e contribuições do marido[...].* Porém, Inês não o desejava como marido, por este homem ser rústico e não possuir as qualidades supracitadas no homem que ela considerava ideal, como o escudeiro Brás da Mata, apresentado pelo judeus casamenteiros Vidal e Latão.

Mas, este escudeiro representa apenas o triunfo das aparências, da elegância, boa educação e bem-estar social. Incapaz de ver para além das aparências, Inês escolhe-o como marido.

Fica evidente que Inês também enxergava o casamento como uma forma de ascensão social[54]. Ora, mas por que isto? Vejamos que embora

[53] Embora Gil Vicente demonstre o seu descontentamento em relação à escolha do marido por parte da mulher, evidencia ao mesmo tempo, essa possibilidade na sociedade portuguesa do século XVI. Afinal, a possibilidade de se escolher com quem casar foi uma tentativa da Igreja, visando o respeito pela liberdade dos nubentes. Segundo Klapisch-Zuber, as mulheres principalmente, deviam consentir o casamento. (KLAPISCH- ZUBER, 1989, p. 198).

[54] O desejo de mobilidade social que gerava ambição é o que mais incomodava Gil Vicente na sociedade em que ele vivia. Isto valia para todas as camadas sociais, desde aquelas que um dia havia possuído riqueza e quando perdeu tentava manter as aparências àquelas que por não suportarem a condição em que sempre viveram

MYTHOS – Revista de História Antiga e Medieval
2017, Ano I, Número I – ISSN 2527-0621
Núcleo de Estudos Multidisciplinares de História Antiga e Medieval
Universidade Estadual da Região Tocantina do Maranhão
Artigo recebido em 16 de Março de 2017
Artigo aprovado em 20 de Março de 2017

Pero Marques fosse rico, ele estava posicionado no mesmo nível hierárquico que esta moça, o campesinato. Além disso, o pretendente com as qualidades que Inês desejava só poderia ser encontrado na Corte. Sendo assim Inês não estava à procura de qualquer relação matrimonial, buscava acima de tudo *status* na hierarquia social.

A segunda fase se inicia quando Inês casa-se com Brás da Mata, se deixando iludir sobre as personalidades do dito escudeiro. Este homem sabendo das aspirações da moça sobre o tipo de marido que desejava a enganou com a voz, cantando e expressando-se de forma culta, já que apesar de não ter posses, ao contrário do primeiro pretendente, ele tinha uma linguagem palaciana, tão almejada por Inês. ESCUDEIRO: *"Sei bem ler / E muito bem escrever, / e bom jogador de bola; / E, quanto a tanger viola, / Logo me ouvirdes tanger"* (VICENTE, 1996, p. 94).

Antes do casamento de Inês com Brás da Mata Gil Vicente apresenta ainda outras questões respeitantes à personagem principal. O dramaturgo ao evidenciar que a Mãe de Inês fazia questão de deixar claro ao escudeiro a virgindade de sua filha destaca que esta virtude ainda era considerada naquele século um valor a ser mantido por todas as mulheres até o casamento. *"MÃE- [...] E, pois que, desde que nasceu, / A outrem não conheceu,/ Senão a vós, por senhor,/ Que lhe tenhais muito amor,/ que amado sejais no céu"* (VICENTE, 1996, p. 101). Afinal, *"a virgindade deveria ser mantida até as núpcias"* (MACEDO, 2002, p. 23), fato este que se tornara por incentivo da Igreja requisito fundamental desde o século XII.

Casando-se com o escudeiro por acreditar que era galante, músico e discreto, Inês percebeu depois de casada que tudo não passava de um engano e que o escudeiro nem mesmo posses tinha. Se antes quando solteira não tinha liberdade, casada muito menos, já que segundo Brito (2001, p. 294) o escudeiro a prendeu dentro de casa, não podendo sair, cantar e nem mesmo chegar à janela[55]. *"Vós não haveis*

queriam sair desta condição. (CRUZ, 1990, p. 136). Esta mesma ideia é percebida por Paul Teyssier (1982, p. 141).

[55] Segundo Macedo (2002, p. 20) mesmo depois de casada a própria Igreja tentou impor que a mulher fosse submissa, passiva e obediente ao homem, mesmo quando solteiras eram também dependentes do sexo masculino, pai, irmão ou tutor, *"calando as suas íntimas aspirações para aceitar o homem que escolheram para ela"* (KLAPISCH-ZUBER, 1989, p. 197).

MYTHOS – Revista de História Antiga e Medieval
2017, Ano I, Número I – ISSN 2527-0621
Núcleo de Estudos Multidisciplinares de História Antiga e Medieval
Universidade Estadual da Região Tocantina do Maranhão
Artigo recebido em 16 de Março de 2017
Artigo aprovado em 20 de Março de 2017

de falar/ Com homem nem mulher que seja;/Nem somente ir a Igreja/ não vos quero eu deixar./ Já vos preguei as janelas [...];/ Estareis aqui encerrada, / Nesta casa tão fechada, Como freira de Oliveiras".(VICENTE, 1996, p. 102).

Porém, os momentos de cativeiro acabaram quando Inês recebeu uma carta dizendo que seu marido havia morrido na guerra, morte que a viúva agradeceu INÊS: *"Se eu por ele ponho dó, / O Diabo me arrebente!"* (VICENTE, 1996, p. 107).

Inês passou de viúva para casada rapidamente. Casou-se novamente, escolheu seu primeiro pretendente, Pero Marques e, enfim teve o casamento que desejou em que ela controlava os rumos da relação conjugal e extraconjugal. Revelou-se adúltera[56] e consequentemente luxuriosa[57]. Afinal, traiu o novo marido com antigo namorado, Ermitão.

> ERMITÃO: Señora, tengo**servido**/ y vos a mi despreciado,/ haced que el tempo passado/ no se cuente por perdido./ INÊS: Padre, mui bem vos entendo,/ ó Demo vos encomendo,/que bem sabeis vós pedir!/ **Eu pretendo lá ir/ à ernida**, Deus querendo. Ermitão: E quando? Inês: Podes ir, meu santo,/ [...] Canta Inês Pereira: INÊS: Marido **cuco** me levades / E mais duas lousas / [...] Sempre fostes destinado para **gamo** / [...] Sempre fostes destinado para **servo** (VICENTE, 1996, p. 112-113-114). (grifo nosso).

Compreende-se pela citação acima que Inês pretendia encontrar-se com o antigo interessado na moça, o Ermitão, que apesar de religioso fazia galanteios a jovem, que evidentemente os aceitava. É possível perceber ainda o tratamento que Inês mesmo depois de casada dava a Pero Marques. O tratava como um marido que merecia ser traído, o considerando um *"servo"*, por isso o chamava de "*gamo"* e "*cuco*",

---

[56] Em relação ao adultério Franco Júnior (2006, p. 130) destaca que era um pecado duramente condenado e castigado pela Igreja: *"de seis a 15 anos de jejum e de excomunhão"*.

[57] É a partir do século XII que a luxúria passa a ser um pecado ainda mais reprovável aos olhos da Igreja, *"quando uma nova doutrina matrimonial impõe aos leigos regulamentação mais rigorosa da sexualidade, subordinando-a a fins de reprodução"*. (CASAGRANDE; VECCHIO, 2002, p. 349). Le Goff destaca ainda que segundo o pensamento medieval o diabo teria tido nove filhas e cada uma delas teria desposado um tipo humano. Era a luxúria a nona filha que não teria desposado ninguém, pois todos os tipos podiam a ter como amante. (LE GOFF, 1989, p. 25).

MYTHOS – Revista de História Antiga e Medieval
2017, Ano I, Número I – ISSN 2527-0621
Núcleo de Estudos Multidisciplinares de História Antiga e Medieval
Universidade Estadual da Região Tocantina do Maranhão
Artigo recebido em 16 de Março de 2017
Artigo aprovado em 20 de Março de 2017

referência a marido traído segundo Berardinelli (2012, p. 349). Além disso, se percebe o quanto Inês fazia do Parvo Pero um marido submisso às vontades dela.

Fica evidente tanto pelo posicionamento de Cassandra quanto as obrigações da mulher casada – "subjuzgada", "abatida", "celosa", "cansada" – e por Inês quanto as obrigações da moça no lar – "lavrar", "jazer sempre um cabo", "cativa" – que a mulher da sociedade quinhentista continuava – pelo menos no âmbito das ideias, não necessariamente na prática – tendo que cumprir suas obrigações diárias de moça e esposa dentro do lar, estabelecidas desde a Idade Média.

Por último temos a personagem Constança. Seu nome é uma *"antífrase à menos "constante" das criaturas"* (TEYSSIER, 1982, p. 123), um indicativo de sua leviandade. Constança representa-se na farsa como uma mulher casada com o personagem Marido – nomeado pela sua condição como conjuge. Porém, durante a viagem do seu amo às Índias a esposa não assume o papel da "perfeita casada" [58] , evidenciando-se durante todo o enredo da peça como leviana e adúltera, tal qual Inês.

A infidelidade de Constança se dar, porém, de uma forma ainda mais extravagante por trair o Marido com dois amantes, Lemos e Castelhano – evidência de sua luxúria –, perceptível nas expressões de sua Moça: *"Quantas artes, **quantas manhas**/que sabe fazer minha ama!/Um na **rua outro na cama**!"* (BERARDINELLI, 2012, p. 260) (grifo nosso). Ora, o que era ainda mais imoral para os padrões da época era que ambos os amantes não sabiam que eram traídos, ficando "*um na **rua outro na cama**"*. Um dos amantes a esperava do lado de fora e o outro ficava dentro da casa.

Fica evidente que Constança fazia o que bem queria do seu relacionamento, comprometendo todos os valores que deveriam ser obedecidos pela verdadeira esposa, como a fidelidade. Porém,

[58]Esta expressão é da autora Julia Maria da Silva (1995, p. 159). Segundo tal autora as perfeitas casadas são aquelas que possuem as virtudes da Virgem Maria: devoção, humildade, prudência, obediência, companheirismo, bondade, gentileza, discrição, formosura interna que as fazem belas externamente etc.

MYTHOS – Revista de História Antiga e Medieval
2017, Ano I, Número I – ISSN 2527-0621
Núcleo de Estudos Multidisciplinares de História Antiga e Medieval
Universidade Estadual da Região Tocantina do Maranhão
Artigo recebido em 16 de Março de 2017
Artigo aprovado em 20 de Março de 2017

diferentemente de ter se revelado casta quando da ausência de seu marido, não se absteve das relações sexuais.

Revelou-se ainda vaidosa – vazia de espírito, por dar mais valor a aparência – no que diz respeito a valorização da beleza física em detrimento da beleza moral, tão valorizada por Gil Vicente. AMA: "*Est'era bem* ***graciosa****!/ Quem se vê moça e* ***fermosa****/ esperar polairamá!.../ I se vai ele a pescar/ mea légua polo mar?/ Isto bem sabes tu;/ quanto mais a Calecu!/ Quem há tanto d' esperar?*" (BERARDINELLI, 2012, p. 250) (grifo nosso). Ora, é notável que para Constança a sua beleza era motivo suficiente para não esperar o Marido voltar da viagem. Esta mulher queria aproveitar a vida enquanto era bela.

Porém, é quando da volta de seu Marido, que, aliás, deixou-a furiosa, que a Ama revelou a maleabilidade feminina dentro do lar.

Quando o Marido de Constança chegou, a esposa agiu desonestamente, mentindo e exagerando saudades que ela jamais sentiu: AMA: *"E eu, oh,* ***quanto chorei****,/ quando a armada foi de cá![...]/* ***Jesu eu fiquei finada****;* ***três dias não comi nada,/ a alma se me queria sair****. [...]* ***Juro-vos que de saudade/ tanto de pão não comia.../a triste de mi, cada dia,/doente, era ua piedade****. [...]"* (BERARDINELLI, 2012, p. 263-264) (grifo nosso).

Percebe-se pelo exagero das expressões desta esposa leviana que era simples manter uma relação conjugal e extraconjugal à sombra do que a instituição religiosa defendia. Afinal, Constança transformou rapidamente a sua imagem de esposa leviana na imagem ideal –embora fingida – de esposa preocupada e obediente ao marido. Diferentemente do momento anterior em que estava tomada pela ira ao saber que o Marido havia desembarcado mandando a sua moça quebrar as tigelas *"[...] três ou quatro panelas, / que não ache em que comer/ [...] fecha-me aquelas janelas,/ deita essa carne [a] esses gatos, / desfaze toda essa cama"*. (BERARDINELLI, 2012, p. 261).

Ora, embora Constança evidencie uma realidade matrimonial diferente do que era proposto, na prática o casamento não era um mar de rosas quando o marido assumia uma posição de autoridade, Inês é a prova de tal afirmação. Afinal, mesmo que esta moça desejasse ter a mesma liberdade que Constança, não conseguiu realizar suas vontades no seu primeiro casamento.

MYTHOS – Revista de História Antiga e Medieval
2017, Ano I, Número I – ISSN 2527-0621
Núcleo de Estudos Multidisciplinares de História Antiga e Medieval
Universidade Estadual da Região Tocantina do Maranhão
Artigo recebido em 16 de Março de 2017
Artigo aprovado em 20 de Março de 2017

Desta forma, compreendemos que se Constança em 1509 não tem uma visão negativa como as outras suas contemporâneas – 1513 e 1523 –, em relação à união matrimonial é porque tal esposa não sentiu na pele as regras teóricas se dando na prática, como Inês experimentou e Cassandra evitou.

Conclusão

Constata-se uma pluralidade de visões femininas sobre o matrimônio no século XVI. Cada qual de sua forma elabora a partir de determinados ângulos uma forma de pensar e se comportar em relação ao casamento.

É exatamente por serem múltiplas as noções construídas a cerca do assunto que não podemos afirmar que a união matrimonial no século XVI tinha um padrão. Aliás, na teoria a Igreja tinha estipulado um modelo matrimonial desde o século XII, como já mencionamos.

Sendo assim entendemos que a obrigatoriedade do casamento no século XVI não necessariamente impedia que as regras imputadas desde o século XII fossem invalidadas. Assim fica mais fácil compreender porque Constança agia com tanta leviandade: o tal controle que a Igreja quis impor já não era tão suficiente.

Através de Constança temos o que ocorria à sombra da Igreja Católica nas relações matrimoniais. Percebe-se que esta mulher, estabelecia suas próprias estratégias dentro da relação conjugal, pra não obedecer ao que era requisitado pela instituição religiosa. Em outro âmbito temos Inês que evidencia seu posicionamento em relação ao casamento pelo viés das obrigações domésticas. Tal personagem tem uma tripla visão do casamento. Ainda enquanto moça pensava que o cumprimento deste sacramento significava uma forma de ascender socialmente e de livrar-se dos afazeres do lar.

Posteriormente muda totalmente a visão daquilo que para ela de inicio seria uma salvação, libertação. Quando se casou com Brás da Mata percebeu que o casamento não era como imaginava. Por isso, ao comprovar o que Cassandra já sabia começou passa a ter o casamento como um cativeiro. Por ultimo ao casar-se novamente, desta vez com

MYTHOS – Revista de História Antiga e Medieval
2017, Ano I, Número I – ISSN 2527-0621
Núcleo de Estudos Multidisciplinares de História Antiga e Medieval
Universidade Estadual da Região Tocantina do Maranhão
Artigo recebido em 16 de Março de 2017
Artigo aprovado em 20 de Março de 2017

Pero Marques faz do casamento o ambiente propício para a traição e concupiscência, aproximando-se de Constança. Por isso que Inês é em 1523 o aperfeiçoamento da imagem de Eva por Gil Vicente.

Mas o que Gil Vicente realmente buscava com este emaranhado de pensamentos? Entendemos primeiramente como uma forma de evidenciar as transformações que a sua sociedade estava passando naquele momento que automaticamente reverberavam no comportamento feminino na época, que buscava criticar. Pretendia ainda a partir das críticas fazer a sociedade refletir sobre a forma de agir e de comportar.

Referências

1. Documentos:

BERARDINELLI, Cleonice. Da índia. In: BERARDINELLI, Cleonice (org.). **Gil Vicente: autos: organização, apresentação e ensaios**- Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2012. pp. 247-266.
VICENTE, Gil. Farsa de Inês Pereira. In: VICENTE, Gil. **Auto da Barca da Índia, Auto da Barca do inferno e a Farsa de Inês Pereira**. Apresentação e notas de Benjamin Abdala Júnior. São Paulo: SENAC, 1996, pp. 71-115.
_____. Auto da Sibila Cassandra. In: VICENTE, Gil. **História e antologia da Literatura portuguesa século XVI**. Lisboa: Fundação CalousteGulbenkian, 1999, pp. 21- 26.

2. Obras de Orientação Historiográfica

CASAGRANDE, Carla; VECCHIO, Silvana. Pecado. In: LE GOFF, Jacques; SCHIMITT, Jean-Claude (orgs.). **Dicionário Temático do Ocidente Medieval.** V. 2. Tradução de Hilário Franco Jr. Bauru, SP: EDUSP; São Paulo: Imprensa Oficial do Estado, 2002.

FRANCO JÚNIOR, Hilário. **Idade Média: Nascimento do Ocidente**. São Paulo: Brasiliense, 2006.

GARCÍA, Flávio. **Copilaçam de estudos vicentinos**— Rio de Janeiro: Dialogarts, 2006.

MYTHOS – Revista de História Antiga e Medieval
2017, Ano I, Número I – ISSN 2527-0621
Núcleo de Estudos Multidisciplinares de História Antiga e Medieval
Universidade Estadual da Região Tocantina do Maranhão
Artigo recebido em 16 de Março de 2017
Artigo aprovado em 20 de Março de 2017

KLAPISCH- ZUBER, Christiane. A mulher e a família. In: LE GOFF, Jacques (dir.). **Ohomem medieval**. Lisboa: Presença, 1989, p. 193-208.

LE GOFF, Jacques (dir.). **O homem medieval**. 1ª ed. Lisboa: Presença, 1989.

MACEDO, José Rivair. **A mulher na Idade Média**. 5ª ed. - revista e ampliada. São Paulo: Contexto, 2002. - (Repensando a História).

MALEVAL, Maria do Amparo T. Teatro. In: MONGELLI, Lênia Márcia; MALEVAL, Maria do Amparo T; VIEIRA, Yara Frateschi. **A literatura portuguesa em perspectiva**. São Paulo: Atlas, 1992, v.1, cap. VI, p. 167-190.

SARAIVA, António José. **Gil Vicente e o Fim do Teatro Medieval**. 2. ed. Lisboa: Europa- América, 1965.

SILVA, Julia Maria Sousa Alves da.**A mulher em Gil Vicente**. Coleção Humanidades, 24, ed. APPACDM. Braga: Portugal, 1995, pp. 297 – 312.

SILVA, Rosângela Divina Santos Moraes da. Teatro português medieval: Cenário histórico. **Revista Philologus**, Ano 16, Nº 46. Rio de Janeiro: CiFEFil, jan/abr. 2010.

TEYSSIER, Paul. **Gil Vicente:** O Autor e a Obra. 1ª ed. Biblioteca Breve, v. 67. Lisboa: ICALP, 1982.

MYTHOS – Revista de História Antiga e Medieval
2017, Ano I, Número I – ISSN 2527-0621
Núcleo de Estudos Multidisciplinares de História Antiga e Medieval
Universidade Estadual da Região Tocantina do Maranhão
Artigo recebido em 25 de Março de 2017
Artigo aprovado em 01 de Abril de 2017

GÊNERO E TEOLOGIA: TRAÇOS HISTÓRICOS SOBRE A PARTICIPAÇÃO DA MULHER NO CRISTIANISMO

Elizânia Sousa do Nascimento[59]

RESUMO: O saber teológico é um instrumento de poder, como qualquer outro conhecimento. Pensar e falar teologicamente foram e serão sempre decisivos na afirmação da cidadania em uma sociedade profundamente influenciada pela religião. Entretanto, a trajetória e a sistematização do pensamento teológico de raízes oriental e ocidental é de prerrogativa quase exclusivamente masculina. No cristianismo, não foi sem resistências que as mulheres aceitaram a condição de silêncio que lhes foi imposta.

PALAVRAS-CHAVE: Mulher. Cristianismo. Teologia.

SUMMARY: Theological Saber is an instrument of power, like any other knowledge. Thinking and talking theologically were and will always be decisive in the affirmation of citizenship in a society deeply influenced by religion. However, the trajectory and systematization of theological thought of oriental and western roots is almost exclusively masculine prerogative. In christianity, it was not without resistors that women accepted the condition of silence that was imposed upon them.

KEYWORDS: Woman. Christianity. Theology.

[59] Professora Assistente da Universidade Estadual da Região Tocantina do Maranhão (UEMASUL). Mestra em Educação pela Universidade Federal do Piauí – E-mail: *elizzania@hotmail.com.*

MYTHOS – Revista de História Antiga e Medieval
2017, Ano I, Número I – ISSN 2527-0621
Núcleo de Estudos Multidisciplinares de História Antiga e Medieval
Universidade Estadual da Região Tocantina do Maranhão
Artigo recebido em 25 de Março de 2017
Artigo aprovado em 01 de Abril de 2017

Introdução

Pensar sobre a participação da mulher no cristianismo exige uma reflexão sobre suas raízes no contexto e religião judaicos. Entre os judeus eram comuns expressões como: *"amaldiçoado é o homem que ensinar sua filha a ler a Torá"*, ou, *"antes a Torá seja queimada do que estudada por uma mulher"*. A Torá, ou Lei Judaica, escrita por Moisés, é composta pelos cinco primeiros livros que compõem o Velho Testamento. Ao estudo formal da mesma, somente as pessoas do sexo masculino, segundo o judaísmo, deveriam ter acesso.

O ministério de Jesus, subversivo à ordem sexista judaica, admitiu a presença de mulheres em seu grupo de discípulos, bem como a aprendizagem teológica das mesmas. Enquanto mestre, Jesus contrariou as orientações culturais do seu contexto ao travar diálogos teológicos com mulheres, como foi no encontro com a mulher samaritana (BÍBLIA SAGRADA, João 4:7ss), ao permitir que mulheres sentassem aos seus pés para aprender sobre Deus, como era o costume dos discípulos da época diante de um mestre (BÍBLIA SAGRADA, Lucas 10:39) e, ainda, incluí-las na composição da equipe de discípulos que o seguiam (BÍBLIA SAGRADA, Lucas 8:1-3).

Já no terceiro século d.C, as aberturas propiciadas por Jesus, no sistema patriarcal judaico, haviam sido esquecidas. Com o estabelecimento do paradigma educacional greco-romano, adicionado ao contexto judaico, a participação feminina, no espaço eclesial cristão, ficou bastante limitada e a abertura trazida à participação da mulher pelo modelo educacional de Cristo, foi abandonada. Elas foram proibidas de falar em público, de ensinar ou de exercer qualquer autoridade sobre homens. As dúvidas teológicas que, porventura, surgissem para elas no espaço público do culto, deveriam ser resolvidas no espaço privado do lar, por seu marido. No entanto, esses apontamentos tornam-se instigantes quando se pergunta: como as mulheres reagiram a esta ordem sexista que lhes foi imposta dentro do cristianismo?

MYTHOS – Revista de História Antiga e Medieval
2017, Ano I, Número I – ISSN 2527-0621
Núcleo de Estudos Multidisciplinares de História Antiga e Medieval
Universidade Estadual da Região Tocantina do Maranhão
Artigo recebido em 25 de Março de 2017
Artigo aprovado em 01 de Abril de 2017

Medievo: Apontamentos sobre a Participação das Mulheres no Cristianismo

No judaísmo, em sua elaboração simbólica e imaginário mítico, encontram-se os reflexos de uma cultura centrada nas bases do patriarcado que forjou uma figura feminina possuidora de existência definida em relação ao homem e em função deste, e não como "um ser em si", no dizer de Beauvoir (1949). Exemplo clássico do exposto é a narração da criação do mundo, mito fundador da civilização ocidental. Eva, criada depois de Adão, existia para ser sua auxiliar: "Não é bom que o homem esteja só; farei para ele alguém que o auxilie e lhe corresponda" (BÍBLIA SAGRADA, Gn2:18).

Além disso, segundo a narrativa judaica, recai sobre Eva a culpa pela primeira desobediência às ordens divinas. O eco desta responsabilização, transmitida através da religião cristã, pode ser ouvido em todos os tempos e espaços herdeiros da cultura judaico-cristã. A voz de Tertuliano (155 - 222), um dos pais da igreja que viveu no norte da África, no século III, é emblemática neste sentido:

> Não sabes que és uma Eva? O castigo de Deus sobre teu sexo está vivo nesta era. A culpa também necessariamente permanece viva. Tu és a porta do demônio; és aquela que quebrou o selo da árvore proibida, a primeira desertora da lei divina. És aquela que convenceu aquele a quem o diabo não conseguiu atacar. Facilmente destruíste o homem, imagem de Deus. Por causa de tua deserção, o Filho de Deus teve que morrer (DELUMEAU *apud* TERTULIANO, 1990, p.319).

É a partir do paradigma teológico sobre o feminino, que acontece a "demonização" da sexualidade no medievo: "Mulheres não deveriam ser educadas ou ensinadas de modo nenhum. Deveriam, na verdade, ser segregadas já que são causa de horrendas e involuntárias ereções em santos homens" (Santo Agostinho 354 – 430). A mulher e suas "astúcias" passaram então a ser usadas na base da proibição do casamento para clérigos a partir do século V e, a igreja católica, com a reprovação sexual e sua glorificação à virgindade e ao celibato, deu início a um novo modelo de vida para seus religiosos.

MYTHOS – Revista de História Antiga e Medieval
2017, Ano I, Número I – ISSN 2527-0621
Núcleo de Estudos Multidisciplinares de História Antiga e Medieval
Universidade Estadual da Região Tocantina do Maranhão
Artigo recebido em 25 de Março de 2017
Artigo aprovado em 01 de Abril de 2017

O triunfo da religião cristã no império romano marcou não somente a sobrevivência do patriarcado judaico-cristão, mas também foi um fator somado às próprias estruturas masculinas daquela cultura. Fisicamente mais fraca que o homem e imbecil mentalmente, na sociedade romana, essas características que lhes eram atribuídas, foram usadas para legitimar um sistema jurídico onde a mulher era considerada incapaz, e sua vida estava sob o poder do *pater famílias*, aquele que tinha o direito a auto-determinação: "De maneira geral, salvo raras exceções, mulheres, escravas, escravos e crianças estavam sob a guarda do *pater famílias*, e não tinham autonomia" (DEIFELT, 2003, p. 270).

O entrelaçamento entre cultura judaica e modelo educacional greco-romano, paulatinamente, estabeleceu uma nova identidade para as mulheres no contexto cristão. A arte cristã do primeiro século que descrevia mulheres desempenhando várias atividades eclesiais, realizando a santa ceia, ensinando, batizando, liderando as orações públicas, passaram a ser revisadas.

> Um exemplo é o afresco na Catacumba de Priscila, que pode ser mostrado originalmente uma celebração da Eucaristia em que o líder e os demais participantes eram todas mulheres. Mas, o afresco foi alterado, de modo que o líder parece ser homem em vez de mulher (GRENZ; KJESBO,1998, p. 43).

No período medieval, a mulher, e não o orgulho e o desejo de ser igual a Deus, passou a ser a causa do chamado "pecado original". Quanto à sua formação educacional, é interessante ouvir o eco desse período na voz de François Fénelon (1651-1715):

> É certo que há de temer-se a formação de sábias ridículas. Geralmente, o espírito da mulher é mais apoucado, porém mais afeiçoado ao saber que o do homem, não sendo, portanto, conveniente fazê-las dedicarem-se a estudos que possam enfastiá-las. Não devem intervir no governo do Estado nem fazer a guerra, nem entrar no ministério dascoisas santas [...] (FÉNELON *apud* ROSA, 2002, p.184).

Também a hermenêutica de base patriarcal dos textos paulinos, que tratam da participação feminina em liturgias locais, passou a ser aplicada a todos os contextos geográficos e temporais. As mulheres foram proibidas de falar em público, de ensinar ou de exercer qualquer

MYTHOS – Revista de História Antiga e Medieval
2017, Ano I, Número I – ISSN 2527-0621
Núcleo de Estudos Multidisciplinares de História Antiga e Medieval
Universidade Estadual da Região Tocantina do Maranhão
Artigo recebido em 25 de Março de 2017
Artigo aprovado em 01 de Abril de 2017

autoridade no contexto eclesial. Não é difícil entender que tal lógica tenha evoluído ao ponto de se questionar sobre se as mulheres tinham almas ou não, questão debatida no Concílio de Mâcon, no século V. Como elas engendraram espaços de subversão a essas determinações?

No espaço da clausura, as mulheres do período medieval encontraram no mosteiro, um local de atuação e de lá foram ouvidas as santas, místicas e abadessas.

> De fato, as comunidades ascéticas de virgens predataram o movimento monástico masculino. Mulheres iam em bandos para os monastérios por várias razões, inclusive o privilégio de estudar, escrever e viajar. [...]. Além disso, as mulheres nos monastérios femininos tinham plena liberdade de governo com o mínimo de influência masculina (GRENZ; KJESBO,1998, p. 44).

A citação reforça que no medievo, a partir do movimento místico e, principalmente, do monasticismo, as mulheres atuaram eclesialmente, organizaram e dirigiram mosteiros, ajudaram aos pobres, denunciaram o comportamento do clero, falaram e escreveram teologicamente. A vida de Hidelgarda de Bingen (1098–1179) pode exemplificar essa afirmação. Essa mulher foi profetiza, poetiza, botânica, musicista, médica e moralista política. A história registra que, no mosteiro cuja construção foi dirigida por ela, todos os aposentos possuíam água encanada, à época.

A partir do século XII, o poder e a autoridade das abadessas gradativamente foram enfraquecidos, diante de permanentes conflitos por terras e bens entre essas mulheres e as lideranças eclesiásticas masculinas. O golpe final sobre essa relativa liberdade gozada por elas no monasticismo, aconteceu no Concílio de Trento, no final do século XVI, quando foi decidido que todos os monastérios femininos e mistos, liderados por abadessas, deveriam, daquele momento em diante, juntar-se a um monastério masculino e submeter-se à autoridade de um abade, ou ao controle direto do bispo.

O renascimento da cultura greco-romana neste período, também, reforçou o conceito negativo sobre as mulheres e,

> [...] os monges e sacerdotes que antes haviam indicado os exemplos de Débora, Hulda e outras mulheres da Bíblia para apoiar a submissão às abadessas estavam agora proclamando que era contrário às leis de Deus e da natureza que um homem se submetesse a uma mulher (GRENZ; KJESBO, 1998, p.45).

MYTHOS – Revista de História Antiga e Medieval
2017, Ano I, Número I – ISSN 2527-0621
Núcleo de Estudos Multidisciplinares de História Antiga e Medieval
Universidade Estadual da Região Tocantina do Maranhão
Artigo recebido em 25 de Março de 2017
Artigo aprovado em 01 de Abril de 2017

Esses traços históricos revelam uma trajetória não linear de compreensão sobre a condição das mulheres no contexto cristão, bem como os espaços engendrados por elas para atuação e emissão de suas falas no medievo. Com a Reforma Protestante, essa não linearidade permaneceu e, agora, serão apresentados traços da compreensão de Martinho Lutero sobre a educação de meninas, bem como a atuação de várias mulheres no movimento reformador, personagens pouco destacadas pela historiografia.

A Mulher na Reforma Protestante

Como já foi apresentado,a educação das mulheres a partir dos mosteiros foi de grande importância e é desse espaço que se pode ouvi-las, a partir da escrita e atuação religiosas. Se no campo as mulheres permaneceram analfabetas, no castelo, as meninas nobres receberam alguns rudimentos de gramática, latim, aritmética, o que lhes permitiu a escrita epistolar e é desse meio que se tem "[...] os primeiros textos de mulheres e suas obras literárias." (DUBY; PERROT, 1990, p. 3). Seus rostos individualizados começaram a surgir nas obras de Shakespeare, Racine, Balzac e Henry James. Suas palavras proferidas em motins, manifestações e alvoroços passaram a ser registradas cada vez mais, ainda que pelos "guardiões da ordem" no dizer de Duby e Perrot (1990).

É em meio a esse contexto que experimentava sucessivas transformações no que se refere à projeção social feminina, que Martinho Lutero, no século XVI, propõe uma educação pública não só para meninos, mas também para meninas. Porém, se por um lado a sua proposta é inovadora, por outro, ela reforça o continuísmo de uma sociedade marcada pela divisão de papéis entre homens e mulheres. Diz ele:

> Mesmo que não existisse alma e não se precisasse das escolas e línguas por causa de Deus, somente isso já seria motivo suficiente para instituir as melhores escolas tanto para meninos como para meninas em toda parte, visto também que o mundo precisa de homens e mulheres excelentes e aptos para manter seu estado secular exteriormente, para que então os homens governem o povo e o país, e as mulheres possam governar bem a casa e educar bem os filhos e a criadagem (LUTERO, V. 5, p.318).

MYTHOS – Revista de História Antiga e Medieval
2017, Ano I, Número I – ISSN 2527-0621
Núcleo de Estudos Multidisciplinares de História Antiga e Medieval
Universidade Estadual da Região Tocantina do Maranhão
Artigo recebido em 25 de Março de 2017
Artigo aprovado em 01 de Abril de 2017

Lutero é o porta-voz de uma sociedade e de uma época que atribuiu distintos papéis a serem desempenhados por homens e mulheres. Os campos onde ambos podiam atuar já estavam precisamente determinados: ela deveria estudar para dirigir bem o lar, ele, a sociedade.

Para o reformador, também o tempo que meninos e meninas deviam passar na escola era diferenciado no que diz respeito à quantidade. Nesse sentido, enquanto Lutero sugeriu que os meninos passassem duas horas por dia na escola, quando se tratavado tempo das meninas, ele o reduz pela metade e uma hora era o suficiente: "Os meninos devem ser enviados a estas escolas diariamente por uma ou duas horas [...] Também uma menina pode despender diariamente uma hora para ir à escola..." (v.5, p.320 – grifos nossos). As palavras'devem' quando se trata dos meninos e 'pode', quando se trata das meninas, parece sugerir que, enquanto a primeira constituía-se um dever, a segunda parece mais uma sugestão que poderia ser ou não levada em consideração.

Na primeira parte do sermão: "Uma prédica para que se mandem os filhos à escola", de 1530, Lutero trata da formação de pessoas para o exercício dos cargos clericais da nova igreja: pastores, professores, pregadores, leitores, sacerdotes, sacristãos e mestres-escolas (LUTERO, v.5). Todos tratavam explicitamente da ocupação masculina, permanecendo a palavra na igreja luterana universo de domínio dos homens.

Apesar de ser conhecido como um movimento religioso eminentemente masculino, a Reforma Protestante, foi também espaço de atuação feminina. Ainda que os registros historiográficos ressaltemapenas personagens como Calvino e Lutero, outras leituras, situadas para além da historiografia oficial, revelam a importante participação também de mulheres. Entre elas, Salviano (2003), destaca:

Marie Dentiere(1495 - 1561) – era uma ex-freira que em 1539 foi para Genebra com seu esposo Antoine Froment para trabalhar na causa reformista. Foi daquela cidade que Dentiere declarou:

> Se Deus tem dado graça a algumas boas mulheres, revelando-lhes algo santo e bom através das Escrituras Sagradas, podem elas por causa dos difamadores da fé, absterem-se de pôr no papel, falar ou declarar isso umas as outras? Ah! Pode ser

MYTHOS – Revista de História Antiga e Medieval
2017, Ano I, Número I – ISSN 2527-0621
Núcleo de Estudos Multidisciplinares de História Antiga e Medieval
Universidade Estadual da Região Tocantina do Maranhão
Artigo recebido em 25 de Março de 2017
Artigo aprovado em 01 de Abril de 2017

> muito imprudente esconder o talento que Deus nos tem dado, nós que deveríamos ter a graça de perseverar até o fim (apud SALVIANO, 2003, p. 34)

Catherine Zell (? - 1562) – desempenhou o papel de benfeitora acolhendo em sua casa luteranos, zwinglianos e outros tipos de reformadores. Catherine simbolizava:

> [...] a nova figura da mulher protestante ativa que tenta ultrapassar os limites impostos ao seu sexo no contexto da nova religião. Visitava tanto pobres quanto ricos, cuidava dos doentes, enterrava os mortos, enquanto outras mulheres enfeitavam as suas casas e pensavam nas recepções. (SALVIANO, 2003, p. 68)

Renata de Ferrara (1510 - 1575)**–** filha do rei Luiz XII, fez da sua corte um local de refúgio para reformadores. Chegou a acolher em Ferrara o próprio Calvino, em fins de 1535, quando viajava incógnito com o pseudônimo de Charles de Espeville. Trocaram correspondência até o final da vida de Renata.

> O papel de patrocinadora de Renata com respeito às congregações reformadas chegou a ser tão ativo que seu pastor calvinista, Francisco de Morel, sentiu-se embaraçado e queixou-se a Calvino. Ele temia que os Consistórios Calvinistas viessem a ser ridicularizados por católicos e anabatistas por permitirem que mulheres governassem. (SALVIANO, 2003, p. 71).

Encerrada em um castelo pelo próprio esposo por causa da sua fé, posteriormente exilada por sua firmeza em não renunciá-la, esta mulher deixou na história protestante a marca da coragem e audácia de agir para além do que lhe era permitido.

Margarida de Navarra (1492 - 1549) **–** Tratava-se de Margarida d'Angouleme, Orleães e Valois, irmã de Francisco I, rei da França, e que, em segundas núpcias casou-se com Henrique d'Albret, ou Henrique II da Navarra. Essa rainha, teve uma participação muito importante na Reforma Protestante francesa:

> O respeito que lhe era prestado, o alto conceito em que eram tidos seu entendimento e seu coração valeram à causa do Evangelho na corte da França muito mais do que teria conseguido sozinho qualquer pregador evangélico. Sua delicada influência de mulher permitiu a entrada da nova doutrina (D'AUBIGNÉ apud SALVIANO, 2003, p. 45).

MYTHOS – Revista de História Antiga e Medieval
2017, Ano I, Número I – ISSN 2527-0621
Núcleo de Estudos Multidisciplinares de História Antiga e Medieval
Universidade Estadual da Região Tocantina do Maranhão
Artigo recebido em 25 de Março de 2017
Artigo aprovado em 01 de Abril de 2017

Sob a influência de Margarida, o Rei Francisco I, permitiu a presença no palácio do estudioso da nova fé, Miguel d'Arande, que lia e explicava à família real o Novo Testamento. "Nos primeiros anos de seu reinado, inspirado por Margarida, o rei favoreceu a Reforma e aqueles que desejavam purificar a Igreja [...]" (SALVIANO, 2003, p. 112). O entusiasmo daquele rei com a nova doutrina logo seria deixado de lado e em vários momentos os defensores da Reforma seriam perseguido pelos clérigos da Sorbone. Todavia, a participação de Margarida naquele momento foi fundamental, intercedendo junto ao rei pela libertação de muitos adeptos da nova fé. Esta mulher fez do seu reino, ao sul da França, um verdadeiro refúgio para os perseguidos pela Sorbone e quando estes estavam seguros, ela fornecia meios aos seus hóspedes para que se locomovessem com segurança, como foi o caso de Calvino, que, sendo perseguido, foi ajudado por Margarida, para que chegasse em Genebra - Suíça.

Mesmo diante desses exemplos, pode-se inferir que a Reforma Protestante não afetou significativamente a posição feminina no ministério eclesiástico. Os reformadores elevaram a posição das mulheres por sua ênfase à educação que incluía também as meninas, "Todavia, eles mantiveram a idéia vigorosa da subordinação das mulheres aos homens e não tomaram em consideração a possibilidade das mulheres exercerem papéis de liderança nas igrejas" (BROWNELL, 2004, p. 39).

Na modernidade, progressivamente ocorreram avanços e conquistas no entendimento sobre a mulher e atuação na sociedade. Incluídas nas instituições de educação teológica lado a lado com os homens, essas mulheres tiveram e têm diante de si muitos desafios. Não raras são as denominações religiosas cristãs que questionam sua atuação na comunidade eclesial, reservando-lhes papéis que apenas correspondem à sua "natureza feminina", como a educação de mulheres e crianças. Menos comuns são as instituições teológicas que abordam em seu currículo o estudo de relações gênero, ou que apresentam a mulher como protagonista no espaço eclesiástico, ou seja, a igualdade de acesso à educação teológica foi a "[...] um mundo ainda definido pelos homens". (SILVA, 2007, p.93)

MYTHOS – Revista de História Antiga e Medieval
2017, Ano I, Número I – ISSN 2527-0621
Núcleo de Estudos Multidisciplinares de História Antiga e Medieval
Universidade Estadual da Região Tocantina do Maranhão
Artigo recebido em 25 de Março de 2017
Artigo aprovado em 01 de Abril de 2017

Conclusão

A revisão da hermenêutica teológica de cunho patriarcal no ocidente se faz necessário na medida em que mulheres continuam excluídas de determinados espaços eclesiais, assim também, quando argumentos teológicos são engendrados, via interpretação sexista, para fixar determinados papéis sociais a serem desempenhados por homens e mulheres. Portanto, essas construções discursivas no campo religioso cristão, devem continuar postas em questão por todos e todas que não aceitam uma divisão assimétrica social e/ou eclesial entre homens e mulheres.

Referências

BEAUVOIR, Simone. **O segundo sexo.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1949

BÍBLIA sagrada: antigo e novo Testamento. 2 ed. São Paulo: Sociedade Bíblica do Brasil, 2006.

BROWNELL, Kenneth. Homens, mulheres e autoridade: servindo juntos na igreja In: EDWARDS, Brian.**O Gênero na história da igreja**. [S.l]: Books publicações, 2004.

DEIFELT, Wanda. Educação teológica para mulheres: um passo decisivo rumo à cidadania eclesial. In: SOTER (Org.). **Gênero e teologia:** interpelações e perspectivas. São Paulo: Loyola, 2003.

DUBY, Georges; PERROT, Michelle (dir.).**História das mulheres:** a antiguidade. Porto: Afrontamento, 1990. 1.v.

GRENZ, Stanley J. ; KJESBO, Denise Muir. **Teologia bíblica para mulheres no ministério.** São Paulo: Candeia, 1998.

LUTERO, Martinho. **Obras selecionadas**: ética: fundamentos, oração, sexualidade, educação, economia. São Leopoldo: ComisãoInterluterana de Literatura, 1995.5.v.

ROSA, Maria da Glória de. **A história da educação através dos textos.**Saõ Paulo: Cultrix, 1952.

MYTHOS – Revista de História Antiga e Medieval
2017, Ano I, Número I – ISSN 2527-0621
Núcleo de Estudos Multidisciplinares de História Antiga e Medieval
Universidade Estadual da Região Tocantina do Maranhão
Artigo recebido em 25 de Março de 2017
Artigo aprovado em 01 de Abril de 2017

SALVIANO, Rute Almeida. **Uma voz feminina na Reforma Protestante**: Margarida de Navarra. São Paulo: Melhoramentos, 2003.

SILVA, Tomaz Tadeu da.**Documentos de Identidade: uma introdução às teorias do currículo.** Belo Horizonte: autêntica, 2007.

TERTULIANO. **Culto Feminarum**. IN: DELUMENAU, Jean. **História do medo no Ocidente:** 1300-1800 São Paulo: Cia das letras, 1990. 319p.

MYTHOS – Revista de História Antiga e Medieval
2017, Ano I, Número I – ISSN 2527-0621
Núcleo de Estudos Multidisciplinares de História Antiga e Medieval
Universidade Estadual da Região Tocantina do Maranhão
Artigo recebido em 13 de Março de 2017
Artigo aprovado em 20 de Março de 2017

RESENHA DO MANUEL D'ARCHÉOLOGIE MÉDIÉVALE ET MODERNE DE BURNOUF ET AL

Autores:
Filipe Botelho Soares Dutra Fernandes[60]
João Victor Gobbi Cassol [61]
Chayenne Ferreira da Costa[62]

É inegável a importância que a Arqueologia Medieval tem ocupado cada vez mais entre os interesses daqueles que fazem Arqueologia, ganhando cada vez mais legitimidade e atuando nas áreas de ciências humanas e sociais, de modo que deixou de ser apenas uma curiosidade, passando a ter um lugar legítimo. Embora ainda não tenha o prestígio de alguns campos da Arqueologia, esta passa a ter cada vez mais enfoque global; sendo um campo de estudo recente, ainda não atingiu a visibilidade que lhe é possível, em razão de posicionamentos que ainda não estão fortemente consolidados, desafiando os modelos que lhe eram impostos. Uma série de jovens pesquisadores têm adotado diferentes posições acadêmicas afim de construir uma mudança de paradigmas na área. Proporcionando uma importante reflexão teórica para alguns campos gerais da Arqueologia, a Arqueologia Medieval tem questionado o âmbito da "arqueologicidade", colocando também em evidência a

[60] Graduando do curso de bacharelado em Arqueologia da Universidade Federal do Rio Grande – RS, possui graduação em Direito pela Universidade Camilo Castelo Branco – SP, tendo estudado como se davam as leis desde a antiguidade até o presente com o tema "O desenvolvimento dos sistemas jurídicos conforme a evolução das sociedades".

[61] Graduando do curso de bacharelado em Arqueologia da Universidade Federal do Rio Grande – RS.

[62] Graduanda do curso de bacharelado em Arqueologia da Universidade Federal do Rio Grande – RS.

MYTHOS – Revista de História Antiga e Medieval
2017, Ano I, Número I – ISSN 2527-0621
Núcleo de Estudos Multidisciplinares de História Antiga e Medieval
Universidade Estadual da Região Tocantina do Maranhão
Artigo recebido em 13 de Março de 2017
Artigo aprovado em 20 de Março de 2017

"geograficidade" de toda a documentação trabalhada, tornando necessária uma nova reflexão teórica e o desenvolvimento de novas ferramentas conceituais.

A era medieval exerce bastante fascínio e entusiasmo no público em geral, e com o conceito de "patrimônio" e a crescente exibição deste nos últimos vinte anos, fez com que os medievalistas ganhassem mais espaço nos dias de hoje. Os primeiros trabalhos buscavam chamar atenção para o maior número possível de resultados obtidos e suas conclusões, de modo a despertar a curiosidade para a Era Medieval, lutando contra o estereótipo romantizado que se faz desta, bem como a ideia idílica que se tem do período, buscando também chamar atenção para a cultura material do cotidiano da sociedade medieval, resultando em um grande enfoque nos meios de comunicação e informação, de modo a dar verdadeira identidade à Idade Média, diferente da que foi popularizada durante o século XIX.

Entretanto, estudar a Idade Média a partir de fontes arqueológicas é uma tarefa bastante árdua, porém, mais emocionante. Os dados são constantemente desconstruídos e reconstruídos a fim de se desfazer o estereótipo romantizado acima mencionado. Sendo um período ainda recente da história humana, muito do que é estudado ainda está "de pé", como edifícios que tendem a ser preservados em razão de sua importância histórica. Entretanto, a documentação arqueológica se encontra enterrada, cabendo ao arqueólogo trazê-la à tona. A tendência é que se apresente a Idade Média como uma bloco homogêneo, com a ideologia de que foi um período obscuro; entretanto, existiram dois mundos diferentes entre os séculos V e XVI. Isto se dá em razão da ausência de conhecimento da documentação arqueológica e da escassez de documentos escritos em períodos mais recuados.

MYTHOS – Revista de História Antiga e Medieval
2017, Ano I, Número I – ISSN 2527-0621
Núcleo de Estudos Multidisciplinares de História Antiga e Medieval
Universidade Estadual da Região Tocantina do Maranhão
Artigo recebido em 13 de Março de 2017
Artigo aprovado em 20 de Março de 2017

Mesmo nos dias de hoje, depois de cinquenta anos de desenvolvimento, cada pesquisa realizada é uma novidade.

Sendo a temporalidade essencial no trabalho do arqueólogo, visto que a documentação com a qual este trabalha está muitas vezes sujeita à questões relativas ao tempo, vemos a questão da periodização baseada em tentar enxergar "o que está mudando?" no período medieval, atrelada aos interessas da pesquisa. Neste sentido, foi essencial dividir o período medieval entre a primeira Idade Média e a segunda Idade Média, cabendo então aos pesquisadores estabelecer quando se iniciaram e quando se findaram estes períodos. A primeira Idade Média ainda se subdivide em dois períodos: o primeiro, marcado por uma herança antiga, ainda viva, que compreendeu o período entre os séculos V e VIII; e outro, do século IX ao X, em que transformações ocorreram a fim de alterar a herança anterior, o que culminou na segunda Idade Média; mas os debates sobre esta periodização são muitos e este foi um dos problemas enfrentados pela arqueologia medieval em seu início. Hoje, graças às evidências arqueológicas, já se sabe que o mundo medieval do século XII, pouco tem a ver com o que se passou antes deste.

A questão da temporalidade permeia também os campos das ditas arqueologias do tempo presente. As reflexões sobre os "critérios de arqueologicidade" levou ao surgimento destas; porém, a importância da escavação como prática básica da arqueologia, dificulta seu desenvolvimento. Entretanto, a profissão arqueologia, em sua prática, é sempre a mesma, independente do período de tempo. Vemos, então, neste sentido, um crescente número de publicações voltadas ao público leigo, que visam noticiar o trabalho dessas áreas da arqueologia, incentivando uma reflexão acerca delas e de seus trabalhos. Com isto, o

MYTHOS – Revista de História Antiga e Medieval
2017, Ano I, Número I – ISSN 2527-0621
Núcleo de Estudos Multidisciplinares de História Antiga e Medieval
Universidade Estadual da Região Tocantina do Maranhão
Artigo recebido em 13 de Março de 2017
Artigo aprovado em 20 de Março de 2017

fascínio exercido pelo mundo medieval fez com que a arqueologia medieval caísse no gosto popular.

Foi a partir do século XVI que a Idade Média passou a ser chamada desta forma. A redescoberta da antiguidade a partir do Renascimento fez com que os intelectuais do período quisessem demarcar essa diferença de períodos, sendo a Idade Média o que separava a Renascença, da Era Clássica, dois períodos prestigiosos, sendo o período medieval relegado e recebendo a alcunha de Idade das Trevas, uma tendência que se fortaleceu com o Iluminismo e o início da Era Moderna. Foi só no século XIX que esta visão começou a ser desconstruída.

Com o impulso das "restaurações" políticas e religiosas, e do Romantismo, o avanço das revoluções trouxe novos conhecimentos, especialmente no que tange a Idade Média, que passou a ser objeto de grande entusiasmo, um movimento que se verificou não apenas na França, mas em vários outros países da Europa. Amparada pela onda de nacionalismo que assolou o período, a Idade Média remetia ao nascimento dos primeiros estados nacionais, o que contribuiu para a construção dos Estados e das identidades nacionais. Nesta onda de nacionalismo, a Idade Média serviu de inspiração para diversas obras de arte, peças de teatro e óperas, que de forma idealizada e romantizada passaram a permear o imaginário popular. Este movimento refletiu na criação do estilo neogótico, de igrejas construídas com inspiração em castelos e casarões. É deste período também a instalação das primeiras instituições que voltam seus olhos para o patrimônio, sendo em 1830, instalada na França, a primeira Inspetoria de Monumentos Históricos. É dessa época também o surgimento das sociedades científicas.

No meio dessa onda de interesse pelo medievo, a Arqueologia Medieval se beneficia com a criação de uma disciplina exclusiva para

MYTHOS – Revista de História Antiga e Medieval
2017, Ano I, Número I – ISSN 2527-0621
Núcleo de Estudos Multidisciplinares de História Antiga e Medieval
Universidade Estadual da Região Tocantina do Maranhão
Artigo recebido em 13 de Março de 2017
Artigo aprovado em 20 de Março de 2017

ela na Escola de Chartres, em 1847, passando esta a ser considerada como um ramo da Arqueologia que visava relacionar a história da arte com o surgimento das primeiras igrejas, de modo a se fazer uma arqueologia que integrasse os tempos modernos, visto que muitas igrejas ainda estavam de pé, com os costumes dos passado.

Como já dito, a Idade Média é um período marcado por ter sido fortemente estigmatizado. Podemos contar com o auxílio de nomes como Walter Scott e Victor Hugo, por exemplo, para que certos clichês tenham sido amplamente popularizados, como a tortura, a praga, a sujeira, dentre outros. Entretanto, a atenção que passou a ser dada ao período pela comunidade acadêmica, como feito por nomes do movimento da Nova História, por exemplo, e a "histeria patrimonial" do período, contribuíram para que a produção literária, cinemática e televisiva disseminassem a visão de Idade Média que até os dias de hoje permeia o imaginário popular.

Assim como em grande parte do mundo, na França é vista como verdadeira Arqueologia, a de períodos muito antigos, ou seja, a Pré-História, tendo o período galo-romano ocupado o segundo plano, isto em razão de escolhas políticas e culturais. A Arqueologia Medieval ganhou, então, espaço em razão da criação das identidades nacionais, visto que o nascimento dos Estados é deste período, como já discorrido. As características do período medieval, entretanto, fizeram com que o foco desta arqueologia girasse em torno de monumentos católicos e da história da arte cristã. A área se encaixa, portanto, no campo das arqueologias dos períodos históricos, ou seja, os em que a escrita já existia. Na França, seu nascimento se dá atrelado à História da Arte, vindo a ser feita uma ruptura apenas após a Escola de Chartres. Em seus primeiros anos, esta foi dependente das problemáticas vindas de fontes escritas, sendo os primeiros tópicos de pesquisa relacionados ao

MYTHOS – Revista de História Antiga e Medieval
2017, Ano I, Número I – ISSN 2527-0621
Núcleo de Estudos Multidisciplinares de História Antiga e Medieval
Universidade Estadual da Região Tocantina do Maranhão
Artigo recebido em 13 de Março de 2017
Artigo aprovado em 20 de Março de 2017

campo da História e História da Arte, ficando o "sítio" quase que restrito a locais de culto e lugares de poder, como castelos e palácios. Foi apenas na segunda metade do século XX que a Arqueologia Medieval voltou sua atenção para o mundo rural, lançando suas problemáticas para os habitats abandonados pelos povos do período, passando a analisar não apenas as práticas do homem, mas também sua relação com o uso da terra.

O primeiro ponto de mudança para a Arqueologia Medieval se deu na década de oitenta do século XX, pois os arqueólogos seriam aqueles que teriam a capacidade de interpretar os sinais de uma possível revolução social ocorrida por volta do ano mil; e, então, poderiam legitimá-la para os historiadores, entretanto, diminuindo sua relação com a Antropologia e a Etnologia, ao contrário do que aconteceu anteriormente, não conseguindo os arqueólogos medievalistas estabelecer um diálogo interdisciplinar com a Etnologia. É desse período também o desenvolvimento da chamada Arqueologia Preventiva na França, passando a arqueologia a voltar sua atenção para diferentes materiais arqueológicos, como cerâmica e vidro. O número de teses na área também cresceu consideravelmente.

Mas, embora a arqueologia de tempos mais recentes e até do presente tenha ganhado cada vez mais espaço, essa ainda encontra resistência, de modo que muitas vezes é usado o termo "arqueologia pós-medieval" para caracterizá-la. Com este posicionamento, fica claro que a Arqueologia Medieval conseguiu então se firmar como arqueologia propriamente dita, na visão dos mais retrógrados, que enxergam arqueologia apenas como pré-história; mas é inegável o desenvolvimento de áreas como a Arqueologia Industrial, ou a Arqueologia da Mineração, por exemplo, que têm ganhado cada vez mais espaço, tanto no campo acadêmico, como em razão da Arqueologia

MYTHOS – Revista de História Antiga e Medieval
2017, Ano I, Número I – ISSN 2527-0621
Núcleo de Estudos Multidisciplinares de História Antiga e Medieval
Universidade Estadual da Região Tocantina do Maranhão
Artigo recebido em 13 de Março de 2017
Artigo aprovado em 20 de Março de 2017

Preventiva, quebrando cada vez mais o paradigma de que arqueologia se resume à escavação.

Referências

BURNOUF, Joëlle; ARRIBET-DEROIN, Danielle; DESACHY, Bruno; JOURNOT, Florence; NISSEN-JAUBERT, Anne. *Manuel d'archéologiemédiévaleetmoderne*. 2e Édition. Paris: Armand Colin, 2012.

MYTHOS
www.nemham.com